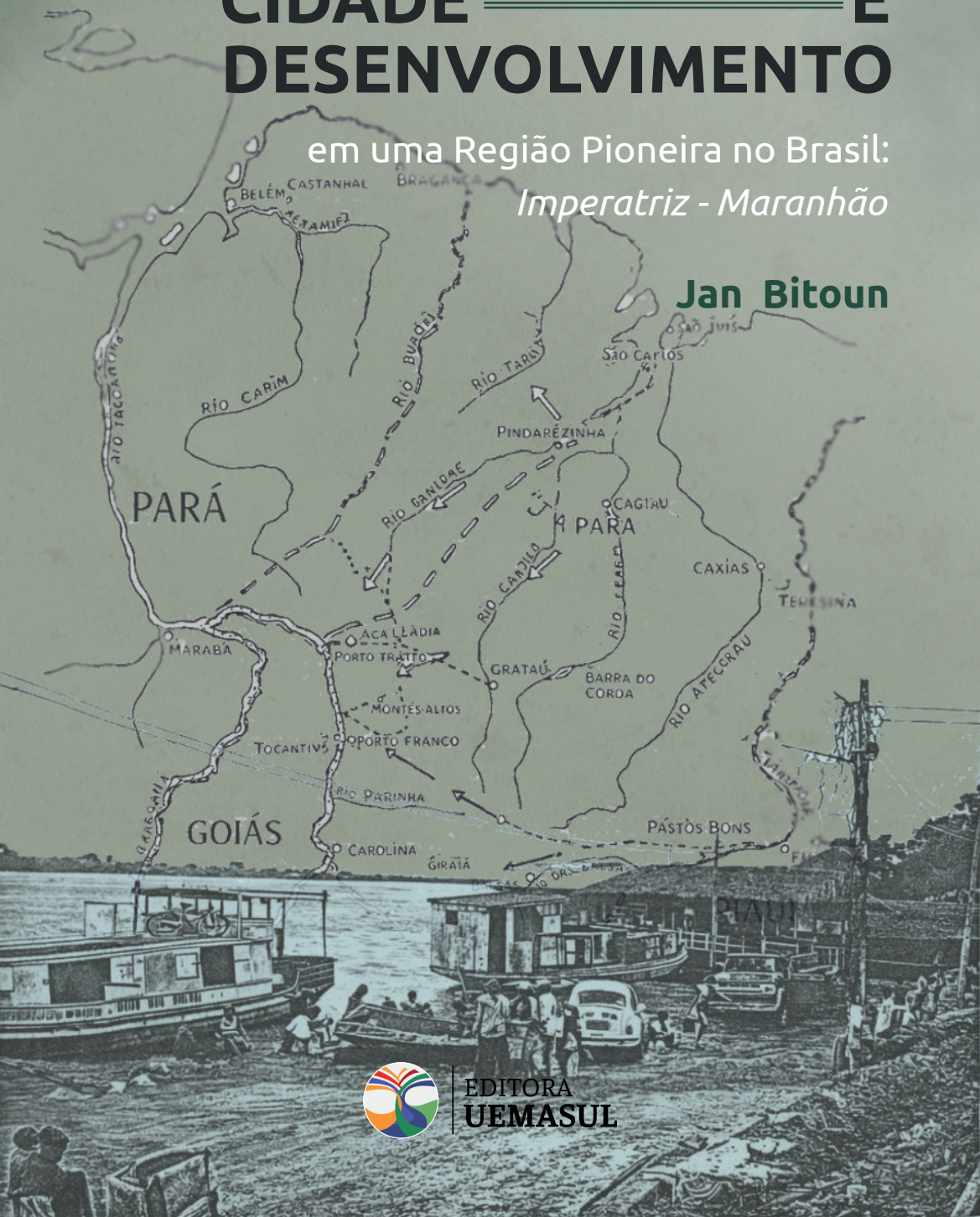


CIDADE E DESENVOLVIMENTO

em uma Região Pioneira no Brasil:

Imperatriz - Maranhão

Jan Bitoun



EDITORA
UEMASUL

JAN BITOUN

CIDADE E DESENVOLVIMENTO

em uma Região Pioneira no Brasil:
Imperatriz - Maranhão



EDITORA
UEMASUL

2026

Todos os direitos reservados à Editora UEMASUL. É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio, desta publicação.

O conteúdo desta publicação é de inteira responsabilidade dos autores.

Projeto Gráfico: Editora UEMASUL

Catálogo na publicação Seção de Catalogação e Classificação.

B624c Bitoun, Jan

Cidade e desenvolvimento em uma região pioneira no Brasil:
Imperatriz - Maranhão / Jan Bitoun. – Imperatriz: EDUEMASUL,
2026.

258 p. ; il.

ISBN 978-65-89274-45-2

1. Imperatriz - Maranhão. 2. Desenvolvimento regional. 3.
Geografia urbana. 4. Imperatriz - MA I. Título.

CDU 908(812.1)

Ficha elaborada pelo Bibliotecário: **Mateus de Araújo Souza CRB13/955**



Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL

Reitora

Profa. Dra. Luciléa Ferreira Lopes Gonçalves

Vice-reitor

Prof. Dr. Jorge Diniz de Oliveira

Pró-reitora de Gestão e Sustentabilidade Acadêmica

Profa. Dra. Márcia Suany Dias Cavalcante

Pró-reitor de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação

Prof. Dr. Allison Bezerra Oliveira

Pró-reitor de Planejamento e Administração

Prof. Dr. José Sérgio de Jesus Salles

Pró-reitor de Extensão e Assistência Estudantil

Prof. Dr. José Milton Lopes Pinheiro

Pró-reitor de Gestão de Pessoas

Prof. Dr. Bruno Lucio Meneses Nascimento

Pró-reitor de Infraestrutura

Prof. Dr. Wilson Araújo da Silva

Autor

Jan Bitoun

Conselho Editorial

Profa. Dra. Camila Brito Collares da Silva

Profa. Dra. Andrea Ferraz Silva Pereira

Prof. Dr. Bruno Maia Halley

Prof. Dr. Caleb da Silva Araujo Campelo

Profa. Dra. Carla Melli Tambarussi

Prof. Dr. Diego Carvalho Viana

Profa. Dra. Gilvânia Queiroz Madeira de Aguiar

Profa. Dra. Josiéli Demetrio Siqueira

Profa. Dra. Leisa Aparecida Gviasdecki

De Oliveira

Profa. Dra. Luciana Oliveira dos Santos

Profa. Dra. Luciene Santana Ferreira

Coordenação da Editora

Profa. Dra. Camila Brito Collares da Silva

Diagramação

Jeciane da Silva Chaves

Capa

Jeciane da Silva Chaves

Tradução e Revisão

Margarida da Conceição Oliveira

“Agora afinal cheguei nesta terra que diziam”

- Morte e vida severina de João Cabral de Melo Neto

**“Empresário de qualquer ponto do país, venha
ser feliz em Imperatriz!
A década de 80, época de definição, do início
real do desenvolvimento da cidade que mais
cresce no interior brasileiro.
Venha desenvolver com Imperatriz”**

- Frase motivacional da reunião mensal da
Associação Comercial e Industrial de Imperatriz,
5 de dezembro de 1979

**"Primeiramente, encher a barriga;
Em segundo lugar, fazer amor;
Em terceiro lugar, é preciso lutar.
Em quarto lugar, é preciso se embriagar.
Esta é a regra da vida;
Faça o que quiser, tudo é permitido,
(Quando se tem dinheiro)".**

- Autor desconhecido

**“Pela propriedade;
Pela expropriação dos outros;
Por uma partilha equitativa dos bens
supraterrestres;
Por uma partilha injusta dos bens terrestres;
Pelo amor;
Pela venalidade do amor;
Pela desordem natural das coisas,
Para que a idade de ouro dure”.**

- Grandeza e decadência da cidade de
Mahagonny de Bertolt Brecht.

APRESENTAÇÃO

Era uma cidade grávida, calada à beira de uma nova estrada. A célebre passagem da banda pernambucana Ave Sangria, imersa na atmosfera crítica e visionária do início dos anos 1970, sintetiza o objeto central deste estudo: Imperatriz, no sudoeste do Maranhão, às margens do rio Tocantins, expectante diante da rodovia Belém-Brasília que então lhe sulcava o território e redefinia seu destino. A metáfora da gravidez evoca a condição de uma urbe que carregava em si as promessas e as contradições do desenvolvimento nacional. Onde se anunciava pela integração viária, pela colonização dirigida e pela exploração das riquezas naturais, porém também gestava profusos conflitos fundiários, desigualdades socioespaciais e a precarização das populações rurais e urbanas mais vulneráveis.

É precisamente esse momento de transição (quando a antiga vila ribeirinha se transformava em polo de atração migratória e arena de disputas) que o geógrafo franco-brasileiro Jan Bitoun se propôs a examinar, com rigor analítico e sensibilidade de campo, na tese de doutoramento que agora se apresenta em edição brasileira, sob o título: *Cidade e Desenvolvimento em uma região pioneira no Brasil: Imperatriz – Maranhão*. Defendida na Universidade de Paris I Panthéon-Sorbonne em 1981, a obra constitui um marco na geografia urbana e regional brasileira. Isso se deve à originalidade do objeto, até então pouco explorado pela academia, contudo sobretudo pela abordagem metodológica que conjuga a análise estrutural das dinâmicas econômicas e fundiárias

com a escuta atenta dos atores sociais: roceiros, comerciantes, grileiros, posseiros, agentes públicos que, em suas lutas cotidianas, forjavam a organização de um espaço em plena ebulição.

O pioneirismo de Jan Bitoun pode ser observado em múltiplas dimensões. Em primeiro lugar, na escolha de um campo de pesquisa que, à época, figurava como uma “fronteira antiga tornando-se um espaço em jogo” (expressão que dá título ao primeiro capítulo e que revela a perspicácia do autor em identificar, na periferia amazônica, um laboratório para observar as teorias do desenvolvimento desigual e da polarização regional).

Em segundo lugar, na decisão de enfrentar as dificuldades materiais e epistemológicas de um trabalho de campo solitário, realizado em condições de acesso precárias e sob a desconfiança de atores locais envolvidos em conflitos pela terra. O autor percorreu as estradas de terra, conviveu com a poeira e a lama, coletou dados limitados em cartórios, hospitais sobrecarregados e sindicatos incipientes, construindo um painel empírico consistente.

O estudo contribui para a compreensão da geografia urbana de Imperatriz e de sua região. Bitoun investiga as engrenagens que produziam e reproduziam as desigualdades: a estrutura fundiária marcada pela grilagem e pela violência; a seletividade do crédito rural, que beneficiava os grandes proprietários em detrimento dos pequenos agricultores; a concentração dos serviços de saúde e educação na sede urbana, condenando a população rural à precariedade e ao isolamento; os circuitos de comercialização que, sob a aparência de trocas mercantis, operavam uma sistemática transferência

de renda do campo para a cidade e desta para os grandes centros do Sul e Sudeste.

Ao mesmo tempo, o autor desvela a atuação contraditória do Estado, ora como agente indutor da ocupação (pela construção de rodovias e pela propaganda desenvolvimentista), ora como árbitro tardio e ineficaz dos conflitos (com a criação do INCRA e, posteriormente, do GETAT), ora como promotor de grandes projetos de infraestrutura (Tucuruí, Carajás) que, embora apresentados como alavancas do progresso regional, aprofundavam a dependência e a espoliação das populações locais. Essa leitura crítica do planejamento estatal, ancorada em documentação variada e em observação participante, antecipa discussões atuais sobre o desenvolvimento territorial na Amazônia.

Do ponto de vista teórico, Bitoun dialoga com as tradições da geografia francesa (de Pierre Gourou a Michel Rochefort, passando por Claude Bataillon) e com a sociologia crítica brasileira (de Manuel Correia de Andrade a José de Souza Martins, de Francisco de Oliveira a Otávio Ianni), construindo uma síntese que confere à análise espacial a espessura das relações sociais e de poder. A noção de “região pioneira” é refinada, distinguindo-se da “frente de expansão” pela presença decisiva do capital mercantil e financeiro, pela urbanização acelerada e pela transformação da terra em mercadoria. Imperatriz emerge, assim, não somente como mero reflexo passivo das políticas nacionais, todavia como lugar ativo de produção de um novo ordenamento territorial, onde se ensaiavam, em escala local, as contradições do capitalismo periférico.

A presente edição, organizada e traduzida pela geógrafa Margarida da Conceição Oliveira (que,

natural do campo de pesquisa, confere ao projeto a legitimidade do pertencimento regional), resgata um documento que, por décadas, permaneceu de difícil acesso aos pesquisadores do pensamento geográfico brasileiro. O texto de Bitoun ganha agora circulação em língua portuguesa, permitindo que pesquisadores, estudantes e agentes públicos tenham contato com uma análise que ainda diz respeito à realidade da cidade de Imperatriz. Afinal, os dilemas ali descritos (a especulação fundiária, a precariedade dos serviços básicos, a vulnerabilidade dos migrantes, a captura do crédito pelas elites, a violência como mecanismo de expropriação) não foram inteiramente superados; antes, reconfiguraram-se sob novas roupagens, nos contextos do agronegócio, da mineração em larga escala e das políticas de incentivo à “modernização” da Amazônia.

Ao evocar a cidade “grávida, calada à beira de uma nova estrada”, captura-se a ambivalência daquele momento: a estrada (a Belém-Brasília) trazia consigo a promessa de integração e riqueza, entretanto também o silêncio das exclusões e das violências que a acompanhavam. O trabalho de Jan Bitoun vocalizou esses processos, inscrevendo no mapa da geografia brasileira uma região até então relegada ao esquecimento ou ao estereótipo do “inferno verde”. Trata-se de uma obra que não apenas examina o passado, mas também interpela o presente e convida a refletir sobre o tipo de desenvolvimento que se quer para as cidades e os campos da Amazônia (e, em última instância, para o Brasil como um todo).

Que esta edição sirva como ferramenta para aqueles que se dedicam ao estudo das fronteiras, das cidades médias e das políticas territoriais, reafirmando

o lugar do pensamento geográfico na compreensão e na transformação das realidades nacionais.

Margarida da Conceição Oliveira

Tradução

Imperatriz – Maranhão, abril de 2026.



SUMÁRIO

17	Introdução
41	PRIMEIRA PARTE: Região pioneira – região de confrontos
43	Capítulo I – O Sudoeste do Maranhão: uma fronteira antiga tornando-se um espaço “em jogo”
79	Capítulo II – A distribuição da população em 1979
105	Capítulo III – Uma população instável e móvel
131	SEGUNDA PARTE: A cidade na resolução de conflitos
133	Capítulo IV - Imperatriz, base do poder público
181	Capítulo V – Imperatriz, centro dos serviços básicos: o exemplo da saúde
207	Capítulo VI – Imperatriz, centro comercial
231	Para não concluir... Novos projetos possíveis na Amazônia Oriental
239	Referências bibliográficas

FRONTEIRA E DESENVOLVIMENTO: UM DEBATE EM CURSO

Em busca de terras ou de emprego, milhões de brasileiros têm percorrido seu continente nos últimos vinte anos. Essas migrações massivas são hoje objeto de um debate organizado pela Igreja Católica sob o tema: “Para onde esses brasileiros vão?”. As famílias, fixadas nas estradas, encontram sua terra prometida? Conseguem romper o círculo da miséria que as afligia em suas regiões de origem, especialmente no Nordeste, principal foco dessa emigração?

O movimento em direção às metrópoles industriais do Sudeste — Rio de Janeiro e, sobretudo, São Paulo — transforma esses migrantes em proletários que os sindicatos tentam organizar. Já o destino das famílias que partem para desbravar as terras virgens do interior, ao longo das estradas abertas, é mais incerto. A própria amplitude desse movimento para o Oeste cria novos campos onde se tecem relações sociais ainda instáveis.

Observar uma dessas regiões pioneiras, na borda da floresta amazônica, é tentar identificar quem, nessas novas terras, realiza suas esperanças e quem, mais uma vez, não encontra sua “Canaã”. A 700 km ao sul da foz do Amazonas, às margens do rio Tocantins, na estrada que liga Belém a Brasília, o município de Imperatriz do Maranhão, é um desses novos campos que, há vinte anos, atrai imigrantes de todo o Brasil para a valorização de um território antes negligenciado.

A colonização dessas terras novas foi maciça e súbita. A população municipal passou de menos de

40.000 habitantes em 1960¹ para quase 200.000 em 1979². Essa região do sudoeste do Maranhão tornou-se, assim, um ponto estratégico para todas as forças políticas e sociais responsáveis pela história brasileira nessas duas últimas décadas.

As forças revolucionárias instalaram ali, entre 1972 e 1975, o único foco de guerrilha rural que existiu no Brasil. O Estado interveio com vigor, instalando o 50º Batalhão de Infantaria da Selva, encarregado de assumir o controle efetivo dessa faixa da floresta amazônica e eliminar a guerrilha. Posteriormente, fixou na cidade um importante aparato administrativo e técnico.

Hoje, preocupado em aliviar as tensões sociais em um período de “abertura” política gradual, o poder propõe, através do GETAT (Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins), fundado em fevereiro de 1980 e diretamente ligado à Presidência da República, soluções para os conflitos fundiários decorrentes da imprecisão dos limites cadastrais, da acumulação de títulos de propriedade falsificados e da implacável aplicação da lei do mais forte.

Localmente, a Igreja engajou-se vigorosamente na defesa dos pequenos posseiros, favorecendo sua resistência cada vez mais ativa contra tentativas de expulsão. A gravidade desses conflitos levou a Igreja Católica no Brasil, como um todo, a se posicionar sobre a questão fundiária durante a conferência episcopal de Itaici³, em fevereiro de 1980.

1. Censo Demográfico do Brasil - VII Recenseamento Geral de 1960 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

2. SUCAM Imperatriz - Pesquisa direta.

3. O Mosteiro de Itaici, Jesuítas do Brasil fica localizado no município de Indaiatuba – SP, o local recebe, anualmente, o encontro anual da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Disponível no site: www.itaici.org.br Acesso em: 15 de julho de 2025.

Nessa região, a Igreja e o Estado estão, portanto, envolvidos em uma luta de influência cujos desafios são a forma do desenvolvimento rural e a erradicação das fontes de descontentamento que as forças revolucionárias poderiam explorar.

Analisar esses conflitos e tensões, esses esforços para resolvê-los ou atenuá-los em Imperatriz, é refletir sobre a gênese e a evolução de um espaço que se organizou com o “milagre brasileiro” desses últimos quinze anos. Um Brasil desenvolvido deveria surgir do gigantesco esforço exigido por parte da população pelos donos do país.

Enormes obras de infraestrutura, usinas hidrelétricas gigantes, rede de telecomunicações, malha rodoviária estendendo-se por todo o país e até o coração das florestas da Amazônia prometiam o acesso a novas fontes de riqueza e a integração de vastos territórios ao velho Brasil “útil”.

Paralelamente, o crescimento das cidades se acelerava, oferecendo aos industriais a possibilidade de empregar uma mão de obra abundante e permitindo a produção de bens de consumo destinados a um mercado interno urbano, protegido por barreiras alfandegárias.

Esse desenvolvimento do consumo urbano abria novas perspectivas para a agricultura brasileira, tradicionalmente exportadora de produtos tropicais. A partir de então, tratava-se também de abastecer as metrópoles do país e, para isso, impunha-se a conquista de espaços ainda inexplorados, as savanas do Centro-Oeste e as florestas da Amazônia.

A implementação desse modelo de desenvolvimento foi fortemente controlada pelo aparato estatal através de organismos de

planejamento regional (SUDENE⁴, SUDAM⁵) e instituições bancárias (BN⁶, BASA⁷), altamente centralizados. Esses órgãos eram responsáveis por atenuar tensões sociais em regiões em crise, direcionando, por exemplo, as migrações de nordestinos para a Amazônia, atrair capitais estrangeiros e mobilizar capitais nacionais por meio de incentivos fiscais e de uma ordem social que garantisse a viabilidade de projetos de longo prazo. Assim como os interesses de Portugal Colonial deram origem à região açucareira do litoral nordestino, foi dessa política que surgiram as novas regiões pioneiras do interior.

O estabelecimento de uma rede de comunicações moderna permitiu a rápida integração física de uma vasta faixa da bacia amazônica, do Acre ao Pará, ao restante do território brasileiro. As duas rodovias, Brasília-Belém e Cuiabá-Porto Velho, abertas na década de 1960 e constantemente melhoradas desde então, são os eixos dessa conquista.

Se as estradas de penetração, como Cuiabá-Santarém e a Transamazônica, abertas na década seguinte, ligam de forma precária durante a estação chuvosa, principalmente centros mineradores e grandes explorações florestais e pecuárias isoladas, ao longo das duas rodovias marginais, a ocupação é contínua, alimentada pela chegada de centenas de milhares de agricultores.

Segundo Michel Foucher, a população teria passado, em dez anos (1960-1970), de 100.000 para quase 2.000.000 de habitantes ao longo da Belém-

4. Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste.

5. Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia.

6. Banco do Nordeste do Brasil.

7. Banco da Amazônia.

Brasília (excluindo as cidades de Belém, Anápolis e Brasília)⁸. O território do estado de Rondônia teria multiplicado por sete sua população, que ultrapassou 700.000 habitantes em 1979⁹. A leste, toda a bacia do Araguaia-Tocantins teria, em 1980, 3.800.000 habitantes¹⁰. No total, de 4 a 5 milhões de pessoas vivem hoje em uma frente agrícola de conquista dos espaços florestais, ligada ao Brasil das metrópoles litorâneas.

Essa fronteira agrícola está integrada ao espaço econômico, social e político brasileiro, no qual ocupa um lugar necessário. José Graziano da Silva destaca três funções essenciais dessa fronteira:

- ✓ Garantir o abastecimento das cidades com alimentos básicos, como arroz e feijão, a preços baixos, viabilizados pelo modo de produção familiar;
- ✓ Receber famílias migrantes expropriadas e o excedente populacional do Brasil litorâneo, assegurando assim a reprodução da pequena produção camponesa em nível nacional;
- ✓ Aliviar tensões sociais no campo, propondo um novo Eldorado que constitui uma resposta alternativa às exigências de reforma agrária¹¹.

A fronteira é também o lugar onde grandes empresas brasileiras e estrangeiras, subsidiadas por bancos estatais, tentam experiências de produção de

8. Foucher, M. La mise en valeur de l'Amazonie brésilienne. NED n° 4110-4111 - Documentation française, Paris, 1974.

9. Revista Observador Amazônico do GETAM - Belém do Pará, março de 1980, p. 14.

10. Jornal do Brasil - 14/10/1980, p. 9.

11. Graziano da Silva, J. Para onde vai a Agricultura? Civilização Brasileira n° 10, abril 1979, p. 58-69.

commodities de exportação, como cana-de-açúcar, pimenta, borracha, soja, ou de produtos deficitários no mercado interno, como a produção de carne bovina. Além disso, é a base de grandes obras destinadas a explorar as riquezas minerais da Amazônia (ferro, bauxita, cobre e ouro de Carajás, cassiterita de Rondônia) e aproveitar os recursos hidrelétricos de seus grandes rios (A construção da barragem de Tucuruí no curso do rio Tocantins).

O novo espaço onde se desenvolvem essas atividades econômicas é o cenário de um processo de urbanização muito rápido. Cidades antigas renascem. A população de Cuiabá (MT) triplicou em dez anos, atingindo hoje 300.000 habitantes¹². Rio Branco (AC) tem registrado, na última década, uma taxa de crescimento anual superior a 12%¹³. Porto Velho (RO) passou de 32.000 habitantes em 1970 para 80.000 em 1976¹⁴. Núcleos urbanos insignificantes explodiram literalmente na última década: Ji-Paraná, Vilhena em Rondônia, Araguaína no norte de Goiás, Imperatriz no Maranhão são cidades que cresceram rapidamente; as mais importantes ultrapassam hoje 100.000 habitantes.

Para o sociólogo José de Souza Martins, essa urbanização é o sinal da instalação de relações econômicas e sociais características da frente pioneira, que sucede a uma fase chamada de “frente de expansão”. Em um primeiro momento, essa fronteira agrícola é dominada por uma “economia do excedente”. Os participantes, pequenos agricultores, dedicam-se principalmente à produção de subsistência

12. Jornal do Brasil - 30/08/1980, p. 15.

13. Jornal do Brasil - 24/08/1980, p. 22.

14. Valverde, O. (coord.). A organização do espaço na faixa da Transamazônica. Vol. I, FIBGE, Rio de Janeiro, 1979.

e, secundariamente, à troca de eventuais excedentes. Nessa fase, as terras públicas são ocupadas, mas não são uma mercadoria.

Uma segunda etapa, acompanhada pelo crescimento urbano, seria a do estabelecimento da frente pioneira. “Sociedades imobiliárias, ferroviárias, comerciais, bancárias lotearam as terras, transportaram mercadorias, compraram, venderam, financiaram a produção e o comércio. Passa-se assim da produção do excedente para a produção da mercadoria.”

Se a frente de expansão mantém com o sistema capitalista apenas relações indiretas, absorvendo o excedente demográfico e produzindo excedentes comercializados, “a frente pioneira surge como resultado direto da necessidade de produção da sociedade capitalista”¹⁵.

Essa distinção tem o mérito de apresentar a fronteira agrícola como um espaço onde uma dinâmica de integração ao capitalismo se intensifica, acompanhando o desenvolvimento das atividades produtivas e gerando, nessa vasta região do interior do Brasil, tensões que levam a questionar o próprio conceito de desenvolvimento.

Nos últimos vinte anos, a transformação das margens meridionais e orientais da grande floresta tem sido uma das facetas mais espetaculares do “milagre brasileiro”. Este prometia ao país, como um todo, emergir do subdesenvolvimento e, aos seus habitantes, melhores condições de vida. Analisar uma parcela desse vasto arco pré-amazônico, recentemente colonizado, é questionar o cumprimento dessas duas

15. Martins, J. de S. Frente pioneira: contribuição para uma caracterização sociológica. Cadernos do Centro de Estudos Rurais e Urbanos nº 5, São Paulo, 1972, p. 102-112.

promessas. A integração dessa fronteira ao espaço produtivo nacional permitiu superar os bloqueios clássicos ao desenvolvimento do país, amplamente denunciados pela comunidade científica? Ou pelo menos avançar nesse sentido?

Por trás do ritmo cíclico da prosperidade brasileira, bem conhecido desde o estudo de Celso Furtado¹⁶, desenha-se o sufocante encadeamento das relações de dependência: dependência global da economia do país da exportação de um produto (açúcar, ouro, borracha, café) e, conseqüentemente, das oscilações dos mercados sobre os quais o Brasil não tem controle; dependência da massa de produtores e consumidores brasileiros dos setores exportadores-importadores, ligados ao capital estrangeiro e constantemente desvalorizando a moeda nacional, acelerando os mecanismos inflacionários; dependência interregional das zonas produtoras para o mercado interno dos centros motores da economia, voltados para a exportação, arrastando todo o país para o marasmo em caso de retração dos mercados internacionais. Em que medida a valorização das novas riquezas da fronteira poderia ter contribuído para fortalecer o setor interno da economia e aliviar o peso da dependência?

Com o ensaio de Francisco de Oliveira¹⁷, outra chaga que afeta o desenvolvimento brasileiro é denunciada: a desigualdade interregional e, especialmente, a exploração do Nordeste pelas forças dominantes do Centro-Sul, que exageram os "particularismos" culturais e sociais e fazem ressurgir

16. Furtado, C. *A Formação Econômica do Brasil*. 14ª ed., Editora Nacional, São Paulo, 1976.

17. Oliveira, F. de. *Elegia para uma re(li)gião*. 2ª ed., Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1978.

periodicamente o espectro da fragmentação do Brasil ou, pelo menos, de sua desestabilização.

No contexto da fronteira agrícola, encontram-se brasileiros vindos de todos os estados do país. Se os camponeses pobres do Nordeste formam a maior parte da força de trabalho, o papel econômico dos “sulistas” é essencial. À imagem da “fronteira” americana, que reuniu no mesmo esforço pioneiro nortistas e sulistas, poderíamos ter assistido ali ao nascimento de um “novo brasileiro”, menos marcado pelas particularidades regionais.

A estrutura agrária desigual, o peso esmagador dos latifúndios, é denunciado com constância na obra de Manuel Correia de Andrade¹⁸, a instabilidade geográfica do agricultor, a mediocridade secular de suas técnicas de produção. São consequências diretas da estrutura fundiária que favorece a dependência e a relativa ineficiência da agricultura brasileira na produção de alimentos, e a necessidade de importar até mesmo feijão, elemento básico da dieta.

Na fronteira agrícola, jogava-se a possibilidade, sem grandes convulsões, de ver finalmente se constituir um campesinato estável, enquanto, nas regiões do antigo Brasil, a exigência de uma reforma agrária fazia renascer as tensões do início dos anos 1960. Peça central no desafio nacional do desenvolvimento, a fronteira é, ela mesma, um espaço em formação onde se joga, para centenas de milhares de famílias migrantes, a possibilidade de um destino melhor. A melhoria concreta de suas condições de vida depende da difusão regional do desenvolvimento.

Após os trabalhos de François Perroux, o papel das cidades nessa difusão é reconhecido como: “o

18. Andrade, M. C. de. Agricultura e Capitalismo. Livraria Editora Ciências Humanas, São Paulo, 1979.

crescimento econômico não aparece em todos os lugares ao mesmo tempo¹⁹. Manifesta-se em pontos, ou pólos de crescimento, e se espalha por diferentes canais, com intensidades variáveis, sobre toda a economia”. Comentando as teorias do economista francês, Manuel Correia de Andrade destaca que um polo de crescimento pode ser qualificado como polo de desenvolvimento: “quando, além do crescimento da produção, também provoca mudanças de estrutura favoráveis à população da região polarizada”²⁰.

Os geógrafos, preocupados em contribuir para o planejamento regional, encontram nas noções de rede urbana e região polarizada os correspondentes espaciais dos sistemas de fluxos econômicos²¹. No Brasil, essa abordagem foi amplamente seguida, gerando muitos estudos sobre as zonas de influência das cidades. Tentou-se uma cobertura total do território, utilizando o método de Michel Rochefort e Jean Hautreux, inventariando o equipamento funcional das cidades e tentando definir áreas de influência²².

As agências de planejamento, como a SUDENE, empreenderam então, uma série de pesquisas sobre as zonas de influência das cidades do Nordeste, capitais ou cidades do interior dos estados. Finalmente, em 1979, foi conduzido um estudo sistemático sobre o papel regional das cidades de portes pequeno e médio. A atenção dos poderes públicos voltou-se, assim, cada

19. Perroux, F. La notion de pôle de croissance. In: L'économie du XXe siècle. 2ª ed., PUF, Paris, 1964.

20. Andrade, M. C. de. Espaço, polarização e desenvolvimento. 4ª ed., GRIJALBO, São Paulo, 1977.

21. Boudeville, J. R. Aménagement du territoire et polarisation. M. Th. Génin, Paris, 1972.

22. Rochefort, M; Hautreux, J. L'armature et le réseau urbain. Notions de problèmes méthodologiques d'analyse. Revista Geográfica nº 63, Instituto Panamericano de Geografia e História, Rio de Janeiro, 1964.

vez mais para as cidades médias, buscando fortalecer seu papel regional para frear as migrações para as metrópoles.

Ao longo desses estudos, elaborou-se a lista de funções capazes de transformar um centro urbano em um polo de desenvolvimento regional. Os serviços básicos de educação e saúde, são garantidos por infraestruturas cuja capacidade deve ser adaptada à dimensão da população e sua zona de influência. Os equipamentos comerciais e industriais da cidade devem garantir a comercialização da produção agrícola, uma transformação parcial e o abastecimento da zona rural com bens de equipamento e consumo.

Por meio do aparato bancário, distribuindo crédito, e do acompanhamento técnico, difundindo o progresso científico, a cidade é o centro de onde se orienta a dinâmica da produção regional. Os serviços públicos são dimensionados de acordo com o papel regional que se deseja que a cidade assuma. Por trás da noção de pólo de desenvolvimento aparece, portanto, a do ordenamento do território e do controle pelo Estado da organização do espaço nacional.

A valorização das regiões pioneiras é contemporânea ao fortalecimento da autoridade do Estado federal, que, a partir de 1964, concentrou poderes como nunca antes. Nessa pré-Amazônia, por meio de agências de desenvolvimento, bancos estatais e um aparato administrativo muito importante, os poderes públicos agem de forma muito direta. Além disso, em nome da Segurança Nacional, asseguraram a propriedade da terra ao longo das grandes rodovias.

Dispondo, portanto, de meios consideráveis, que política de ordenamento do território implementaram nessa fronteira agrícola? As cidades que ali nasceram

ou cresceram sob o efeito do movimento migratório foram tornadas capazes de difundir harmonicamente o desenvolvimento por meio de infraestruturas à serviço dos habitantes do espaço regional?

Apresentada, no início dos anos 1970, como um “espaço-solução”, a fronteira agrícola viu, desde então, sua imagem se degradar. O arco pré-amazônico surge na atualidade como uma “terra de problemas” a mais, onde se perderam oportunidades de criar as condições para o desenvolvimento nacional e regional. Essa reflexão sobre o espaço recém-integrado ocorre no momento em que toda a sociedade brasileira se questiona, por meio de órgãos de informação que hoje se expressam mais livremente, sobre as consequências das políticas seguidas nos últimos vinte anos.

A crise mundial, atingindo o Brasil em cheio, após o fim do “milagre econômico”, questionou a eficácia do modelo seguido. No plano regional, a fronteira agrícola parece incapaz de cumprir as funções que esse modelo lhe atribuía: produção à baixo custo de alimentos básicos, recepção do excedente populacional, alternativa à reforma agrária. A pequena agricultura familiar, vítima tanto de circuitos de comercialização exploradores quanto do esgotamento progressivo da fertilidade do solo devido à prática tradicional da agricultura de queimada em terras cada vez menos disponíveis, apropriadas por outros (pecuaristas ou especuladores), é incapaz de desenvolver uma produção alimentar compatível com o crescimento do mercado interno de consumo.

O fluxo de imigrantes deixou de ser oficialmente incentivado, tamanho o volume de tensões que gera. A insuficiência dos equipamentos básicos (saúde, educação, habitação) cria um contexto de miséria que

só poderá ser superado com pesados investimentos públicos. Por fim, a luta pela apropriação definitiva da terra nessa região, entre pequenos agricultores, empresários, grandes empresas nacionais e estrangeiras e, localmente, indígenas, desenrola-se de forma tão sangrenta que o próprio Estado deve intervir, propondo uma “reforma agrária localizada”²³.

A fronteira agrícola é, portanto, hoje percebida como um campo fechado onde conflitos violentos devem ser resolvidos para que a valorização dos recursos naturais da Amazônia possa ser realizada. O momento de um primeiro balanço parece ter chegado, e de todos os setores ativos da opinião pública surgem análises críticas. O filme “Bye Bye Brasil”, do diretor Carlos Diegues, populariza nas telas nacionais e internacionais o tema da migração de nordestinos para a Amazônia. Essa busca pela sobrevivência resulta apenas em frustrações e na perda, assimilada à prostituição, da identidade cultural.

O tema da defesa da Amazônia é objeto de uma intensa campanha pública. Denunciam-se tanto os verdadeiros impérios criados na floresta por grandes grupos, geralmente norte-americanos²⁴, quanto o destino das populações indígenas²⁵ e as consequências econômicas e ecológicas de um desmatamento feito em nome do lucro imediato²⁶.

Por fim, a Igreja, apoiada em equipes de pesquisadores antropólogos e sociólogos, divulga

23. Jornal Província do Pará - Reforma agrária na região do Tocantins. 02/02/1980.

24. Sautchuk, J. Projeto Jarí: a invasão americana, as multinacionais estão saqueando a Amazônia. Ed. Brasil Debates, São Paulo, 1979.

25. Tuba - Grupo de Teatro da UFPB: Guarani com Coca-Cola. Recife, outubro de 1980.

26. Valverde, O; Reis de Freitas, T. L. O problema florestal da Amazônia Brasileira. Vozes, Petrópolis, 1980.

amplamente informações sobre os conflitos pela terra: “Em quase todas as unidades da Federação, sob formas diversas, eclodem conflitos entre, de um lado, grandes empresas nacionais e multinacionais, falsários e proprietários, e, de outro, posseiros e indígenas. Violências de todos os tipos são cometidas contra estes últimos para expulsá-los da terra.

Como foi amplamente comprovado, nessas violências estão envolvidos milicianos e assassinos profissionais, até mesmo forças políticas, oficiais de justiça e até juízes. Não é raro observar a anomalia escandalosa da aliança entre milícias privadas e a polícia para executar ordens de expulsão. No Maranhão, tradicionalmente conhecido como o estado das terras livres, abertas à entrada de agricultores pobres, foram registrados, em 1979, 128 conflitos²⁷, alguns envolvendo centenas de famílias.

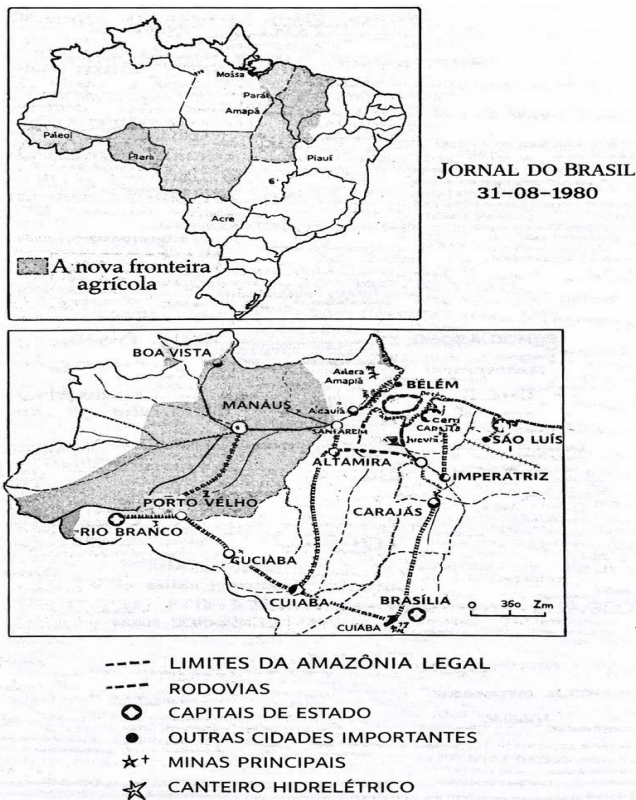
Isso mostra a extrema violência em nosso país, da luta pela terra, assumindo características de uma guerra de extermínio em que as perdas mais pesadas estão do lado dos agricultores pobres. Esse processo se intensifica na chamada Amazônia Legal, embora também ocorra em outras regiões²⁸. Diante dessas denúncias, o Estado federal implementa, ao longo do ano de 1980, um novo aparato reforçado: o GETAT (Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins), encarregado de tratar da questão fundiária, além de um polo de desenvolvimento da bacia do Araguaia-Tocantins, coordenando o uso de fundos internacionais provenientes da OEA²⁹.

27. Vozes. Revista de Cultura - O Documento da terra - Bispos do Brasil - Espaço Agrário. Petrópolis, março de 1980, p. 5-20.

28. Ianni, O. - Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia. Vozes, Petrópolis, 1979.

29. Organização dos Estados Americanos.

Figura 01: “A nova fronteira agrícola”.



Fonte: Jornal do Brasil, 31 de agosto de 1980.

Se os rumores persistentes sobre a criação de um território federal em torno das enormes riquezas minerais de Carajás não são suficientes para garantir a Imperatriz um futuro como capital, a visita do presidente Figueiredo a essa cidade em outubro de 1980³⁰ evidencia a importância dessa região

30. Discurso proferido no dia 16 de outubro de 1980 para entrega de títulos fundiários no município de Imperatriz. Disponível na Biblioteca da Presidência da República. Url: www.biblioteca.republica.gov.br. Acesso em: 15 de julho de 2025.

e a vontade do Estado de controlar os processos econômicos e sociais desencadeados nos últimos vinte anos. Meu trabalho tem a ambição de contribuir para alimentar esse fluxo de questionamentos, apresentando uma análise geográfica da dinâmica que leva as populações rural e urbana de uma porção da fronteira agrícola a um movimento de valorização e organização de um espaço regional.

A ESCOLHA DE UM CAMPO DE PESQUISA

A ideia de realizar um estudo geográfico da região de Imperatriz só se concretizou após um processo gradual. Esse percurso tem três momentos expostos aqui, como uma espécie de preâmbulo à reflexão metodológica. O primeiro passo é uma escolha teórica: pesquisar em uma região pioneira e a Geografia continua sendo uma ciência do espaço, e, a partir daí, os geógrafos passam à ideia de região: “compartimentos do espaço onde os homens vivem em solidariedade de economia e comportamento”³¹.

Essa definição atribui toda a importância à vida econômica e social como fundamento da organização do espaço. Ora, tanto o sistema econômico, constituído por forças concorrentes ou solidárias disputando seu controle, quanto a vida social, “emaranhado de interações e relações”³², são caracterizados por sua dinâmica. Em um estágio pioneiro, eles estão se estabelecendo, as implicações estão se realizando e podem ser percebidas diretamente pelo olho empírico do geógrafo. Os atores privados e públicos ainda não tiveram tempo de se camuflar em uma luta sem

31. Labasse, J. *L'organisation de l'Espace*. Ed. Hermann, Paris, 1966.

32. Claval, P. - *Principes de Géographie sociale*. Ed. M.Th. Génin, Paris, 1973.

sutilezas se desenrola da qual nasce a organização regional. Há, portanto, ali, um momento privilegiado a ser captado, que dá ao geógrafo a possibilidade de descrever a emergência de uma estrutura nova do espaço.

O estímulo para a pesquisa o tema veio em 1976, durante um congresso de Geografia em uma comunicação de uma geógrafa brasileira, Bertha Becker³³ apresenta os resultados de uma pesquisa sobre o fenômeno urbano ao longo da rodovia Brasília-Belém, entre Imperatriz e a cidade de Castanhal, na região bragantina do Pará. A autora estuda, além do crescimento urbano de Imperatriz, o nascimento e a evolução de vilarejos do tipo “strassendorf”: os “povoados”. Estes nascem como “pontos de concentração da força de trabalho mobilizada para o desmatamento”.

São lugares de agrupamento de mercadorias e serviços, funções asseguradas por pequenos comerciantes, alguns desses vilarejos estão ligados à circulação rodoviária. A maioria deles tende a estagnar e desaparecer, no entanto, um pequeno número, valorizado por uma vantagem de situação, continua a crescer e ampliar sua zona de influência, conquistando a dos menores. Consequentemente, desenvolve-se uma hierarquia, indicando a existência de relações funcionais e os primórdios de uma estruturação regional³⁴. Por meio dessa apresentação, tomei conhecimento de uma intensa dinâmica urbana que traduz as transformações na organização do espaço.

O projeto de pesquisa só tomou forma após

33. Becker B. K. A hypothesis concerning the origin of the urban phenomenon on a resource frontier in Brasil Dat. - Commission on regional aspects of development - 23rd International Geographical Congress, Duchanbe, 1976.

34. Becker, B. K. - *Ibidem*.

uma estadia na região de Imperatriz, em agosto de 1977, algumas impressões foram coletadas e orientaram a abordagem intelectual. A impetuosidade do movimento de urbanização aparece de forma evidente; colocadas à margem do Tocantins, duas ruas de modestas casas antigas guardam a lembrança da Imperatriz anterior a 1960. A avenida que liga a cidade do rio à Belém-Brasília é, por três quilômetros, um eixo comercial imponente, ao qual as novas construções e as transformações em curso dão o aspecto de um canteiro de obras.

Nas laterais da estrada, oficinas, hotéis e armazéns de arroz atestam a importância econômica da cidade. Na periferia, bairros de casebres estão em construção, à noite, em torno de pequenos bares iluminados a querosene, os únicos pontos de referência na rede de vias poeirentas, grupos de homens se reúnem ao som de um acordeão e um triângulo, diretamente vindos do sertão nordestino.

O impulso urbano é perceptível no resto da região. Açailândia, 70 quilômetros ao norte de Imperatriz, é, na Belém-Brasília, uma parada inquietante. As ruas de terra esburacadas estão entregues ao lixo e aos porcos, as casas de taipa surgem aleatoriamente, como na pista do aeroporto, ainda livre em outubro de 1976 e boa parte da cidade é zona de prostituição.

Tudo aqui testemunha a incapacidade física e econômica de receber imigrantes em boas condições, o eixo rodoviário é, ele mesmo, ladeado por vilarejos, fileiras de casas de taipa, encaixadas entre a pista e cercas que delimitam grandes propriedades. O tráfego de caminhões carregados de tábuas ou troncos, transportando gado, atesta uma intensa vida

de relações. No nível local, o burro é amplamente utilizado, especialmente para o transporte de água e passam, sem reduzir a velocidade, grandes caminhões frigoríficos ligando São Paulo à Belém.

O espaço rural é marcado pela diversidade ecológica, ao sul de Imperatriz domina a savana, o “cerrado” que se adensa nas elevações. A trinta quilômetros ao norte da cidade, aparece a floresta equatorial e entre as duas formações, estende-se o palmeiral de “babaçu”. As formas de degradação são evidentes, especialmente ao longo da Belém-Brasília onde a floresta desapareceu.

Uma paisagem de pastagem, pontilhada de troncos enegrecidos, testemunha a passagem do fogo, a diversidade ecológica guia a diversidade social? Onde estão as grandes explorações e onde se instalam os pequenos colonos? Qual é a dinâmica do desmatamento e da apropriação desse espaço físico?

Para melhor compreender as consequências da diversidade ecológica, decidi incluir no estudo, além do município de Imperatriz (13.352 km²), o de João Lisboa (2.055 km²), mais isolado, afastado da estrada, e o de Montes Altos (3.039 km²), onde se estende a savana. Delimitei, assim, um campo de mais de 18.000 km², sem muitas preocupações teóricas.

A terceira observação feita durante essa curta estadia refere-se à evidente presença da ação pública, se manifesta na profusão de placas: projetos fundiários do Incra³⁵, financiamentos sob a égide da Sudam³⁶ e o projeto Polamazônia. Não há um edifício um pouco importante, um rebanho de vacas nelore em uma grande propriedade, que não esteja acompanhado de um desses painéis, informando à população local

35. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

36. Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia.

que ela está em vias de desenvolvimento.

Certamente, as necessidades parecem imensas e o observador, mesmo desatento, não pode deixar de sentir uma situação confusa. O jornal local *O Progresso*³⁷ informa sobre os conflitos pela terra: posseiros³⁸, grileiros³⁹, jagunços⁴⁰ e gatos⁴¹, são alguns dos atores desses dramas cotidianos. Na cidade, como no campo, os contrastes socioculturais são tão acentuados que se pode ter a impressão da coexistência de dois povos nesse território.

Vindos principalmente dos estados do sul do Brasil, fazendeiros empreendedores, uma população urbana exercendo profissões liberais, insistem em destacar o que, segundo eles, os separa — hábitos de higiene, ambições, gosto pelo trabalho, espírito empreendedor, educação — de uma população inferior de pequenos agricultores e trabalhadores rurais, quase todos originários do Nordeste.

Enquanto os primeiros começam a usufruir dos efeitos do desenvolvimento dos equipamentos sociais e do comércio da cidade, os segundos parecem privados do necessário. É esse quadro pintado com traços um pouco rudes, uma imagem simplista, essa visão rápida que foi preciso transformar em análise para tentar compreender as regras da organização do espaço regional.

37. O Jornal *O Progresso* foi fundado em maio de 1970 pelos jornalistas José Matos Vieira e Jurivê de Macedo, na cidade de Imperatriz-MA.

38. Ocupantes precários de terras públicas.

39. Possuidores de títulos falsificados de propriedade.

40. Capanga.

41. Recrutadores de mão de obra.

DO DESEJÁVEL AO POSSÍVEL UMA METODOLOGIA

Claude Bataillon, ao definir o geógrafo como “um faz-tudo, capaz de utilizar de forma aproximada ferramentas e materiais variados, mas incapaz de ajustar com precisão esse conjunto heterogêneo”⁴², destaca a dificuldade enfrentada por todo pesquisador. Entre o desejo de rigor teórico e a abundância de materiais díspares, entre a vontade de compreender sistemas e as lacunas e desigualdades das informações, uma navegação delicada conduz do desejável ao possível.

O desejável teria sido — e, no fundo, é essa ambição assumida de um geógrafo formado pela escola francesa — conseguir elaborar uma geografia regional desse sudoeste do Maranhão. Identificar todas as regras da organização do espaço, aquelas que explicam a estrutura atual e também as que são o motor das transformações futuras e reconhecer todas as forças que moldam a realidade regional, tanto as originadas do meio local quanto as que o englobam.

Trata-se de uma ambição prometeica⁴³, para a qual eu não tinha nem os meios teóricos e nem os práticos. Este trabalho se apresenta, portanto, como o início de uma operação de desbravamento, uma “derrubada”⁴⁴, árdua devido às condições locais e às próprias limitações da pesquisa. Em uma região pioneira, caracterizada por uma dinâmica demográfica intensa, por mudanças econômicas rápidas e por uma administração ainda em

42. Bataillon, C. *Etat, pouvoir et espace dans le Tiers Monde*. IEDES - Collection Tiers Monde, PUF, Paris, 1977.

43. Aqui qualifica uma ambição inalcançável mesmo se sempre recomeçada

44. Primeira etapa do roçado, em que as árvores são cortadas e deixadas no solo para secar e serem queimadas.

implantação, as bases estatísticas e cartográficas são muito imprecisas.

Entre os 703 candidatos a recenseadores para o censo nacional de 1980, apenas quatro moravam na zona rural, de acesso tão difícil⁴⁵. É de se supor que o grau de imprecisão será alto nas áreas rurais. Os mapas disponíveis na RADAM⁴⁶, tanto os municipais, frequentemente estão muito distantes da realidade, especialmente no que diz respeito à localização e à toponímia de vilarejos e áreas desmatadas.

Na prática, fora das sedes municipais, como estudar um território que as representações oficiais — estatísticas e cartográficas — ignoram ou abordam de forma genérica e aproximada? Além disso, as condições físicas de acesso a esse “interior” são muito precárias, durante a estação chuvosa, quase todo o território fica intransitável, exceto a pé.

O pesquisador também enfrenta obstáculos psicológicos decorrentes dos conflitos em torno da demarcação de propriedades. A palavra “geógrafo” soa perigosamente próxima de “topógrafo”, profissionais contratados por proprietários — legítimos ou fraudulentos — para delimitar terras. Essas dificuldades pesam ainda mais quando a própria pesquisa precisa ser realizada em condições precárias: um trabalho solitário, sem recursos financeiros, feito durante os períodos de recesso da Universidade Federal do Pernambuco, totalizando menos de três meses de trabalho de campo.

A exploração de dados bibliográficos levou à consulta de quatro grandes grupos de documentos: Estudos temáticos com trabalhos de economistas,

45. Jornal O Progresso - Imperatriz, 08/07/1980.

46. Projeto iniciado nos anos 1970 para mapeamento e monitoramento dos recursos hídricos da Amazônia e de outras regiões do Brasil.

sociólogos e geógrafos que tratam da fronteira agrícola e do futuro da agricultura camponesa de pequena escala. Dependendo do território geográfico estudado, foram examinados livros e artigos sobre a Amazônia, o Maranhão e a região onde a Imperatriz se localiza. Alguns trabalhos teóricos sobre os conceitos de desenvolvimento e polos foram consultados de autores que eram historiadores, geógrafos, estudiosos locais e jornalistas. Por fim, documentos, publicações de organizações públicas e, especialmente, artigos de grandes jornais de circulação nacional, regional e local, podem ser descritos como factuais.

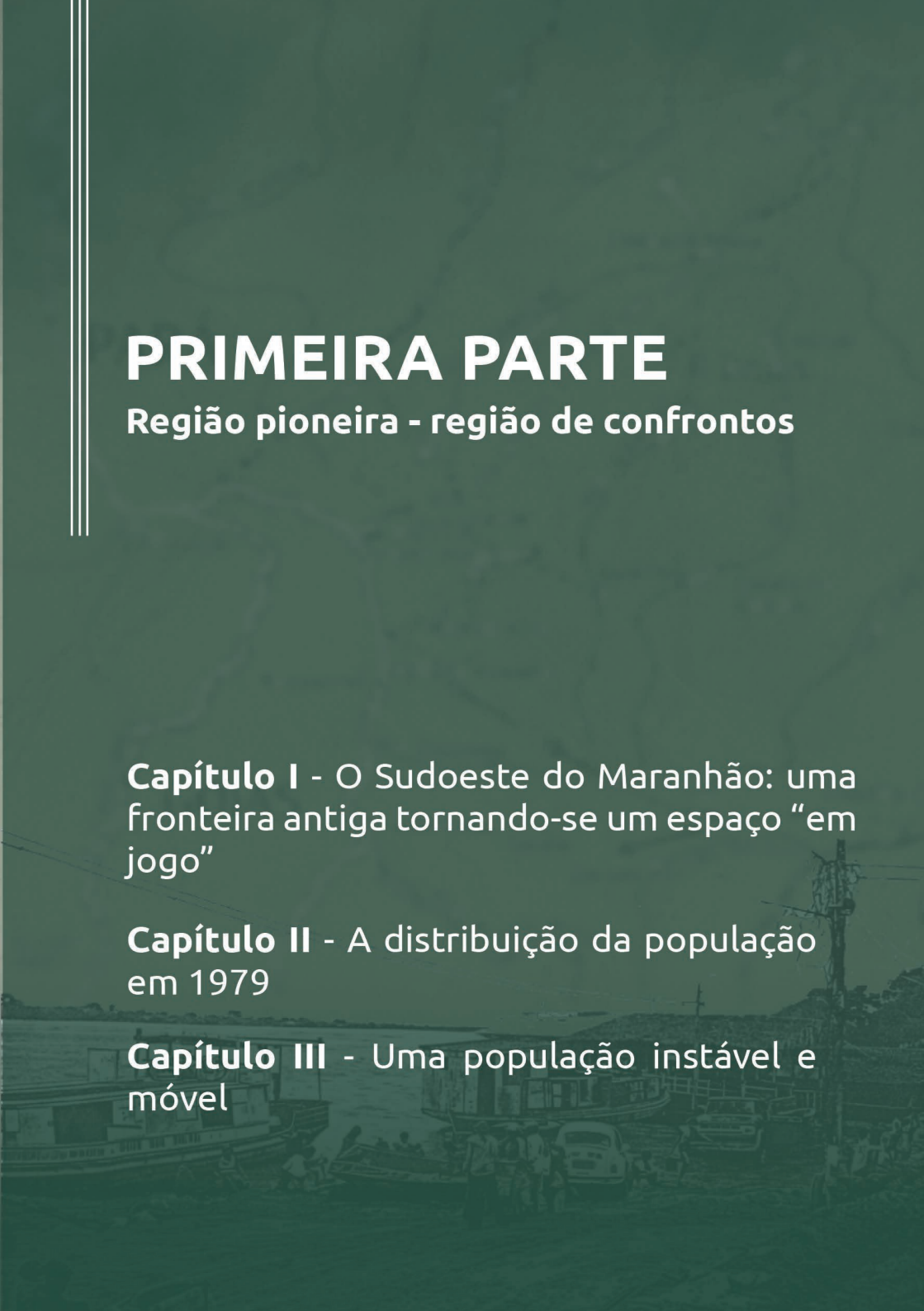
Essas informações, recolhidas aos poucos, e até nos últimos dias para acompanhar o ritmo acelerado da evolução que a região vive, norteou os trabalhos no local. As pesquisas foram realizadas sistematicamente com as informações parciais, mas precisas da população rural e com as organizações urbanas atuantes no campo: SUCAM (Superintendência de Campanhas de Saúde Pública), EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural), BB (Banco do Brasil), BASA (Banco da Amazônia S.A), hospitais, órgãos fiscais da esfera municipal e estadual.

Reuniões com produtores, comerciantes, consumidores e moradores proporcionaram oportunidades de diálogo. A técnica de distribuição sistemática de questionários não foi utilizada, daí a palavra aos intermediadores, e me pareceu mais preferível sacrificar a exaustão rígida à sinceridade, fruto do acaso.

Em suma, o que alcançamos é mais uma compreensão, que pode nascer de um trabalho parcial, do que um conhecimento, que exigiria uma cobertura total da região, da organização do

espaço e de suas dinâmicas. Na primeira parte, a fronteira é apresentada como um campo onde as condições do confronto atualmente em curso entre forças econômicas concorrentes são gradualmente postas em prática, influenciando a distribuição e a mobilidade da população.

Na segunda parte, se estuda o papel regional da cidade de Imperatriz, analisando o funcionamento dos serviços públicos, da infraestrutura básica e do comércio da cidade. Busca-se determinar como e em favor de quem o crescimento econômico da região está orientado.

The background of the page is a dark, monochromatic photograph of a river scene. In the foreground, there are several boats, including a larger one on the left and smaller ones further down the river. A utility pole with wires is visible on the right side. The overall tone is somber and historical.

PRIMEIRA PARTE

Região pioneira - região de confrontos

Capítulo I - O Sudoeste do Maranhão: uma fronteira antiga tornando-se um espaço “em jogo”

Capítulo II - A distribuição da população em 1979

Capítulo III - Uma população instável e móvel

O SUDOESTE DO MARANHÃO: UMA FRONTEIRA ANTIGA TORNANDO-SE UM ESPAÇO “EM JOGO”

“No Brasil, o grosso do exército de colonos se desagregou em grupos de batedores que, cada um, por avanços rápidos, obteve grandes sucessos. Mas, depois, são obrigados a permanecer estacionados em postos avançados, isolados, sem ligação regular com a retaguarda, e não podem esperar ajuda senão num futuro distante, com o aumento do número de habitantes. Em suma, poucas palavras bastam para resumir toda a comparação: a colonização norte-americana é uma realidade; a brasileira, até agora, não passa de um esboço.”

Heinrich Handelman, *Geschichte von Brasilien*, Verlag von Julius Springer, Berlin, 1860, 989 p., p. 610 ⁴⁷

— Você sabe que eu acredito em estradas, disse Vilar.
— Mas estradas para quê? disse Otávio.

— Isso é o que você deve perguntar a si mesmo.
— Ora — disse Vilar — para os brasileiros andarem, para se conhecerem...
— Vilar — disse Otávio irritado — é uma espécie de máquina de desbravar.

— É preciso que alguém desbrave, velhinho, disse Vilar
— depois, outros verão o que vão fazer com o roçado.
— Vão deixar crescer o capim outra vez, disse Otávio — para eles próprios pastarem.
— Ah, Otávio! disse Vilar — se me derem tudo que preciso, eu calço a Transbrasiliana de um jeito que nunca mais cresce nem pó em cima. Os brasileiros vão poder patinar do Oiapoque ao Chui.” ⁴⁸

Antônio Callado, *Quarup*, 9ª ed., Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, p. 152.

47. Citado por L. Waibel, *Capítulos de Geografia tropical e do Brasil*, 2ª ed., FIBGE, Rio de Janeiro, 1979, 328 p., p. 303.

48. Tradução.

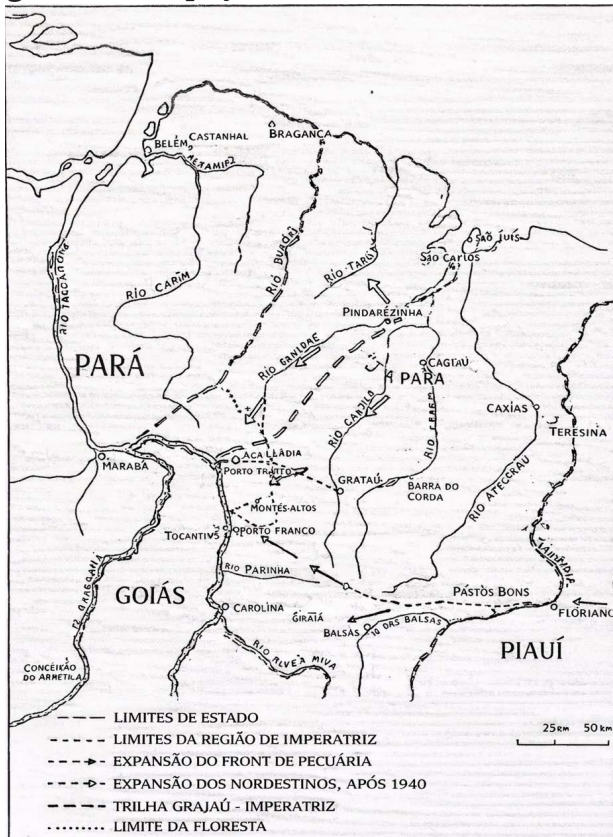
A história da ocupação do interior do sudoeste do Maranhão, como a de outras regiões da Pré-Amazônia, do Acre ao Atlântico, mudou de ritmo brutalmente. O texto, meticulosamente militar do historiador de mais de um século atrás, coloca uma população anônima, dispersa, isolada, levando uma existência medíocre em um espaço pioneiro, desintegrado no arquipélago. O diálogo lírico, inventado pelo romancista dos anos sessenta, apresenta uma fase totalmente diferente dessa tomada de posse pelos brasileiros de seu Oeste: o tempo dos aventureiros, dos empresários animados por grandes desígnios políticos e estratégicos, o espaço pioneiro desenhando faixas ao longo dos eixos rodoviários em um espaço integrado, explorado, cobiçado.

Essa mutação, cujas etapas se propõem reconstituir aqui, está na origem da organização do espaço, rural e urbano, da região de Imperatriz. A transformação em menos de um século, de um “sertão” distante, vivendo fechado em si mesmo, em uma região atraindo empresários e trabalhadores de todo o Brasil, “do Oiapoque ao Chuí”, provocou uma série de rupturas ecológicas, econômicas, sociais e culturais que vivem, sejam os vencedores ou os abandonados, os participantes da aventura pioneira que modela a sociedade local.

A tomada de posse da totalidade das terras do sudoeste do Maranhão, hoje realizada, supunha que o movimento de colonização fosse capaz de penetrar e explorar dois meios ecológicos: aquele controlado desde o final do século XVIII, das savanas que, ao sul da região, morrem às margens do rio Tocantins e o da floresta amazônica, que se estende a oeste e ao norte. Essa fronteira só foi ultrapassada tardiamente, com a abertura da rodovia Belém-Brasília em 1960, vitória permitida pela penetração progressiva, numa fase anterior, de modestas comunidades de roceiros, a

A cada uma dessas etapas de apropriação do espaço físico, organiza-se uma sociedade local cujas estruturas econômicas e mentais refletem a capacidade da sociedade brasileira de conquistar e explorar o interior do país. Do final do século XVIII até hoje, a ação da sociedade sobre o espaço local torna-se cada vez mais direta, determinando assim, cada vez mais estreitamente, o destino dos pioneiros. Se a fronteira era, há um século, um quintal abandonado, tornou-se hoje uma oficina onde se elaboram riquezas disputadas, um espaço “em jogo”.

Figura 02: Ocupação do Sudoeste do Maranhão.



Fonte: Organizado pelo autor do livro.

NA FRONTEIRA DA FLORESTA: UM “SERTÃO” CONHECIDO MAS POUCO EXPLORADO (DO MEIO DO SÉCULO XVIII AO MEIO DO SÉCULO XX)

OS FUNDAMENTOS ECONÔMICOS DA PENETRAÇÃO

Até meados do século XX, o vale do Tocantins permanece um “sertão”, ou seja, uma região “quase desabitada pelos brancos”⁴⁹, um interior reconhecido mas incompletamente controlado por uma população escassa, dispersa, isolada e instável. Em função de dois temas gerais da geografia e da história do Brasil — a oposição entre o litoral e o interior e a sucessão dos ciclos econômicos —, a noção de “fronteira” assume, neste país, um sentido particular.

A oposição entre o litoral e o interior é uma das características geográficas mais clássicas do Brasil, ela aparece nitidamente em um mapa das densidades populacionais. Para todos os autores de obras gerais sobre o Brasil, essa distribuição desigual é consequência da economia colonial baseada na exportação de produtos agrícolas, como o açúcar e o café, e minerais, como o ouro, através de portos em ligação com a Europa.

Essa concentração das atividades essenciais no litoral deixa o interior do Brasil vazio ou entregue a uma ocupação extremamente frouxa. A “fronteira” brasileira, devido a essa dominação econômica exercida por centros externos, é muito diferente da “frontier” clássica, aquela que, nos Estados Unidos, faz os pioneiros/fazendeiros se deslocarem em um avanço contínuo do leste para o oeste ao longo do século XIX.

49. Monbeig, P. Pioneiros e Plantadores de São Paulo. Cadernos da Fundação Nacional de Ciências Políticas. A. Colin – PARIS – 1952. 376 p.

Richard M. Morse nota que “no Brasil, a fronteira não é uma linha, um limite, um avanço da civilização”⁵⁰, ele insiste no caráter frouxo e irregular dessa ocupação. Esse é o tema desenvolvido por Viana Moog, opondo a tradição pioneira norte-americana à dos “bandeirantes” brasileiros⁵¹. A zona ocupada e explorada se estende como uma mancha de óleo e no outro, ela se dispersa, formando um arquipélago no meio de um território inexplorado.

Essa ocupação frouxa, após o reconhecimento pelas “bandeiras”, apoia-se essencialmente em duas atividades: a pecuária extensiva, dependente da demanda dos mercados litorâneos e a agricultura de subsistência de queimadas, complementada pela coleta. Um único movimento pioneiro no Brasil conhece uma continuidade territorial: o da frente cafeeira que, ligado diretamente à economia exportadora, se estende de São Paulo até o Paraná no século XX⁵².

A sucessão de ciclos de prosperidade efêmera, baseados na exportação de um produto, é o traço dominante da história econômica do Brasil⁵³. Cada um dos ciclos assegura a prosperidade de uma parte do país. Depois, em sua fase de declínio, provoca uma crise, esse traço é bem conhecido e está na origem da irregularidade no tempo dos movimentos pioneiros no Brasil.

Enquanto nos Estados Unidos o movimento de leste para oeste é contínuo no século XIX, no Brasil as

50. Morse, R. M. *The Bandeirantes; the historical role of the brazilian pathfinders*. Ed. A.A. Knopp, New York, 1967.

51. Moog, V. *Bandeirantes e Pioneiros*. 9ª ed. Ed. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1969.

52. Monbeig, P. *Pioneiros e Plantadores...* Op. cit.

53. Furtado C. *A Formação Econômica do Brasil*. 14ª ed. Editora Nacional. São Paulo, 1976. 248 p.

penetrações no interior são muitas vezes efêmeras. O caso mais célebre situa-se na Amazônia, com o ciclo da borracha: entre 1870 e 1910, a população da região Norte passa de 320.000 para 1.217.000 habitantes⁵⁴. Em 1940, a população não aumentou, o que supõe que, ao movimento de imigração, avaliado em 500.000 unidades por Celso Furtado⁵⁵ e em 300.000 por Samuel Benchimol⁵⁶, sucedeu-se um refluxo ligado ao declínio brutal das exportações de borracha.

Na segunda metade do século XVIII, um movimento de menor amplitude havia provocado um impulso de povoamento no interior do estado do Maranhão, ligado à alta dos preços do algodão e do arroz, devido à Guerra de Independência dos Estados Unidos. Essas condições excepcionais desaparecidas, o impulso pioneiro ao longo dos rios Itapecuru e Mearim morre ou se desintegra pela dispersão dos “caboclos” praticando agricultura e coleta de subsistência.

Localmente, a história da penetração no vale do Tocantins confirma esses traços gerais que fazem do interior do Brasil um “sertão” reconhecido por expedições, mas explorado por uma população dispersa, isolada e móvel. O reconhecimento do sudoeste do Maranhão é obra das “entradas” vindas do litoral do Nordeste e das “bandeiras” originárias de São Paulo.

Essas incursões militares ocorrem ao longo do século XVII, vinham para tomar posse do território, os religiosos, para plantar a cruz no interior do domínio reconhecido a Portugal pelo Papa em Tordesilhas e para capturar mão de obra indígena em

54. Santos, R. *História Econômica da Amazônia (1800-1920)*. T.A. Queiroz Ed. São Paulo, 1980. 358 p.

55. Furtado, C. A Formação Econômica... Op. cit.

56. Benchimol, S. Estrutura Geo-Social e Econômica da Amazônia. Gov. do Estado do Amazonas. Manaus, 1966. Vol. I, p. 153.

busca do Eldorado. Se, partindo do litoral da Bahia, a entrada dirigida por Francisco Spinoza alcança o São Francisco, já em 1554, a conquista do Piauí, entre o São Francisco e o Parnaíba, exige um século de luta contra os índios Cariris. A Casa da Torre de Garcia d'Ávila comanda essa ocupação, que constitui a retaguarda da penetração no sul do Maranhão.

Mas já a região do médio Tocantins havia sido reconhecida por bandeiras de origem paulista, seguindo os grandes rios em busca do ouro. Entre 1615 e 1618, a expedição de Antônio Pedroso de Alvarenga teria descido o Tocantins até seu confluente com o Araguaia, depois subido esse rio para retornar ao sul de Goiás. Em meados do século XVII, as bandeiras goianas exploram o curso do Tocantins em expedições aventureiras. Assim, desertores da bandeira Anhanguera, sob a direção de José Peixoto da Silva Braga, teriam sido aprisionados em Belém, após descer o rio em toda sua extensão. Em 1674, após rumores sobre descobertas de ouro no vale do Tocantins por bandeiras paulistas, o governador do Pará organiza, sob a direção do Padre Raposo, uma expedição que volta de mãos vazias⁵⁷.

Esses episódios deixam traços apenas nos arquivos, a verdadeira colonização vem do leste, com a expansão no “cerrado” do sul do Maranhão, das zonas de pecuária, organizadas pelas grandes famílias da Bahia entre o São Francisco e o Parnaíba. Vencida a resistência indígena no Piauí, o Parnaíba é atravessado e grandes domínios nascem na região dos Pastos Bons, uma savana mais rica que a caatinga do São Francisco. Esse avanço, seguindo a “pata do boi”, alcança, em meados do século XVIII em 1761, as

57. Salm de Miranda, Maj. Expansão para o Norte. Biblioteca Militar Vol. CII, Ed. Bedeschi. Rio de Janeiro, 1946. 156 p. p. 100 - 106.

ciudades de Pastos Bons e Balsas e, em 1806, as margens do Tocantins na região de Carolina⁵⁸

Na mesma época, e sem que os arquivos guardem traço disso, devem chegar ao sul do Maranhão aqueles que, ao lado dos pecuaristas, formam a população dispersa dos “sertões” brasileiros. Escravos fugidos, brancos em ruptura, encontram na caça, na coleta do coco babaçu, na pequena agricultura sobre queimadas e no garimpo o suficiente para sobreviver e povoar o sertão de aventuras individuais à margem da grande história. A Coroa portuguesa, no entanto, conduz uma política ativa de colonização no Maranhão a partir da Baía de São Marcos, controlada desde 1615 e protegida pelo monopólio comercial concedido à Companhia do Grão-Pará e Maranhão, fundada pelo Marquês de Pombal em 1755.

Encorajadas pela alta dos preços do algodão necessário às fiações inglesas após a ruptura com as colônias norte-americanas em 1776, as grandes famílias portuguesas do Maranhão empreendem à colonização do interior, recebendo “sesmarias” (grandes domínios de 18 x 6 km) ao longo dos rios Itapecuru, Mearim, Grajaú e Pindaré, plantando algodão, cana e arroz e importando escravos da África. Martine Droulers e Patrick Maury destacam o crescimento da população da capitania do Maranhão, passando de 80.000 habitantes no final do século XVIII para 150.000 em 1822, mais da metade são escravos⁵⁹.

Essa progressão para o sul gera seus marginais, penetrando mais adiante nas florestas, os oito anos turbulentos da Balaiada, revolta que agita o Maranhão

58. Coelho Netto, E. História do Sul do Maranhão: Terra, Vida, Homens e Acontecimentos. Ed. São Vicente, Belo Horizonte, 1979. 237 p.

59. Droulers, M. e Maury, P. Colonização da Amazônia Maranhense. Inédito. 35 p. Setembro de 1979.

de 1838 a 1846, devem aumentar o número daqueles que buscam se isolar nos vastos territórios do interior. A abolição da escravidão pela Lei Áurea de 1888 deve ter o mesmo efeito, moderado, no entanto, pelo crescimento urbano de São Luís e Caxias, onde se criam fiações. No total, esses contingentes devem ser bem modestos no distante vale do Tocantins, e é, na realidade, a iniciativa dos estados que está na origem da implantação definitiva de alguns centros habitados nessa periferia.

Situada nos confins de três províncias, já reconhecida pelas bandeiras e vagamente ocupada por alguns grandes domínios de pecuária, a região do Tocantins ganha importância com a necessidade de delimitar as respectivas cidades de Goiás, Pará e Maranhão, seus primeiros centros. Carolina, o centro mais importante da região até a abertura da Belém-Brasília, nasce da competição entre as províncias do Goiás e Maranhão. A primeira fundação ocorreu em 1806, na margem esquerda do rio, no local da atual Tocantinópolis. Já em 1823, o povoado ganhou o status de “cidade” e o nome protetor da Imperatriz do Brasil. Em 1836, nome e status são transferidos para São Pedro de Alcântara, na margem direita e a montante, a província de Goiás afirma assim, sua presença nas terras do Além-Tocantins

Somente pela lei 1.773 de 1854, o Maranhão faz reconhecer seus direitos sobre a região e, já em 1859, promove Carolina ao centro da Comarca (circunscrição judiciária). A ambição territorial da província do Pará justifica a expedição que, em 1852, funda na margem direita do rio Santa Tereza do Tocantins. Os arquivos da Assembleia Legislativa do Pará revelam a natureza dessa empreitada, composta

por um punhado de militares, um missionário carmelita, Manoel Procópio do Coração de Maria, dois mineralogistas e duas famílias de colonos.

O objetivo desse pequeno grupo é “evangelizar e reunir, em locais adequados e conforme as circunstâncias, as tribos que habitam não apenas as margens do Tocantins, mas também as de seu afluente, o Araguaia, até os limites de nossa província com a de Goiás”⁶⁰

Descrevendo as tribos existentes, o texto indica que, apesar da sua situação no território do Goiás, os índios “só buscam o Pará e só recebem do Pará ferramentas, armas, bugigangas e tecidos”. Finalmente, o presidente da província deseja que essa expedição, “se bem-sucedida, como ardentemente desejo, traga vantagens consideráveis para nossa navegação interior, facilitando e reforçando nossas relações comerciais com a província de Goiás”.

Mais uma vez, o Maranhão deve defender e fazer reconhecer seus direitos e, uma vez realizado isso em 1854, esforça-se para criar uma situação administrativa clara, concedendo o status de “vila” a um dos miseráveis povoados de palhoças situados ao norte de Carolina. Santa Tereza é escolhida em 1856, depois abandonada em favor de Porto Franco em 1859, situado em frente a Boa Vista de Goiás (Tocantinópolis). Finalmente, em 1862, os habitantes de Santa Tereza, desejando um local melhor, com a promessa de construção de igreja e prefeitura, a presença de uma população indígena mais numerosa na floresta e possíveis relações com o Pará, conseguem definitivamente o status de arrancado de Porto

60. Coelho, J.F. – Fala dirigida à Assembleia Legislativa Provinciana da Província do Grão Pará. 1/10/1849. Fotocópia fornecida pelo jornal O Progresso, Imperatriz.

Franco e garantindo-ló ao se colocarem sob a proteção do nome da Imperatriz Tereza Cristina: Vila Nova da Imperatriz.

OS EIXOS GEOGRÁFICOS DA ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO

Se as disputas jurídicas, resolvidas na Corte, entre as províncias dominam tanto a história da colonização do sudoeste do Maranhão, é porque a vida local da região é pouco animada; trata-se, na realidade, de um fim do mundo, a famosa “Sibéria do Maranhão”, onde um comércio esporádico utiliza apenas vias de transporte precárias. No cerrado, os únicos eixos são as trilhas traçadas pelo gado e percorridas por carros de boi. Em um cruzamento ou em uma elevação, uma barraca serve de ponto de descanso para os fazendeiros e vaqueiros dos arredores. Assim, Montes Altos nasce de um pequeno aglomerado de palhoças de prostitutas em torno de um alambique produzindo cachaça⁶¹. Com a passagem da linha telegráfica Pindaré-Tocantinópolis e a fixação de um posto em 1907, o povoado recebeu o status de vila em 1949.

Os verdadeiros eixos comerciais são os rios, que permitem ligações extra-regionais, a leste de Riachão, a região dos Pastos Bons é servida pelo Parnaíba, descido por embarcações carregadas de couros, carne seca e gado. A via natural do comércio dos “sertões” do sudoeste do Maranhão é o Tocantins, em cujas margens se erguem pequenos aglomerados de armazéns e pontos de parada para comerciantes, viajantes e missionários vindos de Belém ou a ela

61. Keller, F. I. V. Carmosa e seu vaqueiro: um caso famoso no Sertão. Anuário Antropológico, Brasília, 1976. p. 39/70.

retornando⁶². Mas o Tocantins é uma via medíocre, cortada por corredeiras — Santo Antônio, Croa, Três Barras e Taurizinho. “Em período de águas baixas, a navegação é interrompida, mesmo para embarcações de menos de dez toneladas”⁶³. De abril a outubro, podem-se realizar as trocas, exceto durante as enchentes, às vezes catastróficas, como em 1926 e 1980. O rio é tão incômodo que outra via deve ser organizada, seguida por tropas de mulas ligando Imperatriz a Grajaú, de onde embarcações descem para São Luís e a trilha é depois seguida pela linha telegráfica já mencionada.

A essas vias de comunicação fluviais e terrestres, que rompem tão mal o isolamento da região, é preciso acrescentar aquelas, sonhadas por espíritos empreendedores, que elaboram projetos visando desenclausurar o sudoeste do Maranhão. O mais constante desses projetos, antepassado da ideia de Belém-Brasília, é o de uma ligação fluvial-terrestre entre Belém e as regiões de pecuária dos “sertões” do Maranhão e de Goiás. Em um discurso de 1860 na Assembleia da província do Pará, o presidente justifica, em nome da complementaridade econômica, das leis sagradas do liberalismo comercial e das possibilidades de exportação, os esforços a serem empreendidos para abrir através da floresta essa via terrestre que, do rio Capim a Imperatriz, substitui vantajosamente a perigosa via fluvial. Aqui abaixo seguem as instruções à época:

62. Laraia, R. de B. e Da Matta, R. Índios e Castanheiros. A empresa extrativa e os Índios no Médio-Tocantins. 2ª ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1978. 208 p.

63. Andrade, M.C. de e Potengi, G.F. (coord.). Dinâmica das microrregiões de intensa atividade migratória. Vol. I – SUDENE-UFPE-UFPB. Recife, 1980. 218 p. p. 65.

Instruções recebidas por Manoel José Pereira Tavares de Melo e Albuquerque, encarregado das explorações para a abertura de uma rota conduzindo do ponto mais conveniente do Rio Capim à província de Goiás.

A abertura de rotas que coloquem em contato direto o mercado da Província do Grão-Pará e os centros produtores das Províncias de Goyaz e Matto-Grosso é um benefício tão evidente e poderoso para seus comércios, que isso nunca escapou nem aos governos da Metrópole e do Brasil, nem aos empreendedores privados, e uma série de atos, em diversas épocas, atesta o propósito de explorar tais rotas; esses louváveis esforços, no entanto, foram sempre interrompidos, e as comunicações continuaram a ser feitas pelos longos e perigosos rios Araguaia, Tocantins, Madeira e outros; é preciso, portanto, recomençar, e desta vez com a firme vontade de levar a empresa a bom termo, sobretudo porque os imperiosos reclamos de primeira necessidade alimentar a província do Grão-Pará, cujos campos não bastam à produção de gado para seu próprio consumo, fazem com que a carne atinja um preço excessivo, se indiretamente ou não fossem taxadas pelas leis provinciais nº 108, 132 e 264, de 6 de Dezembro de 1842, 28 de Maio de 1846 e 14 de Outubro de 1854, aliás contra os verdadeiros princípios da ciência econômica e a constituição política do Império, quando, como relatado, os criadores de Goyaz e mesmo os da comuna de Carolina, no Maranhão, podem, abastecendo amplamente o mercado do Pará, estabelecer o preço natural, talvez abaixo do atual, e desta forma, liberadas a demanda e a oferta, poder-se-á abolir uma lei que não deixa de ofender o direito de propriedade e que não traz nenhum benefício real

à classe menos favorecida pela fortuna, atualmente excluída do mercado, e que retira dos cofres provinciais uma receita crescente para distribuí-la aos consumidores ricos; se houvesse um excedente no mercado de consumo interno, a mercadoria não se desvalorizaria em prejuízo do produtor, pois aqui chegam os barcos de Caiena e de outros lugares, cuja demanda é constante; convém, portanto, sem perder de vista todos os grandes benefícios da via de comunicação terrestre entre as províncias do Pará e do Goyaz, cuja exploração vai recomençar dar prioridade ao que é mais oportuno, o transporte do gado dos campos que estão situados nos confins dessas províncias.

Angelo Thomaz do Amaral. Fala dirigida pelo
Respectivo Presidente à Assembleia Legislativa da
Província do Grão-Pará, 1860⁶⁴.

Outro projeto defendido nos anos 1930 por um prefeito de Imperatriz, propõe a criação de uma estrada através da floresta do Pindaré em direção a Santa Luzia e ao litoral do Maranhão⁶⁵, a abertura dessa estrada é, aliás, garante ele, fácil. Na verdade, apenas a partir de 1935 os serviços do Correio Aéreo Nacional rompem um pouco o isolamento. Nenhuma dessas vias que teriam permitido o transporte de gado através da floresta equatorial pôde ser realizada. A sociedade local acomoda-se a esse recolhimento sobre si mesma e é incapaz de penetrar de forma permanente a floresta amazônica que se estende ao norte da cidade.

64. Cópia fornecida pelo Jornal O Progresso.

65. Barros, E.M. Eu Imperatriz. Imperatriz, 1972. 283 p. p. 87.

UMA OCUPAÇÃO MODESTA, RESPEITOSA DOS LIMITES ECOLÓGICOS

No cerrado do sul do Maranhão formou-se uma sociedade estável que domina o espaço e o explora de forma muito extensiva. Trata-se, antes de tudo, de uma dominação fundiária baseada juridicamente, desde 1695, no sistema das “sesmarias” de pecuária (grandes domínios de 18 km por 6 km, separados de seus vizinhos por uma distância de 6 km), atribuídas pela Coroa; fundada nos títulos de posse concedidos aos exploradores pelo Domínio Público após a lei 601 de 1850 e nos títulos emitidos por cada um dos estados após 1891. Uma divisão jurídica do espaço se constitui, delimitando, às vezes de forma imprecisa, grandes domínios de pecuária.

Mais do que pela extensão das terras, a riqueza de uma família se mede pelo número de cabeças de gado. Este permanece mal conhecido, tão primitivas são as técnicas de pecuária ultraextensiva: “Nos pastos naturais, os animais vivem livres, tornando-se bois magros e musculosos. Os cuidados se limitam à cura de feridas, à defesa contra animais selvagens, à queima periódica dos pastos e a uma vigilância do gado para evitar que se torne selvagem”⁶⁶. A criação desse gado “crioulo” é de rendimento muito baixo. Manuel Correia de Andrade nota que os bois só atingem o estágio de abate após cinco ou seis anos⁶⁷.

O grande domínio isolado no cerrado deve assegurar a subsistência da família proprietária e dos vaqueiros que marcam e cuidam do gado, o leite e os queijos formam a base de uma alimentação

66. Valverde, O. Geografia da Pecuária no Brasil. Finisterra, Rev. Portuguesa de Geografia, CEG – Lisboa, 1967 – N° 4. p. 244/261.

67. Andrade, M. C. de. Paisagens e problemas do Brasil. 5ª ed. Ed. Brasiliense, São Paulo, 1977. 288 p. p. 112.

complementada pela mandioca, a cachaça e o açúcar da cana plantada nos fundos de quintais úmidos. O algodão serve para fabricar redes e tecidos necessários. As trocas com o exterior são reduzidas ao mínimo: venda de produtos animais — gado em pé, carne seca, couro, peles de animais selvagens — e dos excedentes da produção agrícola — algodão e cachaça; compra de armas, ferramentas, tecidos e sal.

Lena Castello Branco Ferreira Costa descreve a vida de um desses grandes proprietários do sertão, onde a acumulação monetária é reduzida e a sociedade local organizada de modo patriarcal. A autora nota que “o coronelismo se exacerba nas regiões onde os problemas de comunicação e autoridade são mais difíceis”⁶⁸. O proprietário é, antes de tudo, aquele que organiza o controle dos índios, pacificados em 1850 na região de Montes Altos, e progressivamente integrados na atividade pecuária.

Sua influência pode ser decisiva, uma vez que ele atua como o principal intermediário entre a sociedade local e as autoridades estaduais. Foi graças aos esforços de um de seus grandes proprietários que Montes Altos conquistou sua emancipação política em 1955, superando a resistência do município de Imperatriz.

Quanto aos vaqueiros, muitos deles de origem indígena, seu interesse está vinculado à prosperidade da propriedade, já que cultivam roças para garantir a subsistência de suas famílias. Além disso, durante a reunião anual do gado, recebem um bezerro a cada quatro nascidos, como parte de um acordo tradicional.

Os habitantes do sertão compartilham um sentimento de igualdade, que a antropóloga Francisca Vieira Keller explica: “Ser grande não se traduz por

68. Ferreira Costa, L.C.B. Arraial e Coronel. *Dois Estudos de História Social*. Ed. Cultrix, São Paulo, 1978. 206 p. p. 116.

uma qualidade de vida diferente, por formas de gastos distintas ou por acesso a bens diferentes. Assim, o aspecto igualitário se baseia em critérios qualitativos, enquanto as diferenças repousam sobre fatores favoráveis (melhores terras, melhores acessos aos rios, melhor localização da propriedade) e fatores quantitativos (maior número de filhos, parentela mais extensa, maior antiguidade na região; maior intimidade e familiaridade com os políticos locais e rebanho maior) que não alterariam o caráter igualitário”⁶⁹. A escassez da circulação monetária e a ausência de conflitos de classe explicam a estabilidade e a imobilidade dessa sociedade que controla as savanas do sul da região.

Nas pequenas cidades ribeirinhas às margens do rio — Carolina e Imperatriz no Maranhão, Tocantinópolis em Goiás, Marabá no Pará —, o dinheiro circula mais, durante a temporada de navegação. Os comerciantes, muitas vezes libaneses, que convivem ao lado dos missionários e de um punhado de funcionários constituem a maioria da população local. Possuem armazéns onde os produtos locais comercializados são trocados em Belém do Pará pelos produtos vindos dessa cidade e necessários aos habitantes da região: um comércio que, limitado pelas dificuldades de transporte e pela dominante autossubsistência na economia local, tenta encontrar na exploração dos espaços florestais possibilidades aumentadas de lucro.

O suporte físico dessa penetração é a rede dos igarapés⁷⁰ que, ao norte de Imperatriz e na margem do Goiás, permitem o acesso às seringueiras, às castanheiras-do-pará, aos babaçuais dos quais se

69. Keller, F. I.V. Carmosa e seu vaqueiro... Op. cit.

70. Tradução: Braço de rio.

extrai a amêndoa. A região participa, portanto, do ciclo da borracha entre 1870 e 1910 e do da castanha-do-pará nos anos 1930; essa atividade de coleta é por natureza nômade, e sua intensidade depende da variação internacional dos preços.

Em Imperatriz, os efeitos dessas febres são moderados pela relativa pobreza florística da floresta situada ao norte, onde só o babaçu abunda, e pela resistência dos índios Gavião em se integrar a essas atividades de coleta. Se Marabá, ao norte, cresce e decresce em função delas, e se seu comércio, favorecido pela convergência das vias fluviais, consegue dominar um vasto espaço regional através do sistema amazônico do aviamento⁷¹, se Carolina, ao sul, se afirma como centro administrativo, cultural e comercial dos grandes proprietários do “sertão”, Imperatriz, prejudicada pela distância do litoral em sua atividade exportadora das amêndoas de babaçu, é apenas uma praça comercial secundária, incapaz de realizar a integração das atividades regionais.

“Assim, embora o proprietário possa dispor de terra e de uma certa força de trabalho, ele não possui o capital que o tornaria capaz de empreender a coleta da castanha de forma rentável. Por outro lado, se o comerciante possui um capital (em dinheiro e em mercadorias), ele não tem as terras e não controla as instituições legais que lhe permitiriam adquiri-las”⁷². Observam Roberto da Matta e Roque de Barros Laraia, mostrando a impotência dos dois grupos dominantes da sociedade local para empreender uma exploração sistemática dos recursos da floresta. O crescimento de Imperatriz é freado pela atração periódica de

71. Tradução: Sistema de crédito em cadeia que leva ao endividamento permanente dos trabalhadores da borracha.

72. Laraia, R. de B. e Da Matta, R. Índios e Castanheiros... Op. cit.

Marabá ou de um local de garimpo próximo, que leva os mais aventureiros a tentar a sorte na floresta, essas incursões levam, nesta cidade de fronteira, à formação de um capital de informações sobre o meio florestal local sem conseguir esgotar suas riquezas.

O TEMPO DAS COMUNIDADES DE ROÇA (A PARTIR DE 1940)

OS FUNDAMENTOS ECONÔMICOS DA PENETRAÇÃO

Essas riquezas acumuladas atraíram famílias expulsas pela pobreza em meados do século XX. A partir de 1940, a região do Tocantins tornou-se um dos destinos de deslocamento de camponeses sem terra do Nordeste. As causas que explicam por que essa parte do Brasil é um reservatório nacional de excedente de mão de obra são conhecidas: os efeitos da estrutura agrária, que justapõe latifúndios, muitas vezes improdutivos e minifúndios incapazes de garantir a subsistência de famílias numerosas por muito tempo, são agravados pelas secas periódicas que, a cada trinta anos aproximadamente, atingem a região, exceto por uma estreita faixa litorânea. Por fim, a manutenção de uma alta taxa de natalidade e a ausência de formação profissional para a maior parte da população, que forma, a cada geração, um grande contingente de mão de obra não qualificada.

A partir dos anos 1930, esse excedente, ainda reforçado pela “modernização” que lentamente questiona a estabilidade dos laços tradicionais entre o ocupante e a terra no campo, não encontra nas cidades

do Nordeste uma estrutura de acolhimento favorável. Essas cidades começam a sentir os efeitos da crise que desmantela rapidamente suas indústrias, fundadas no final do século XIX.

Assim, no Maranhão, as fiações e tecelagens de algodão de São Luís (seis fábricas), Caxias (quatro fábricas) e Codó (uma fábrica), instaladas por empresários locais após a abolição da escravidão, perderam seu dinamismo. Os capitais familiares, remunerados pela venda do tecido no mercado interno, são incapazes, sem passar por um pesado endividamento, de suportar os custos, aumentados pela desvalorização da moeda nacional, da renovação necessária das máquinas importadas da Inglaterra no final do século passado. Além disso, a falta de meios de transporte na região impõe restrições e obriga a comprar em um curto período, de setembro a dezembro, antes das chuvas, todo o algodão necessário à produção, o que leva a uma falta de flexibilidade na utilização do capital⁷³. Esses fatores favorecem a penetração no mercado local pelas produções das indústrias paulistas, apoiadas nos capitais do café e protegidas pela política do Estado.

Se as cidades do Maranhão não podem, por razões econômicas, acolher os emigrantes rurais, a conjuntura política encoraja os poderes públicos a desviá-los para outros grandes centros do Nordeste. A Revolução de 1930 e os distúrbios que se sucederam até a consolidação do Estado Novo (1937) mostraram o potencial de instabilidade que constitui um barril de pólvora como Recife. Através dos discursos do Presidente Vargas, manifesta-se, no final dos anos trinta, uma teoria da conquista do Oeste apoiada na

73. Projeção - Revista da Associação Comercial do Maranhão. Porque faliu o parque têxtil no Maranhão. São Luís, Maio de 1980.

ideologia nacionalista⁷⁴, sem que uma prática venha orientar para o Maranhão o êxodo que chega a esse estado.

Trata-se, na verdade, da continuação de um movimento espontâneo de agricultores das regiões semiáridas em direção às terras livres e úmidas mais próximas, reforçado pelo refluxo daqueles que, partindo para a Amazônia, ligaram seu destino ao da borracha. A partir de 1910, a queda brutal dos preços pôs fim à forte imigração nordestina, principalmente dos cearenses, desencadeada pela coincidência do “boom” da borracha na Amazônia e da grande seca de 1877-1879 no Nordeste semiárido. Nos anos quarenta, a demanda militar provoca um renascimento sem futuro da exploração dos “seringais”⁷⁵ do Acre e do Amazonas. Mais uma vez, os “cearenses” formam a maior parte da mão de obra. Através dessas mobilizações e desmobilizações sucessivas, constitui-se uma população instável e volante, mas habituada a buscar no meio florestal os meios de sua sobrevivência⁷⁶.

Praticando a agricultura de corte e queima, os roceiros garantem os componentes de sua dieta alimentar. Teresinha de Alencar Cunha descreve a sequência das refeições: pão de arroz ao acordar, um almoço de arroz e um pouco de feijão, às vezes enriquecido com uma pequena quantidade de carne de porco, cuja criação é feita à base de milho; para complementar a dieta, o jantar consiste em arroz e ovo e a farinha de mandioca⁷⁷. A coleta fornece

74. Velho, O.G. Capitalismo autoritário e Campesinato. DIFEL, São Paulo, 1976.

75. Tradução: Explorações de seringueiras.

76. Ferranin, S.A. Transertanismo – Sofrimento e miséria do Nordeste na Amazônia. Vozes, Petrópolis, 1979.

77. Alencar Cunha, T.H. de. Terra da promessa – Luta pela Subsistência de um povoado na frente de expansão do Sudeste do Maranhão. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Museu Nacional, Rio de Janeiro, 1977. 220 p.

elementos indispensáveis: plantas medicinais e, sobretudo, a amêndoa do babaçu, que, além dos materiais de construção, fornece a gordura e por fim, a caça permite suportar as dificuldades do tempo da instalação.

Os excedentes comercializados, arroz e amêndoas, permitem adquirir, na cidade, as poucas ferramentas indispensáveis, o sal e o açúcar, o café, o querosene. Na verdade, o que as famílias que abrem clareiras na floresta buscam é a subsistência. Eles a esperam de um confronto com uma natureza que sabem ser generosa, e a cidade é para eles apenas um ponto de apoio para a conquista do espaço florestal.

OS EIXOS GEOGRÁFICOS DA PENETRAÇÃO

Os caminhos dos imigrantes que começam a chegar à região no final dos anos quarenta para abrir a roça⁷⁸ não são vias triunfais, na verdade, a penetração na floresta pelos roceiros ocorre sem que existam infraestruturas de transporte que os orientem. A consolidação, em 1953, da estrada que substitui a trilha do telégrafo, de Grajaú a Imperatriz, não seria suficiente para explicar a atração que, de repente, exerce a fronteira florestal do sudoeste do Maranhão.

Vindos do leste, por essa estrada precária, os habitantes das regiões semiáridas fogem da seca; vindos do oeste, pelo rio, os nordestinos da Amazônia abandonam a condição de seringueiro⁷⁹. Muitas famílias também chegam do “Japão”: a região de Bacabal, assim chamada, é, durante os anos cinquenta e sessenta, uma base de ataque das florestas que a cercam a noroeste, o Alto Turi, e a sudoeste, o Pindaré,

78. Tradução: Agricultura itinerante sobre queimada, desmatamento.

79. Tradução: Trabalhador que extrai látex.

devido ao esgotamento da fertilidade dos solos e ao avanço das propriedades de criação que expulsam os agricultores.

“Ao contrário do caboclo do Maranhão, o nordestino, geralmente chamado de cearense, não é um derrotado, mas um lutador”⁸⁰, observa Manuel Correia de Andrade. De fato, abrindo trilhas para a passagem de comboios de mulas, esses imigrantes criam, a partir da pequena aldeia adormecida à beira do rio, suas próprias infraestruturas de acesso a uma terra que ninguém até então cobiçara e cuja cobertura florestal garantia a fertilidade intacta.

COMUNIDADES EM UMA TERRA PROMETIDA

Nas clareiras abertas pelos roceiros nordestinos, nascem pequenas comunidades camponesas, unidas pela história comum da migração conforme mostra a análise antropológica de uma delas mostra como, unido pela história comum da migração. O grupo, muitas vezes originário da mesma região, mantém sua unidade graças à fidelidade a leis que regulam os trabalhos e os dias⁸¹.

A família é reconhecida por todos como a célula essencial, ciosa de sua autonomia e solidária em suas alianças, nesses centros de desmatamento, contam-se mais os “fogos” do que os indivíduos, como em nossos censos pré-revolucionários. O reagrupamento se faz em torno de uma autoridade: autoridade bondosa de um igual que planta seu arroz como todos os outros; autoridade moral do fundador que serve de mediador nas transações comerciais e nos procedimentos

80. Andrade, M. C. de. Paisagens e problemas... Op. cit., p. 101.

81. Alencar Cunha, T.H. Terra da promessa... Op. cit., p. 43.

administrativos. Nessas clareiras nordestinas da floresta às margens do Tocantins, prolonga-se assim uma espécie de “coronelismo dos pobres”.

O calendário agrícola é outro elemento comum a todos, ritmado pelas etapas do cultivo do arroz sob chuva em uma terra enriquecida pelas cinzas da floresta. A roça já foi muitas vezes descrita, e encontra-se na pré-Amazônia do Maranhão a clássica sequência da preparação da queimada: aceiramento⁸², broca⁸³, derrubada⁸⁴, queimada⁸⁵ e coivara⁸⁶ realizada de junho a novembro, antes das chuvas. Após as sementes, em dezembro, e duas limpezas de ervas daninhas, as “capinas” em janeiro e março, a colheita do arroz ocorre em abril e maio e se a exploração é familiar, o ritmo seguido, imposto pelos dados do clima, é coletivo.

Os laços comunitários consolidam-se ainda mais por meio de um sentimento de natureza religiosa: a sensação de ter alcançado uma “terra prometida”. Para esses camponeses oriundos do Nordeste semiárido, a floresta primitiva representa a garantia de solos férteis, capazes de recompensar seus esforços; as chuvas regulares são vistas como uma dádiva celestial, e o acesso a terras devolutas configura uma aspiração ancestral. Essa busca por subsistência autônoma e segura assume, no Nordeste, características de um ideal milenarista. Portanto, não surpreende que, à satisfação, associe-se quase invariavelmente o temor de um retorno à servidão ou à perda desse Éden precário, resguardado sobretudo pelo isolamento. Dos quilombos de Palmares, no interior

82. Tradução: Demarcação do espaço a ser queimado.

83. Tradução: Limpeza por corte de arbustos.

84. Tradução: Corte de árvores grandes.

85. Tradução: Primeira queimada.

86. Tradução: Segunda queimada.

de Pernambuco, erguidos por escravizados fugitivos, à Jerusalém do Cariri, em Juazeiro (Ceará), passando pelo movimento messiânico de Canudos, no sertão baiano, os marginalizados do Nordeste repetidamente empreenderam, sem êxito, a jornada pela libertação — refugiando-se no interior do território, tal como os primeiros cristãos nas catacumbas, para escapar da opressão latifundiária.

A experiência recente do “Japão”, onde, mais uma vez, o boi e a grama expulsaram o cultivador e o arroz, está na memória dos roceiros quando a região de Imperatriz, desenclausurada pela construção da Belém-Brasília, torna-se o cenário de uma verdadeira corrida por terras.

A BELÉM-BRASÍLIA E A CORRIDA PARA IMPERATRIZ (DESDE 1960)

OS FUNDAMENTOS ECONÔMICOS DA CORRIDA

Figura 03: Rodovias Transcontinentais no Brasil.



O Plano Rodoviário Nacional de 1944



Fonte: SILVA, M. M. F. Geografia dos transportes no Brasil.
Rio de Janeiro: IBGE, 1949. 271p.

A transformação radical da geografia do Sudoeste do Maranhão, a partir de 1960, corresponde à

efetiva tomada de controle pelo governo federal sobre a ocupação pioneira do interior. Três fases podem ser distinguidas, caracterizadas, no contexto de um Estado centralizado, pela aplicação de diretrizes geopolíticas estabelecidas no âmbito presidencial ao planejamento territorial. Durante o Estado Novo do presidente Vargas (1937-1945), consolidou-se uma ideologia de expansão para o Oeste, mas, principalmente, conceberam-se projetos e formaram-se os quadros técnicos que orientaram as políticas das décadas subsequentes.

“O verdadeiro significado da ‘Brasilidade’ consiste no avanço em direção ao Oeste”, declarou o Presidente em 1940. No ano seguinte, em Cuiabá, ao rememorar sua experiência militar, afirmou: “Habituei-me a compreender a Pátria como uma totalidade indivisível, desprovida de fronteiras internas, constituindo uma perfeita unidade moral e material”⁸⁷. Subjacente à conceituação de “brasilidade”, configura-se uma concepção épica da história nacional e um projeto político imediato: uma autoridade incontestável, análoga àquela exercida pelos líderes das bandeiras paulistas, seria capaz de organizar o movimento expansionista que emancipava o país das influências negativas do litoral. Nesse contexto, a ideologia integralista permeia o exercício do poder, que, ao rejeitar a existência de divisões internas, preconiza a política de integração nacional – fundamento que justificaria a execução dos grandes projetos rodoviários nas décadas de 1960 e 1970.

Esses projetos já se encontravam em discussão desde 1944. O plano rodoviário nacional estabelecido

87. Esterci, N. O Mito da Democracia no País das Bandeiras. Pesquisa Antropológica nº 18. Brasília, 1977. 50 p.

por Getúlio Vargas contemplava, além do eixo litorâneo que recebeu sua denominação, a construção de uma “Transbrasiliana”, que se estenderia ao longo do Tocantins, conectando Belém ao Planalto Central e ao Uruguai, bem como de uma “Acreana”, vinculando o litoral ao território peruano. Já naquele período, os projetos da Belém-Brasília e da Cuiabá-Porto Velho constavam nos registros ministeriais. Embora a Transamazônica não estivesse integralmente incluída nesse planejamento – com exceção de seu trecho nordestino, que se estendia do litoral até Carolina, acompanhando o eixo da expansão pecuária de Pastos Bons –, o conceito de penetração na floresta já se encontrava formalmente estabelecido, dando origem à proposta de uma via interfluvial: a Cuiabá-Santarém.

As concretizações materiais do regime do Estado Novo não representaram um progresso substancial no sentido do Oeste brasileiro. Contudo, a experiência da Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG), implantada a partir de 1941 em Ceres, na porção meridional desse estado, constituiu para Bernardo Sayão o marco inicial da empreitada que culminaria, em 1958, com sua liderança na construção da rodovia Belém-Brasília. Incumbido da fundação da colônia, esse engenheiro-agrônomo, que se consagrou na história como paradigma do sertanista⁸⁸, dedicava-se essencialmente à promoção e implementação inicial do projeto da “Transbrasiliana”. Como documenta Neide Esterci em suas pesquisas em Ceres, os registros históricos preservam a seguinte declaração de Sayão: “Não vim para colonizar – Ceres deve funcionar

88. Tradução: “Bandeirante” ou desbravador.

como base estratégica para integrar o Norte ao Sul e propiciar a conquista da Amazônia”. Movido por seu ideal pessoal de integração nacional, ele utilizou os recursos da colônia prioritariamente para a construção de estradas⁸⁹.

O que anteriormente se configurava como mera obsessão individual transformou-se, durante o governo de Juscelino Kubitschek, em iniciativa estatal de grande envergadura, na qual o poder público mobilizou tanto seu prestígio institucional quanto seus recursos financeiros. A edificação de Brasília, conjugada com a construção de um sistema viário radial que interligava a nova capital aos principais centros urbanos do país – São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador e Belém do Pará – passou a ser justificada não apenas por fundamentos ideológicos, mas também por razões de ordem econômica. Tais megaprojetos inseriram-se num amplo plano de desenvolvimento industrial, no qual a indústria automobilística foi estrategicamente posicionada como vetor do progresso nacional. Essa dupla dimensão – geopolítica e econômica – encontra-se documentada numa obra de caráter laudatório publicada em 1960⁹⁰.

Ao aludir à visita presidencial, em 1958, ao canteiro de obras de Açailândia, localizado a setenta quilômetros ao norte de Imperatriz, o autor enfatiza o caráter integrador da iniciativa: “Há aproximadamente dezoito meses, o Presidente Juscelino Kubitschek participou de cerimônia solene de profundo significado para a unidade nacional: o derradeiro corte de árvore no extenso traçado da rodovia Brasília-Belém, marco simbólico que pôs termo ao secular isolamento entre as regiões Norte e Sul do país. Esta conexão viária, que superou centenas

89. Esterçi, N. O Mito da Democracia... Op. cit., p. 42.

90. Vaitsman, M. Integração Nacional (conquista das selvas). J. Ozon ed. Rio de Janeiro, 1960. 127 p. p. 81 e p. 27.

de quilômetros de florestas primitivas, intocadas pela civilização, evidencia o propósito unificador desta magna obra empreendida pelo atual governo republicano, que visa consolidar a coesão entre todos os brasileiros, dispersos por nosso vasto território”.

Ao descrever o início da “Caravana da Integração”, que em 1960 percorreria o trajeto entre Belém e Brasília pela denominada “rodovia das onças”, o autor registra: “Ante a imponente catedral de Belém, alinhavam-se nada menos que cinquenta e cinco veículos de fabricação nacional – fruto de uma indústria que se desenvolverá sob a atual administração governamental em menos de um quadriênio”. Na realidade, constituía-se uma celebração emblemática do Plano de Metas, cujo objetivo primordial consistia em, mediante a implementação de infraestrutura viária, consolidar a unificação do mercado interno e alicerçar o processo de industrialização através da produção e disseminação de bens de consumo.

Na política amazônica do presidente Médici, ressurgiu o antigo tema da integração nacional, agora direcionado à defesa do território contra ambições estrangeiras: *“Integrar para não entregar”*. A isso associa-se um novo objetivo de ordem social — por meio do Plano de Integração Nacional de 1970, o Estado organiza a migração de camponeses nordestinos, afetados por uma nova seca, para a Amazônia: *“Uma terra sem homens para homens sem terra”*. Dessa forma, buscava-se atenuar tensões sociais e responder, mediante a colonização, às demandas por reforma agrária.

Em apoio a essa política, a Transamazônica e a Cuiabá-Santarém foram abertas na floresta, e melhorias foram implementadas nos dois eixos já construídos no período anterior: a Belém-Brasília (1960) e a Cuiabá-Porto Velho (1964). Dessa forma, de Vargas a Médici, o tema da integração nacional

foi utilizado para justificar, sucessivamente, a centralização do poder em detrimento dos estados, a política desenvolvimentista industrializante, apoiada em capitais internacionais e na base industrial do Centro-Sul, e a manutenção da estrutura fundiária vigente no Nordeste.

No entanto, a trajetória dessa política nacional gerou novas dinâmicas geográficas na Pré-Amazônia, transformando profundamente suas possibilidades econômicas. Uma integração gradual, com o aprimoramento dos eixos viários existentes, poderia conectar o vale do Tocantins ao limitado mercado consumidor do Maranhão. Contudo, em virtude das ações governamentais, a região que era considerada a “Sibéria” de um dos estados mais pobres do Brasil transformou-se abruptamente, graças à rodovia Belém-Brasília, em área integrada aos principais centros econômicos nacionais.

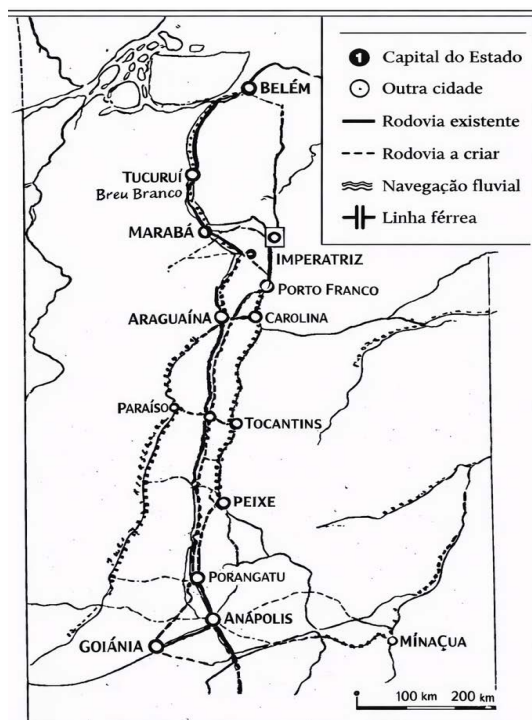
O mercado de Belém é um demandante tradicional de carne: já em 1967, Orlando Valverde e Catharina V. Dias observaram o desenvolvimento das *invernadas* (pastagens de engorda) para o gado de Goiás e Minas no caminho para Belém, em Imperatriz e Paragominas, no sul do Pará⁹¹. Para o sul, as grandes cidades do Triângulo Industrial (Rio de Janeiro–São Paulo–Belo Horizonte) necessitam de alimentos baratos para abastecer seus bairros pobres. Se o arroz de outras regiões do Maranhão conquistou as cidades do Nordeste, o do Tocantins ganhou acesso às grandes metrópoles mais dinâmicas do país.

Ademais, somente o precário estado de conservação das estradas naquele período evitou a exploração em larga escala dos recursos florestais. Paralelamente, a política nacional, que a partir de 1970 implementou uma ampla estratégia de incentivo à ocupação da Amazônia, intensificou os fluxos

91. Valverde, O. e Dias, C.V. A Rodovia Belém-Brasília. FIBGE. Rio de Janeiro, 1967. 350 p.

migratórios na região do Tocantins - considerada a "porta de entrada" da Transamazônica - transformando-a em um significativo pólo de atração para as populações carentes do Nordeste.

Figura 04: Rodovia Belém-Brasília.



PROJETO RODO-FLUVIAL

1. Capital do Estado
2. Outra cidade
3. Rodovia existente
4. Rodovia a criar
5. Navegação fluvial
6. Linha férrea

SOLUÇÃO RODOVIÁRIA

7. Capital Federal
8. Belém-Brasília
9. Cidades da rota

Fonte: segundo VALVERDE, O. e DIAS, C.V. "A Belém-Brasília" IBGE - Rio de Janeiro - 1967

Fonte: VALVERDE, O.; DIAS, C. V. A Rodovia Belém-Brasília – Estudo de geografia regional. Rio de Janeiro: IBGE, 1967. 350p.

Por fim, através de subsídios governamentais destinados a projetos pecuários e da valorização dos ativos imobiliários em um cenário inflacionário, a ocupação de uma região cujas terras possuíam até então valor comercial insignificante desencadeou um intenso movimento especulativo. Pequenos e médios

proprietários rurais da Região Sul, ao venderem 10 hectares de suas propriedades, passaram a adquirir 1.000 hectares na nova fronteira. Da mesma forma, grandes empresas, mediante a apresentação de projetos, obtinham financiamentos a juros reduzidos junto aos bancos estatais. Desse modo, a superação do isolamento regional alterou profundamente as dinâmicas locais: se antes a região apenas permitia a subsistência, transformou-se subitamente em uma fronteira de oportunidades para o enriquecimento.

OS EIXOS GEOGRÁFICOS DA CORRIDA

Até 1958, a dispersão dos migrantes ocorria sem um eixo direcional definido. A partir dessa data, contudo, colonos e investidores passaram a chegar através da então em construção rodovia Belém-Brasília. Em períodos anteriores, os projetos de ocupação previam a manutenção do rio Tocantins como principal eixo de comunicação, mediante uma solução multimodal que combinava via rodoviária e fluvial para conectar Belém ao Planalto Central.

Um mapa elaborado em 1947 pelo deputado Tales Machado, apresentando esse conceito, demonstra como Imperatriz aparecia marginalizada nesse esquema, devido aos rápidos que obstruíam a navegação rio acima. A decisão tomada em 1956 de construir um eixo exclusivamente rodoviário inverteu essa situação, beneficiando justamente Imperatriz.

Por questões econômicas, optou-se por um traçado que acompanhava o divisor de águas entre as bacias do Araguaia e do Tocantins, cruzando este último onde afloram as rochas basálticas de Estreito, localizado 130 km ao sul de Imperatriz. Dentre todos

os portos fluviais do Tocantins, apenas Porto Franco e Imperatriz foram integrados ao traçado rodoviário - vantagem da qual não usufruíram centros já consolidados como Porto Nacional (Goiás) e Carolina (Maranhão).

A abertura do canteiro de obras em 1958, sob a égide da RODOBRAS (Comissão Executiva da Rodovia Belém-Brasília), fez de Imperatriz o ponto mais estratégico da operação de construção. Ao sul dessa cidade, nas savanas, a técnica da foto aérea permitiu avançar rapidamente, determinando no documento o melhor traçado. Ao norte, porém, a floresta densa impôs um avanço lento para alcançar as equipes vindas de Belém: envio de topógrafos, abertura de clareiras para reconhecer o curso dos rios, emprego de grandes tropas de lenhadores. A cidade-porto tornou-se então uma grande base de obras públicas, a partir da qual os construtores do sul lançaram a ofensiva final até Ligação do Pará, a 90 km ao norte da fronteira do Maranhão⁹².

A implementação do Plano de Integração Nacional em 1970 e a imediata inauguração da rodovia Transamazônica, a partir da ponte de Estreito, demandaram a melhoria da rodovia Belém-Brasília, cuja pista de terra se tornava intransitável durante o período chuvoso, particularmente nos trechos de rampa que conectam as bacias dos rios Gurupi e Tocantins. Com a conclusão do asfaltamento em 1973, a Belém-Brasília ampliou significativamente sua capacidade de atração populacional, transformando-se no único eixo viário plenamente operacional em todas as estações do ano e adequado para o transporte de cargas pesadas em alta velocidade.

92. Valverde, O. e Dias, C.V. *Ibidem*.

Esse aprimoramento acelerou o desenvolvimento dos núcleos urbanos localizados ao longo do traçado rodoviário.

Em sua análise da urbanização ao longo do eixo, Maria de Lourdes Rodrigues estabelece uma distinção entre os povoados (aglomerados lineares dispostos às margens da estrada) e o centro urbano de Imperatriz⁹³. A maioria desses assentamentos lineares (*strassendörfer*) originou-se de antigos canteiros de obras ou de clareiras abertas por madeireiros durante a construção da rodovia, mantendo, contudo, uma existência precária. Enquanto alguns experimentam estagnação ou declínio, outros apresentam crescimento – evidenciando, assim, um processo de urbanização instável e condicionado por fatores locais.

Em contrapartida, Imperatriz consolida-se como um caso de crescimento irreversível. A infraestrutura comercial, assim como os serviços públicos e privados oferecidos pela cidade, expandem-se em ritmo acelerado. Como principal acesso a uma região recém-integrada, a cidade emerge como pólo organizador de um território cuja dinâmica socioeconômica é marcada pela competição entre os diversos grupos de migrantes.

93. Rodrigues, M. de L. Uma forma de ocupação espontânea na Amazônia – Povoados do Trecho Norte da Belém-Brasília. Dissertação de Mestrado em Geografia. UFRJ. Rio de Janeiro, 1978. 128 p.

A DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO EM 1979

“Os israelitas eram, pois, seiscentos e um mil e setecentos e trinta recenseados.”

“Yahvé falou a Moisés e disse: ‘A estes será distribuída a terra como herança, segundo o número dos recenseados. Àquele que tem um grande número, darás uma grande porção; àquele que tem um pequeno número, darás uma pequena porção; a cada um será dada a sua herança em proporção ao número dos seus recenseados. No entanto, será por sorte que se fará a partilha da terra. Segundo o número de nomes nas tribos patriarcais, receberá cada um a sua herança; a herança de cada tribo será repartida por sorte, levando em conta o maior ou menor número.’”

Bíblia – Números 26:51-56

Documentar a distribuição atual da população nos municípios de Imperatriz, Montes Altos e João Lisboa é como tentar congelar um filme em pleno movimento — um filme que, desde 1960, desenrola-se em ritmo acelerado. A região foi invadida por um fluxo migratório tão intenso que sua dinâmica ofuscou a realidade atual, levando à circulação de dados distorcidos e à confusão entre o urbano e o rural. A palavra “Imperatriz” designa tanto o local privilegiado onde se concentram comércios e serviços, entre o Tocantins e a Belém-Brasília, quanto um aglomerado de casebres perdido na floresta, a mais de

100 km dali.

Dessa confusão entre o rural e o urbano surgem várias consequências problemáticas:

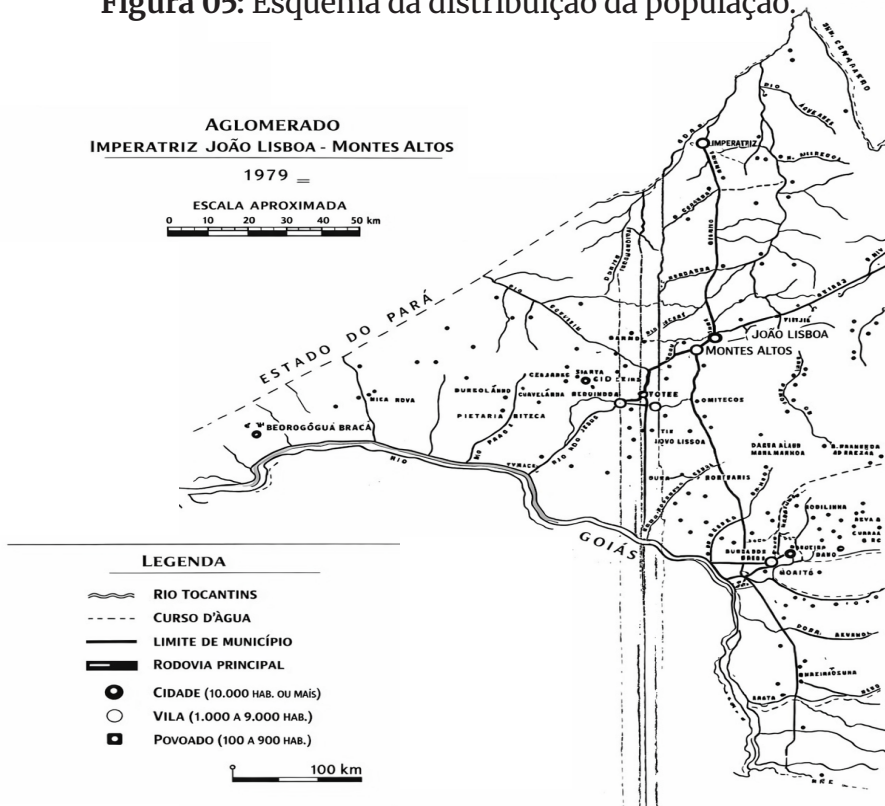
- ✓ No nível local, reproduz-se a clássica dicotomia do espaço brasileiro: centro versus periferia, litoral versus sertão. O segundo termo encobre uma realidade ignorada, onde violências e arbitrariedades ocorrem sem provocar grandes reações.
- ✓ A implantação na cidade de infraestruturas melhoradas de serviços e comércio é vista como prova do desenvolvimento regional, sem que se analise concretamente o impacto dessas ações sobre a população rural.
- ✓ A partir da observação do crescimento urbano, a dinâmica do desenvolvimento tornou-se, na região, um mito globalizante, capaz de ocultar, por exemplo, a permanência de circuitos de comercialização que impedem os produtores do “interior” de melhorar sensivelmente suas condições de vida.

Distinguir os rurais dos urbanos é tentar dissipar essa confusão e buscar perceber as realidades locais na escala mais precisa possível. As formas de habitar — dispersas ou agrupadas em vilarejos, povoados, vilas e cidades — são expressões de organizações sociais específicas que, ao se apropriarem e transformarem uma parcela do espaço físico, caracterizado por limites ecológicos, participam do desenvolvimento da produção regional. Essas organizações sociais reagem de modo diferente às transformações econômicas globais, decorrentes da rápida integração da região à economia capitalista, questionando a atual divisão do espaço.

UMA DISTRIBUIÇÃO DIVERSIFICADA SEGUNDO O GRAU DE CONCENTRAÇÃO DO HABITAT

MÉTODO DE ELABORAÇÃO DO MAPA

Figura 05: Esquema da distribuição da população.



Fonte: Organizado pelo autor do livro segundo dados do FIBGE (1979).

Realizar um mapeamento detalhado dos lugares habitados em escala intramunicipal — especialmente em uma região como a de Imperatriz — exige não apenas um grande esforço, mas também a aceitação

de um elevado grau de imprecisão. Como não havia um documento-base confiável para essa finalidade, foi necessário recorrer à comparação de croquis e mapas de fontes diversas, todos com uma característica em comum: a presença de numerosos erros.

Dentre os materiais disponíveis, os croquis de trabalho dos inspetores da SUCAM (Superintendência de Campanhas de Saúde Pública) destacam-se por conter a maior quantidade de informações. Eles são os únicos que registram o nome de todos os lugares habitados e fornecem uma localização aproximada. Esses documentos são utilizados pelos inspetores em suas rotinas de trabalho durante as visitas às comunidades no interior dos municípios.

No entanto, mesmo sendo valiosos, esses croquis apresentam limitações significativas como problemas de escala e distorções, pois os mapas possuem escalas variadas (1:200.000 para Imperatriz e 1:1.000.000 para João Lisboa e Montes Altos), mas frequentemente não são respeitadas, gerando imprecisões. Falta de precisão local, em muitos casos, a representação geográfica é distorcida, comprometendo a exatidão da localização dos assentamentos. Dessa forma, embora esses croquis sejam fundamentais para o trabalho de campo, sua confiabilidade é limitada, exigindo correções e complementações para um mapeamento mais preciso.

O mapa planimétrico de Imperatriz, na escala de 1:250.000, do projeto RADAM (Radar-Amazônia), é um documento ainda mais arriscado de usar, em um levantamento aéreo de 1972 permitiu a elaboração de um “mosaico semi controlado por radar”, interpretado pelo cartógrafo sem correções de campo nesta região. Os erros são numerosos: o traçado dos rios é

frequentemente fantasioso — o rio Cacau, afluente do Tocantins, a 3 km a montante de Imperatriz, desapareceu; seu curso superior foi atribuído a um afluente do Bananal, muito mais ao sul; seu curso inferior foi confundido com o do Cacauzinho, que na realidade é apenas um de seus afluentes da margem direita, por fim, no município de Montes Altos, os traçados do Ribeirão da Posse e do Campo Alegre são completamente falsos.

Alguns lugares habitados foram deslocados em até 50 km: a cidade de João Lisboa, situada a 11 km a nordeste de Imperatriz, foi erroneamente posicionada ao norte, no local do povoado de São Francisco do Brejão. Além disso, esse mapa, elaborado pelo DNPM (Departamento Nacional da Produção Mineral), não traz informações sobre os povoados e vilarejos do interior dos municípios. Os croquis elaborados pelos serviços da Prefeitura de Imperatriz também não são documentos confiáveis, distâncias erradas, confusões entre diferentes povoados (como Petrolina e Cidelândia) e outros equívocos marcam o plano viário do município. Negligência surpreendente em um município onde quase metade da população é relegada a um limbo impreciso! A partir desses documentos, tentando corrigi-los com base em anotações de viagem pelo interior dos municípios, chegou-se a um mapa esquemático onde, certamente, ainda há muitos erros.

Foi com base na experiência de campo que foram definidas as diferentes classes de concentração de habitat, segundo as quais a população foi distribuída:

- ✓ População dispersa: 0 a 100 habitantes.
- ✓ População de vilarejos: de 100 a 500 habitantes.

- ✓ População de pequenos povoados: de 500 a 1000 habitantes.
- ✓ População de grandes povoados: de 1000 a 2000 habitantes.
- ✓ População de vilas: 2.000 a 10.000 habitantes
- ✓ População das cidades: 10.000 habitantes e mais.

Este método empírico é apoiado pelas seguintes observações: cada uma destas classes corresponde a uma paisagem, a nível de comércio e serviços e, finalmente, como veremos mais adiante (Capítulo III), por uma dinâmica própria. Para estabelecer essa classificação, foram utilizados dados da SUCAM de 1979, que fornecem a população de cada local habitado, os números registrados foram arredondados e procurou-se criar classes suficientemente grandes para minimizar os efeitos da margem de erro.

A POPULAÇÃO DISPERSA

A população dispersa, ou morando em lugarejos com menos de 100 habitantes, só perfaz um pouco mais de 10% da população total da região (Fig.1) e está distribuída de modo muito desigual entre os municípios (Fig. 2). Em Montes Altos, essa população dispersa representa cerca de 60% do total da população municipal. Essa taxa explica a baixa densidade demográfica do território municipal (4,8 hab./km²), o que explica a baixa densidade demográfica dessa cidade (4,8 hab./km²). Em contraste, nos municípios de João Lisboa e Imperatriz, a população dispersa é muito minoritária (16% e 10%, respectivamente), e as densidades são maiores (15,3 hab./km² e 14,3 hab./km²). A dispersão dessa

população corresponde, na verdade, à predominância de dois tipos de exploração do solo.

As fazendas extensivas ocupam a maior parte do território do município de Montes Altos e são unidades que geralmente abrigam duas ou três famílias de criadores de gado, instaladas em casas com paredes de barro ocre e telhado de palha: um ou dois cômodos, uma varanda e, além dela, uma cozinha. Às vezes, se a fazenda estiver muito distante do centro do município, ela também possui uma casa (pouco diferente, exceto pelo telhado de telhas) onde os proprietários se abrigam durante suas visitas.

Nesse tipo de exploração, as construções são poucas: cercas, se os pastos foram plantados, o cocho que protege o sal, e o curral, um cercado onde o gado é periodicamente é reunido. Dividindo o número total de populações dispersas pelo número de localidades com menos de 100 habitantes citadas pela SUCAM, obtemos uma média de 15 em Montes Altos e uma média de 18 em Imperatriz, o que corresponde bem a esse tipo de fazenda habitada por duas ou três famílias. Em João Lisboa, essa média é de 40. Tratam-se, então, de lugarejos abrigando de 4 a 6 famílias. Podem se configurar em fazendas numa etapa de desmatamento e avanço de plantio necessitando de mais mão de obra do que em fazendas de pecuária já estabilizadas descritas acima. Pode, também se tratar de pequenos sítios que na terminologia local são minúsculos assentamentos sem que haja, como numa fazenda, uma unidade fundiária.

A POPULAÇÃO DOS VILAREJOS

16% da população regional vivem em vilarejos que reúnem de dez a sessenta famílias. No município de João Lisboa, esses vilarejos concentram quase

um terço da população. Essa proporção é menor em Montes Altos (18%) e em Imperatriz (13,5%) (figuras 01 e 02). Observando o mapa, nota-se que esses vilarejos são mais numerosos longe dos grandes eixos rodoviários, como nos municípios de Imperatriz e João Lisboa. Em Montes Altos, o seu número é reduzido fora da aldeia indígena São José, pois são pequenos aglomerados de trabalhadores rurais empregados periodicamente nas fazendas, morando à beira das estradas. Na região em seu conjunto, excetuando-se algumas poucas fazendas que podem abrigar cerca de 100 moradores, os vilarejos correspondem ao que se denomina localmente de “centros”.

Um centro é um vilarejo de agricultores de roça, cercado por terras cultivadas com a técnica da roça⁹⁴. Isolados na floresta, sempre a alguma distância de um caminho transitável na estação seca, essas clareiras mantêm uma aparência de mundo recém-criado. A capoeira⁹⁵, uma floresta baixa e densa, queimada por muitas vezes por agricultores, sempre emerge, renascida verde e escura por trás das casas. Essas – cerca de cinquenta são edificações modestas com paredes de taipa e tetos de palmeiras, todas semelhantes e vagamente alinhadas ao longo de duas ruas sinuosas.⁹⁶ A toponímia registra a presença da natureza, da qual os agricultores esperam o sustento. Muitos desses vilarejos levam o nome de uma árvore (Cajá, Bacaba, Jatobá) ou de um ponto d’água — fonte (Olho d’Água), lagoa (Lagoa Bonita, Lagoa de Onça) — ou ainda de uma característica do local (Altamira, Pé de Serra, Brejo do Meio).

Outros nomes destacam a apropriação do espaço por uma família fundadora (Centro dos Bezerras, Centro dos Vieiras), às vezes designada por sua origem

94. Tradução: Agricultura itinerante sobre queimadas.

95. Tradução: Floresta secundária.

96. Droulers, M. Les Caboclos do Maranhão Amazonien – Tese para o Doutorado de 3º ciclo em Geografia – IHEAL-PARIS III – 1978. 225 p.

(Centro dos Pernambucanos) ou pelo nome de seu líder (Centro do Paulo, Centro do Zé Diogo, Centro do Estevão). Na toponímia do lugar expressa-se, portanto, as preocupações essenciais dos pioneiros. A aspiração à autossubsistência se reflete na precariedade do equipamento comercial do vilarejo: uma única venda (quitanda) de gêneros alimentícios, às vezes protegida por um teto de telhas. Nos maiores centros, há um moinho de mandioca (casa de farinha), pertencente a um dos agricultores, e uma escola, onde uma das mulheres do lugar se dedica a alfabetizar as crianças, completando o equipamento coletivo.

A POPULAÇÃO DOS POVOADOS

A população agrupada em povoados de 500 a 2.000 habitantes constitui 18% da população regional (figura 01), sendo 14,5% da população de Imperatriz, 23% da de Montes Altos e 36% da de João Lisboa (figura 02). Diferentemente do centro, o povoado não forma mais uma unidade geográfica com as roças cultivadas por seus habitantes. Estas ficam a dezenas de quilômetros, e o próprio povoado muitas vezes está cercado pelas pastagens das grandes fazendas de gado. O que importa aqui é a circulação, e uma diferenciação social surge da capacidade de se beneficiar dos fluxos comerciais.

Os povoados se definem, antes de tudo, por um nível de equipamentos coletivos: templo da igreja protestante (Assembleia de Deus), campo de futebol organizado; a escola geralmente ocupa um prédio próprio, e as aulas vão até a 4ª série. Os comércios são mais numerosos e começam a se especializar: mercearias, bares e farmácias. Além do moinho de mandioca, há uma pequena usina de arroz. Nos povoados maiores, há uma praça bem definida que

Figura 06: Distribuição da População – Montes Altos (1979)



A POPULAÇÃO DAS VILAS

O termo vila expressa a ambiguidade entre o rural e o urbano. Alguns aglomerados da região têm mais de 2.000 habitantes e correspondem a essa realidade: Mucuíba e João Lisboa, que concentram um quinto da população; São Pedro da Água Branca, Itinga e Cidelândia, que reúnem 5,5% da população efetiva de Imperatriz. No total, 7,5% da população regional vive em vilas, onde os equipamentos coletivos são claramente melhores que os dos grandes povoados. A escola oferece aulas até a 8ª série. Os comércios são especializados, aparece a distinção entre a distinção entre atacadistas e varejistas e um mercado ocupa a praça durante a semana. As usinas de arroz têm maior capacidade, com armazéns próprios.

Além disso, outras funções são atendidas nessas vilas: as indústrias (serrarias, oficinas mecânicas), as de hospedagem (hotéis) e administrativas (sede de distrito ou do município, no caso de João Lisboa), permitindo que as elites locais exerçam um papel político importante. O aspecto dessas vilas é transformado por obras urbanas: ruas bem traçadas recebem nomes de políticos influentes.

A POPULAÇÃO URBANA

Apenas dois aglomerados reúnem quase metade da população da região e 61,5% dos habitantes dos três municípios. Imperatriz, com 100.000 habitantes, e Açailândia, com 20.000, são organismos urbanos desiguais, mas que merecem, por vários motivos, o título de cidades. A localização e as infraestruturas

de transporte existentes atestam a importância da função de intercâmbio, que não se limita mais ao meio local, como no caso das vilas, mas se estende a toda a região e ao resto do país. Imperatriz dispõe de porto, rodoviária e aeroporto, infraestruturas que Açailândia não tem. No entanto, esta última, situada no cruzamento da Belém-Brasília com a estrada que liga a região do Tocantins à capital do Maranhão, inaugurou em 1979 uma grande e luxuosa rodoviária.

O comércio de Imperatriz é forte e diversificado (capítulo 04), definindo bairros distintos: um corresponde a um mercado tradicional, outro a um eixo de lojas variadas e um centro comercial. Em Açailândia, a feira (mercado) é muito movimentada, acompanhada de comércios correspondentes. Um centro de 50 lojas, em construção perto da rodoviária, anuncia a formação de um segundo pólo comercial, à imagem da estrutura observada em Imperatriz.

As duas cidades também têm estabelecimentos industriais — usinas de arroz e serrarias —, distribuídos em um anel ao redor de Açailândia e em duas zonas em Imperatriz, correspondendo a duas gerações industriais. Além disso, os serviços viários — oficinas mecânicas e postos de gasolina — formam uma faixa ao longo da Belém-Brasília em Imperatriz, e a concentração de caminhões no cruzamento de Açailândia, perto dos dois postos, mostra a importância desse ponto de parada.

Imperatriz é, sem dúvida, uma cidade já consolidada. Recentemente, ganhou o asfaltamento de suas ruas principais e perdeu rapidamente o aspecto de acampamento temporário que ainda tinha há alguns anos. A diferenciação social se acentua: do luxo das mansões no bairro dos Três Poderes, perto

do quartel, à precariedade dos casebres nas áreas alagadiças da Vila Lobão, na estrada para João Lisboa, a variedade é completa. Bairros de classe média ocupam a metade norte da cidade, enquanto áreas mais populares se concentram ao sul (Bairro Bacuri). Os loteamentos prometem luxo, e os preços do m² urbano já variam de 700 a 5.000 cruzeiros.

Açailândia é uma cidade em formação e seu aspecto ainda é desolador: ruas esburacadas, animais soltos, poeira, lama, água parada — um verdadeiro garimpo⁹⁷ onde, à noite, a segurança não é garantida. Quase toda a população, exceto um punhado de comerciantes e proprietários, é formada por agricultores pobres que buscam trabalho nas fazendas e serrarias, cultivando uma “roça” distante. Um grande povoado que cresceu rápido demais.

Mas, com o anúncio em julho de 1980 pelo governador do estado da elevação de Açailândia à categoria de sede municipal, desmembrada de Imperatriz a partir de 1981, veio a promessa de melhorias urbanas, obras públicas e implantação de infraestruturas sociais e administrativas. Associada ao poder comercial e industrial, à riqueza das terras dessa parte setentrional da região, um passo decisivo está em curso para afirmar o caráter urbano de Açailândia.

Em Imperatriz, trata-se mais de reforçar um papel de capital administrativa regional. Essa função se concentra em um verdadeiro bairro cívico, onde, no terreno do antigo aeroporto, perto da prefeitura, instalam-se os poderes legislativo como a Câmara Municipal, e judiciário como o Fórum de Justiça⁹⁸. Os serviços fiscais e do INAMPS⁹⁹ ocupam edifícios espaçosos. Apenas a “Casa Branca”, a prefeitura com

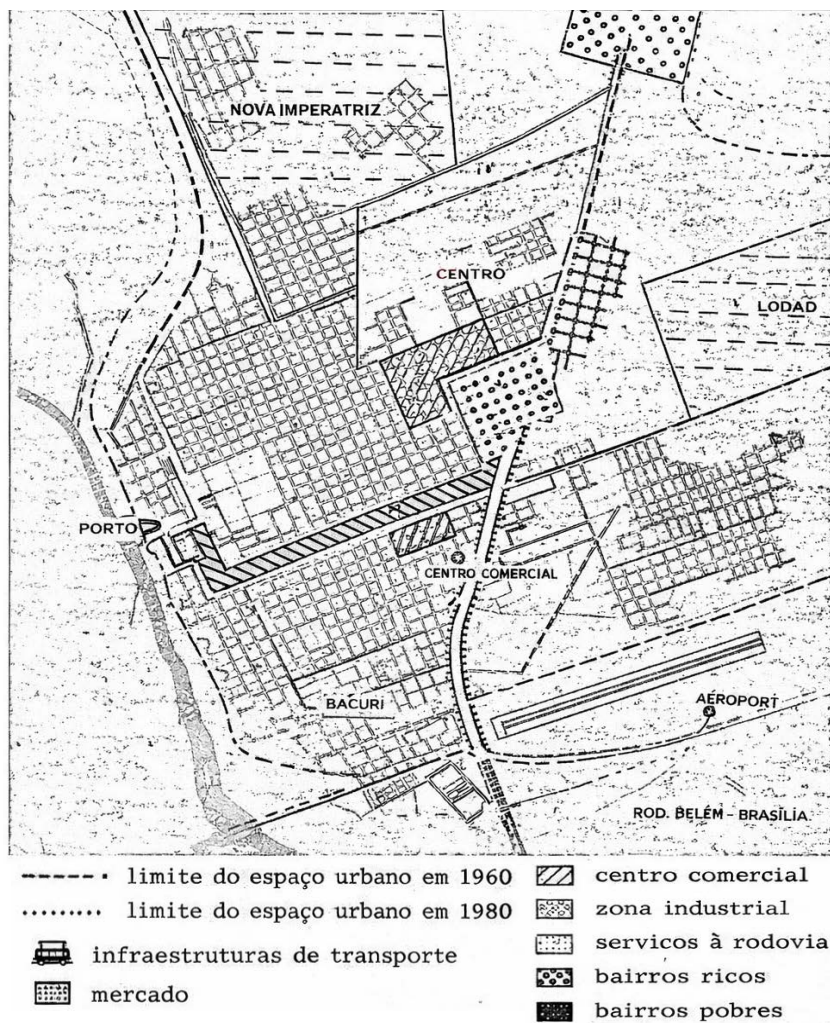
97. Tradução: Depósito aurífero — por extensão, as cidades sem ordem nem lei que surgem ali.

98. Circunscrição judiciária.

99. Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social e Segurança Social.

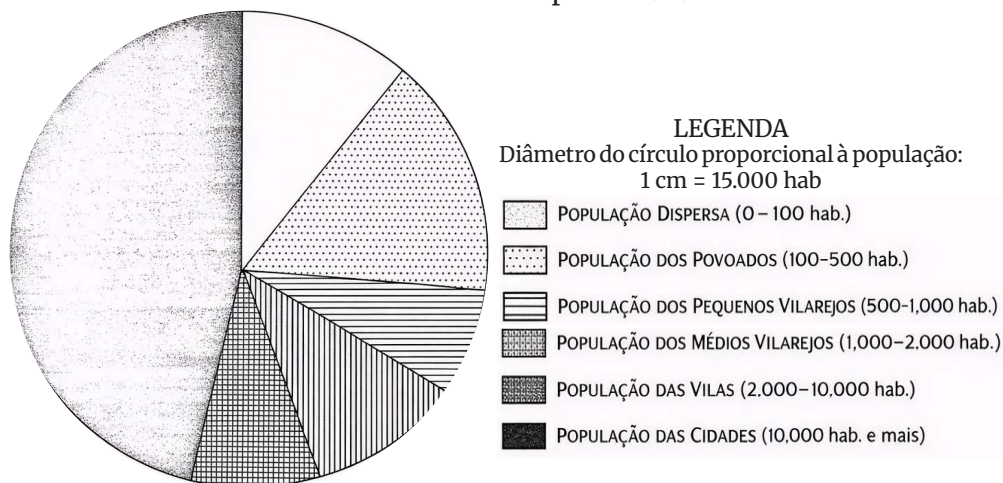
suas pesadas colunas, liga, pelo estilo arquitetônico, o poder local ao já longo passado de Imperatriz.

Figura 07: Croqui da cidade de Imperatriz (1960-1980).



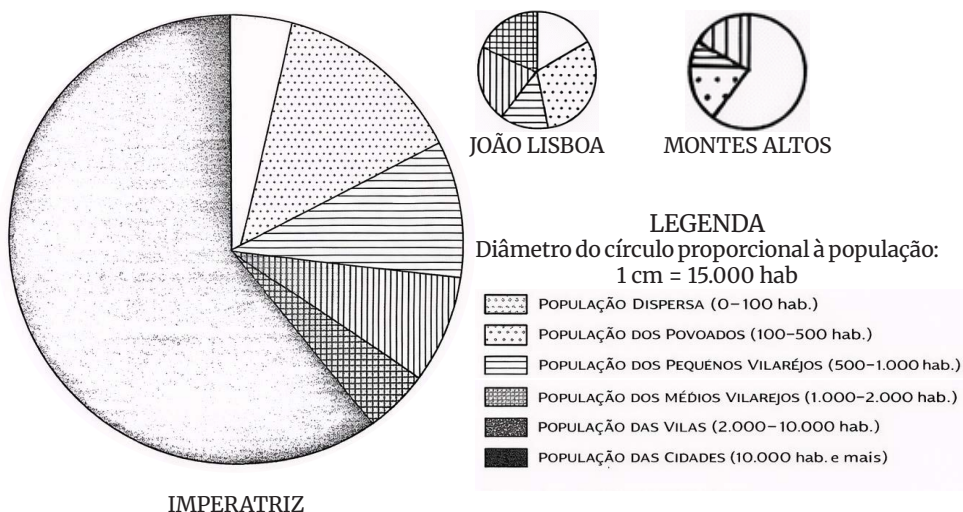
Fonte: Organizado pelo autor do livro segundo FIBGE (1979).

Figura 08: Distribuição da população segundo a concentração do habitat nos três municípios – 1979.



Fonte: Organizado pelo autor do livro segundo FIBGE (1979).

Figura 09: Distribuição da população segundo a concentração do habitat em cada município – Imperatriz-João Lisboa-Montes Altos (1979)



Fonte: Dados SUCAM – Imperatriz (1979)

UM MEIO DE TRANSIÇÃO ENTRE CERRADO E FLORESTA

“Maranhão nordestino? Maranhão amazônico?”¹⁰⁰, escreve Martine Droulers, destacando o caráter de transição deste estado. “Ponto de encontro de três regiões geográficas”¹⁰¹ observa Manuel Correia de Andrade, indicando que esse “Meio-Norte” pertence ao Nordeste, ao Norte e ao Brasil Central. A cidade de Imperatriz por muito tempo foi um pequeno posto isolado no extremo norte do cerrado, cresceu abruptamente ao se tornar a base de conquista da floresta. Isso demonstra a importância, na região, dessa transição ecológica marcada por limites cujo traçado foi modificado pelo povoamento diferenciado de cada um dos ambientes existentes.

A região de Imperatriz, cujas características climáticas aparecem no diagrama ombrotérmico, é uma zona de transição entre o clima equatorial e o tropical úmido. O calor é constante, e a temperatura média é de 25°C, as precipitações são abundantes, ultrapassando 1600 mm de chuva, sem grandes variações interanuais. O ano é dividido em uma curta estação seca de três meses (junho, julho e agosto) e uma longa estação úmida, devido à expansão da massa de ar equatorial continental no verão-outono¹⁰².

A comparação do diagrama ombrotérmico de Imperatriz com os das estações de outras cidades maranhenses, permite caracterizar essa posição

100. Droulers, M. Maranhão Nordestino? Maranhão Amazônico? in *Amazoni es nouvelles – Travaux et Mémoires de l’IHEAL – PARIS III – CNRS Lab. n° 3 – PARIS 1977*. p. 111–121.

101. Andrade, M. C. de. *Paisagens e problemas do Brasil*. 5ª ed. Ed. Brasiliense – São Paulo – 1977 – 288 p. – p. 81.

102. Andrade, M. C. de e POTENGI, G. F. *Dinâmica das microrregiões de intensa atividade migratória* – Opus citado – p. 63.

de transição. A estação equatorial do Alto Turi tem um total de chuvas ligeiramente superior, mas principalmente uma estação seca menos acentuada e mais tardia. Em contraste, a estação tropical de Barra do Corda recebe menos precipitações, e a estação seca dura de quatro a cinco meses. Entre as duas, Imperatriz ocupa, portanto, uma posição intermediária. Com a estação próxima de Carolina, as diferenças são menos acentuadas: a amplitude térmica anual de Carolina (25°C) é ligeiramente superior à de Imperatriz (19°C), a estação seca, iniciada no mês de maio, é mais intensa e começa mais cedo.

Dentro da própria região, as nuances são importantes: Montes Altos recebia, em 1966, 1345 mm de chuva, enquanto Imperatriz recebia 1528 mm¹⁰³. Como indicam os autores de uma representação geográfica da região, trata-se de um espaço de transição entre o clima equatorial, cuja estação seca é compensada por um total de precipitação suficiente para manter uma floresta densa, e o clima tropical, que corresponde à formação vegetal típica do planalto central brasileiro, o cerrado¹⁰⁴. Se estende por todo o sul da região, onde o platô que se eleve para leste foi recortado pelos rios Banana, Ribeirão da Posse e Ribeirão Lageado, afluentes do Tocantins. As formas subhorizontais predominam e o material sedimentar corresponde às formações mais recentes depositadas na bacia do Piauí-Maranhão e aqui, trata-se da formação do Cretáceo, constituída por arenitos vermelhos. Localmente, diferenças litológicas explicam o surgimento de relevos tabulares e a vegetação deixa o relevo exposto.

103. Termos de referência para o Planejamento da Microrregião de Imperatriz – Vol. I – SEPLAN-MA – São Luís, 1973. p. 31.

104. Andrade, M. C. de e POTENGI, G. F. – *Ibidem* p. 63.

O cerrado é composto por um tapete herbáceo, onde cresce a barba de bode (*Aristida* sp.), e por pequenas árvores de troncos retorcidos: muricis (*Byrsonima crassifolia*), paus-terra (*Qualea* sp.) e jatobás (*Hymenaea* sp.). Até recentemente, o habitante do cerrado não atribuía importância à qualidade dos solos, a grama para o gado não faltava dada à natureza extensiva da exploração. Colhem-se os frutos das árvores como pequi e cajá e usam-se as folhas de uma palmeira anã, a piaçaba, para confecção de telhados. Os solos eram considerados pouco férteis, impróprios para a agricultura. Na verdade, trata-se de solos desiguais, formando um mosaico ainda pouco conhecido devido a variações litológicas e nuances edáficas. O mapa elaborado pelo RADAM registra, na parte sul da região, solos (CL5) lateríticos concrecionários, outros (AQ2) tabulares quartzosos e lateríticos amarelos de melhor qualidade (LV3). Todos esses solos, segundo os agricultores, precisam de adubação para compensar a pobreza do húmus. Uma calagem melhoraria sua estrutura.

Na parte setentrional da região, estende-se uma floresta característica das margens da bacia amazônica, mais pobre em espécies florísticas do que a hileia de terra firme, essa floresta subcaducifólia é uma formação estratificada onde grandes árvores de 50 m, como os angelim-pedra (*Hymenolobium excelsum*), dominam um estrato de 30 m onde abundam os palmeiras babaçu (*Orbignya martiana*). Essa floresta esconde um relevo mais diferenciado do que o da parte meridional da região. Aqui, ainda subsistem fragmentos de platôs mais elevados, correspondentes ao conjunto das camadas barreiras,

arenitos rosados do Terciário, sobrepostos à Formação Itapecuru do Cretáceo. Esses relevos, mais vigorosos, são resultado da erosão regressiva na zona de divisão das águas das bacias do Tocantins, Gurupi e Pindaré.

As variações locais na qualidade dos solos — lateríticos amarelos e vermelhos, estes últimos de boa qualidade — não eram consideradas pelos desbravadores, que viam a cobertura florestal como garantia de fertilidade. O ambiente da floresta e o do cerrado se interpenetram. No cerrado, as matas-galeria, onde dominam as palmeiras, formam uma vegetação densa. Na parte meridional da zona florestal, a riqueza florística diminui, e a palmeira do babaçu tende a substituir a floresta estratificada. Existe, portanto, uma zona de transição prolongada sobre manchas de solos pobres no ambiente florestal e nos fundos úmidos no ambiente do cerrado, caracterizado pelo povoamento abundante do babaçu.



Figura 10 e 11:
Habitat rural nos
arredores de
Imperatriz-MA

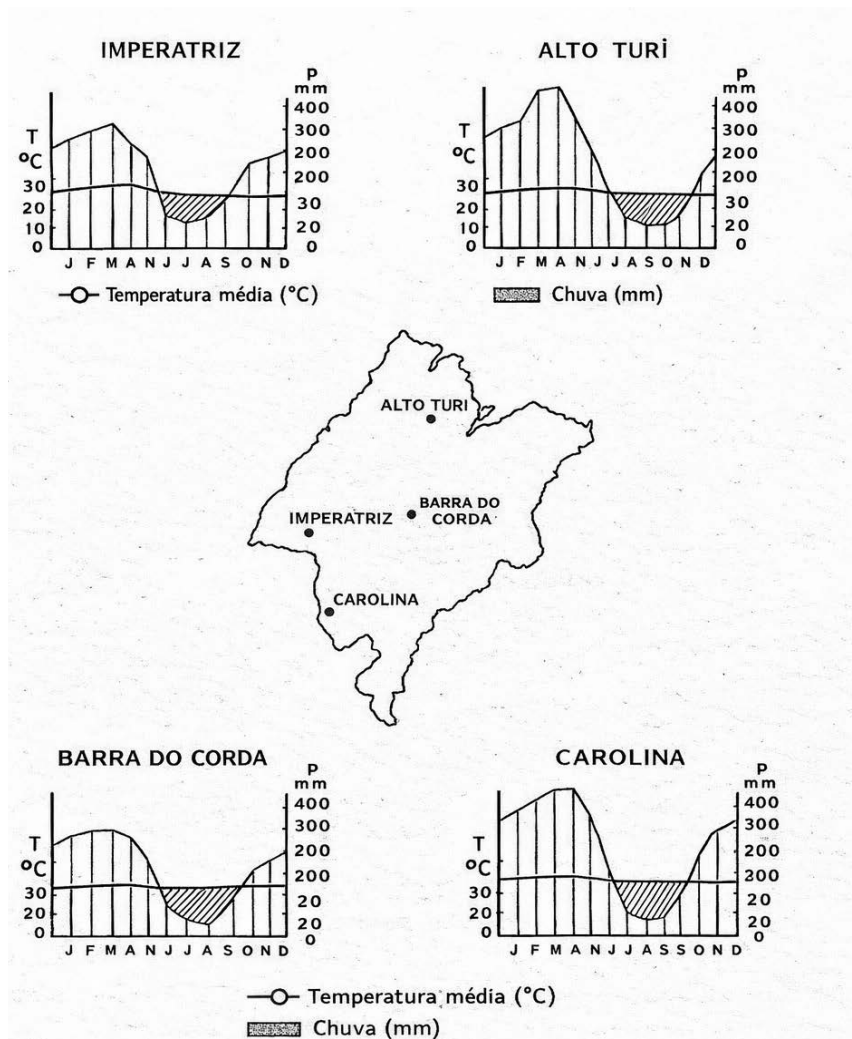


Figuras 12 e 13:
Paisagens urbanas
de Imperatriz-MA.



Fonte das imagens:
Arquivo do autor do
livro (1979).

Figura 14: Diagramas ombrotérmicos das estações de Imperatriz, Alto Turi, Barra do Corda, Carolina (Maranhão).



Fontes: Imperatriz-Alto Turi-Barra do Corda. In: ANDRADE, G. O. O projeto de colonização do Alto Turi (Maranhão). Recife: SUDENE, 1972.; Carolina – termos de referência para o planejamento da microrregião de Imperatriz – vol. 1.

45° 47°

5°

47°

SUD DE IMPERATRIZ

VALE DO IMPERATRIZ

PARÁ

IMPERATRIZ

JOÃO LISBOA

MONTES ALTOS

LEGENDA DAS CORTES

- Floresta densa
- Floresta secundária e campos
- Floresta mista a babaçu
- Palmeiral a babaçus e capoeira
- Cerrado
- 6 Linha divisora de águas

Escala 1 : 400.000

10 20 km

10 cm - 4 km

- | | |
|-----------------------------------|---------------------------------|
| 1: Floresta densa | 1: Floresta densa |
| 2: Floresta secundária e campos | 2: Floresta secundária e campos |
| 3: Floresta mista a babaçu | 3: Floresta mista a babaçu |
| 4: Palmeiral a babaçus e capoeira | |
| 5: Cerrado | |
| 6: Linha divisora de águas | |

Fonte: Organizado pelo autor do livro em pesquisa direta.

UMA FRONTEIRA EM MOVIMENTO

As baixas densidades da população dispersa no cerrado explicam a boa conservação, até agora, do ambiente natural. Nas fazendas de gado, o fogo, no fim da estação seca, é o principal instrumento de modificação florística, levando à seleção das gramíneas mais resistentes (*Aristida*) e a um retardamento da humificação. A ação empobrecedora desses incêndios é, no entanto, menos intensa do que mais ao sul, no Brasil Central, onde a estação seca é mais longa. Nos últimos anos, mudanças nas técnicas de produção foram introduzidas e podem prever uma transformação progressiva dessas paisagens: o avanço das pastagens artificiais, com a expansão, dentro das fazendas de gado, das áreas plantadas (*Capim Colômbio*), e o início de uma agricultura cerealista (arroz) mecanizada, utilizando adubação química.

Em contraste, a transformação do ambiente florestal foi violenta. Pode-se definir uma verdadeira frente de ataque à floresta, correspondendo à zona de alta densidade de povoados que se estende do leste da comuna de João Lisboa ao noroeste da de Imperatriz. Ao centro, pode-se também identificar uma penetração na floresta, seguindo o traçado da Belém-Brasília. Ao longo dessa rodovia, de fato, a floresta desapareceu de ambos os lados, e isso já havia sido observado por Orlando Valverde e Catharina V. Dias em 1965¹⁰⁵.

Na verdade, a paisagem às margens da estrada, em uma faixa de pelo menos 20 a 30 km de largura, é a de um campo onde troncos enegrecidos testemunham a passagem do fogo. A valorização das terras ao longo do eixo rodoviário atraiu grandes e médios proprietários, que se preocuparam em formar pastagens para o

105. Valverde, O. e Dias, C. V. – Opus citado.

gado. A mão de obra dos povoados e vilarejos à beira da estrada foi usada para essa operação, que consiste em deixar o desbravador plantar arroz por um ano. Depois, com o terreno desmatado, já no segundo plantio, o *capim*¹⁰⁶ é semeado, transformando as áreas florestais em pastagens.

Esse processo, bem conhecido no Brasil, foi ainda mais rápido em Imperatriz porque, a 30 km ao norte da cidade, o platô que separa as bacias do Tocantins, Gurupi e Pindaré é uma área onde a água é escassa, impedindo a instalação de povoados de agricultores. Estes participaram do recuo da floresta por meio de outra técnica agrícola. A agricultura de queimada, em torno dos *centros*, transformou a floresta primária em *capoeira*, uma formação secundária mais baixa e densa. Se, num primeiro momento, a abertura de uma clareira permite o desenvolvimento de uma grande variedade de plantas, à medida que as queimadas se repetem, a riqueza florística diminui.

As espécies mais resistentes ao fogo, entre elas o *babaçu*, formam povoações cada vez mais homogêneas. Contribuem para esse empobrecimento da floresta os madeireiros que cortam árvores de alto valor comercial (*cedro*: *Cedrela Odorata*; *andiroba*: *Carapa Guianensis*; *maraganduba*: *Manilkara huberi*).

Na metade setentrional da região, onde as elevações são frequentemente acentuadas, esse desmatamento acelerado intensifica os processos de erosão e provoca uma rápida queda na fertilidade do solo. No total, de Buritirana a São Pedro da Água Branca, estende-se e alarga-se a zona de transição entre savana e floresta, caracterizada pela abundância da palmeira de *babaçu*. Viajando ao longo dessa frente de ataque à floresta, pode-se medir o afastamento progressivo dos povoados dessa formação. No território da comuna de João Lisboa, as áreas elevadas

106. Tradução: Feno.

da Serra do Gurupi ainda conservam uma cobertura florestal muito afetada pelos madeireiros.

De São Francisco do Brejão a Cidelândia, estende-se o platô seco, onde as pastagens predominam sobre a *capoeira*. Além de Cidelândia, até Marcolândia, a floresta desapareceu, e, em solos arenosos e empobrecidos, domina a palmeira de *babaçu*, com os brotos jovens de palmeiras (*pindovas*) que dificultam o trabalho agrícola. A oeste de Marcolândia, a floresta não está longe dos povoados; os telhados de casca de árvore aparecem, substituindo as palhas do *babaçu*. Nesse noroeste da comuna de Imperatriz, o desmatamento ainda está em curso, correspondendo ao deslocamento dos desbravadores em busca de terras livres sob a floresta.



Figura 16: Palmeiras (babaçus)



Figura 17: Capoeira.

Fonte das imagens: Arquivo do autor do livro (1979).

UMA POPULAÇÃO INSTÁVEL E MÓVEL

"A prostituta Raimunda L.S., 21 anos, residente no Bar do Chico, onde há uma habitação coletiva, na Rua Souza Lima, nº 154, suicidou-se ontem à tarde, enforcando-se no interior de seu quarto. MOTIVO: — Raimunda mantinha um relacionamento com um certo Antônio, conhecido como Toim, casado, residente na Vila Lobão, quando ele decidiu partir para a Serra Pelada, a fim de tentar a sorte como garimpeiro; antes de sua viagem, porém, discutiram, e Raimunda ficou indignada com o comportamento do amante, chorando todas as noites pela sua ausência. Após vários dias na Serra Pelada, ele finalmente lhe escreveu, dizendo que, ao retornar, não queria mais vê-la. Daí o desespero de Raimunda que, desiludida com a vida, decidiu ontem à tarde pôr um fim trágico à sua existência. Sobre uma pequena mesa em seu quarto, ela deixou um bilhete para seu amado Toim: 'Toim, hoje estou com você em meus pensamentos, mas não posso vê-lo, pois você está longe...' A prostituta deixa uma órfã de sete anos. Raimunda era casada, separada do marido, e sustentava-se trabalhando como prostituta".

Jornal O Progresso – 13/07/1980

A dinâmica migratória que marca a região de Imperatriz é, na verdade, a soma de inúmeros dramas pessoais como esse: separações, reencontros, esperanças e decepções. Nessa busca desesperada por meios de sobrevivência, famílias se desfazem

e outras se formam em um turbilhão incessante. Daí a ideia de associar a mobilidade geográfica à instabilidade socioeconômica, já que ambas parecem profundamente interligadas.

A mobilidade é a origem do povoamento da região, impulsionado pela imigração, e também uma característica de sua geografia interna, uma vez que, mesmo dentro das três cidades, as redistribuições populacionais são constantes, marcadas por um rápido processo de urbanização e por migrações em massa em busca de novos “Eldorados”. Tanto o fluxo migratório externo quanto os deslocamentos internos são facilitados por infraestruturas de transporte que concentram a população ao longo da Belém-Brasília e em Imperatriz.

A instabilidade, por sua vez, é um fenômeno econômico e social subjacente a esses movimentos e a indefinição das estruturas fundiárias impede o enraizamento do camponês. A falta de infraestrutura básica o obriga a buscar apoio na cidade, e as condições precárias de vida do pequeno produtor o tornam suscetível a novas aventuras.

UMA DINÂMICA EXPLOSIVA

UMA REGIÃO EM PROCESSO DE POVOAMENTO RÁPIDO

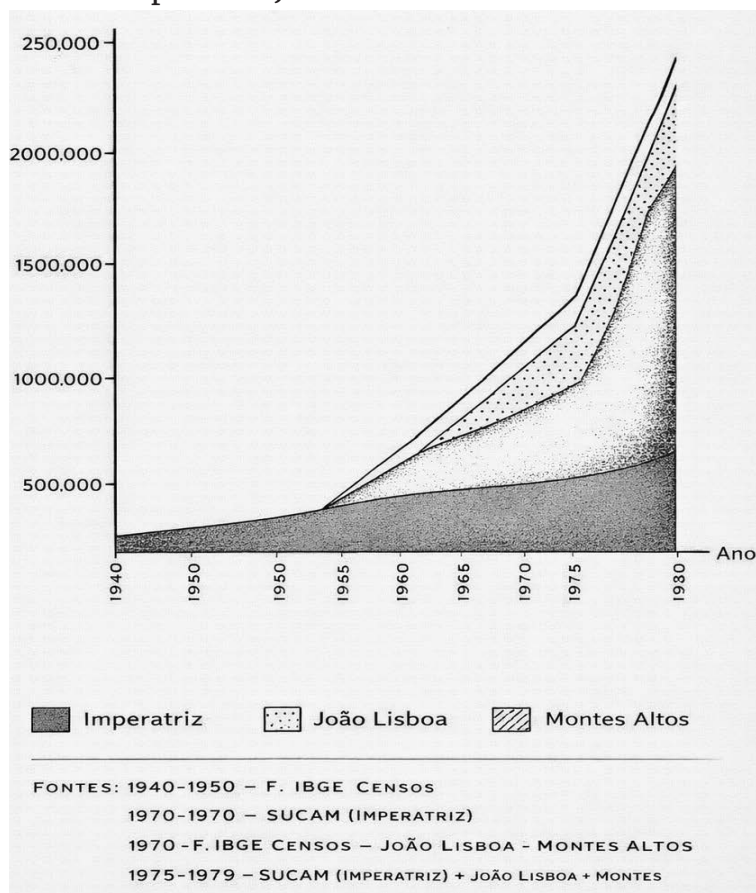
O crescimento extraordinário da região de Imperatriz desde 1940 é evidente na Figura IV, o movimento migratório, iniciado antes mesmo da construção da Belém-Brasília entre 1958 e 1960, acelerou-se na década de 1960-1970. No período

de 1970-1979, o crescimento não diminuiu; pelo contrário, o asfaltamento da Belém-Brasília em 1973-1974 correspondeu a uma nova aceleração. Essa explosão demográfica provocou uma reorganização administrativa da região, em 1955, o município de Imperatriz, que contava com 20.000 habitantes, foi dividido em duas partes territorialmente desiguais: Montes Altos, com 2.000 habitantes no cerrado, pouco progrediu, enquanto Imperatriz alcançou quase 40.000 habitantes em 1960, com o avanço dos desbravadores na faixa florestal. Em 1961, parte dessa área foi desmembrada do município original, formando o município de João Lisboa, que em 1970 já contava com 27.000 habitantes, sem que o crescimento de Imperatriz, que então tinha 60.000 habitantes, fosse significativamente afetado e o crescimento dos dois municípios florestais foi intenso na última década.

De onde vem esse fluxo migratório? Dados recentes são escassos e será necessário aguardar o processamento do censo de 1980 para uma análise mais precisa, no entanto, estudos geográficos referentes ao período intercensitário de 1960-1970 oferecem algumas indicações. Naquele último ano, mais de 80% da população residente nos municípios de João Lisboa e Imperatriz, e que não era originária desses locais, havia se estabelecido há menos de 10 anos (esse percentual era inferior a 70% em Montes Altos) e dentro da população local, quase um terço provinha de outros estados.¹⁰⁷

107. Andrade, M. C. de e Potengi, G.F. Dinâmica das microrregiões. Opus cit.p.71.

Figura 18: Crescimento da população – 1940-1979 – Imperatriz-João Lisboa-Montes Altos.



Fonte: Organizado pelo autor do livro segundo FIBGE (1979).

A maioria dos migrantes na microrregião que inclui, além dos três municípios estudados, Amarante e Porto Franco, era proveniente das zonas rurais do estado do Maranhão, a famosa região do “Japão”¹⁰⁸. Essa migração de populações rurais representava 75% do total de imigrantes originários do estado; entre a

108. F. IBGE - Geografia do Brasil - Região Nordeste. Rio de Janeiro 1977. 454 p. p.174-175.

população vinda de outros estados, cerca de um terço era formado por população urbana que se fixou na cidade de Imperatriz, principalmente profissionais de nível médio ou superior, originários dos estados meridionais. Outro terço consistia em habitantes de zonas rurais, especialmente do Ceará e do Piauí, que migraram para áreas rurais da microrregião; o restante dos migrantes distribuía-se quase igualmente entre urbanos que retornavam ao campo e rurais que se estabeleciam na cidade.¹⁰⁹

Faltam dados numéricos precisos para detalhar o que, na prática, representa o preenchimento abrupto de uma região por uma população nova de “forasteiros”, como são chamados localmente. Entre os migrantes do Maranhão, muitos são originários do semiárido nordestino, assim, observa-se a “nordestinização” de uma região pré-amazônica, enquanto na cidade chegam contingentes significativos de brasileiros do Sul. Entre o campo, que recebe a maior parte dos migrantes, e a cidade, um novo equilíbrio está se formando, marcado por migrações internas extremamente dinâmicas.

UMA FORMIDÁVEL MOBILIDADE INTERNA

As migrações internas estão ligadas ao próprio sistema de aproveitamento das terras no contexto da agricultura de corte e queima. Após dois ou três anos de cultivo, com arroz e milho associados, é necessário deixar a fertilidade do solo se recompor por cerca de cinco anos, período durante o qual cresce vigorosamente a capoeira. Isto implica uma dispersão a partir dos povoados próximos, no entorno dos quais

109. F. IBGE - Geografia do Brasil - Região Nordeste. Rio de Janeiro 1977. 454 p. p.174-175.

as terras florestais disponíveis tornam-se escassas. Se a distância entre a nova roça e o povoado se tornar muito grande, o agricultor constrói uma cabana de palha para se abrigar e, se o local for favorável, com o esgotamento das terras em torno do primeiro centro, chefes de família podem vir a se agrupar.

Nasce então um novo povoado, que condena o primeiro ao declínio, a instabilidade desta forma de habitação, onde o nível de equipamentos comerciais é reduzido ao mínimo, aparece claramente no estudo da evolução entre 1975 e 1979, de povoados do município de João Lisboa. Alguns conhecem uma progressão espetacular: Bom Lugar, Alto Bonito II, Barreirão duplica sua população; outros declinam muito rapidamente e estão em vias de desaparecimento (Barro Branco, Santa Luzia, São Lourenço e Custódio). Em contraste crescem todas as vilas, excetuando duas que estagnam. A médio prazo, essa evolução leva, no entanto, a um estrangulamento dos povoados, que reúnem uma parcela menor da população rural. Na figura V aparece essa diminuição, entre 1975 e 1979, no caso de João Lisboa. Pierre Gourou definiu em 12 hab./km² um limiar de densidade acima do qual a agricultura de corte e queimada não consegue mais alimentar a população. Em 1975, o município de João Lisboa apresentava uma densidade média de 15 hab./km², o que supunha áreas com densidades bem inferiores. Em 1979, a densidade média atinge 20 hab./km² indicando que a pressão sobre as áreas de agricultura de corte e queima aumentou. Um povoado de 200 habitantes cultiva, segundo o estudo antropológico de Teresinha de Alencar Cunha, cerca de 115 ha/ano¹¹⁰ e essa superfície é cada vez mais

110. Alencar Cunha, T. H. de. Terra da Promissão - Opus cit... p.65.

difícil de renovar no contexto de um povoamento em progressão rápida na floresta.

A “fome de terra” torna-se tanto mais impossível de ser saciada quanto às fazendas acabam por cercar o povoado e os proprietários, uma vez plantado o “capim”, não têm mais terras para ceder aos agricultores fazendo os rendimentos baixarem irreversivelmente. Enquanto em 1972, em Altamira perto de Coquelândia, a antropóloga Teresinha de Alencar Cunha registrou bons rendimentos de 1800 kg de arroz por hectare¹¹¹, em fevereiro de 1980, no mesmo local, a terra exaurida e uma capoeira queimada a cada dois anos haviam reduzido esse número pela metade. A subsistência, cada vez menos garantida, conduz à estagnação do povoado Altamira, que mal conservou sua população de sete anos atrás.

A unidade entre local de trabalho e local de residência torna-se impossível, e o atrativo das vilas melhor equipadas, ou a partir dos quais são acessíveis zonas florestais, reforça-se na figura V. No cerrado, a evolução é inversa, a única mudança notável, nestes últimos quatro anos, no modo de distribuição da população, no município de Montes Altos, é uma ligeira diminuição da parcela da população dispersa e um ligeiro aumento daquela agrupada em povoados. Pode tratar-se aqui do reflexo da transformação de algumas fazendas de criação em explorações agrícolas, necessitando de uma mão de obra mais abundante, ou do ataque por desbravadores, no Nordeste do território municipal, do “cerradão” (savana arborizada) dos confins do Pindaré. As figuras VI e VII, os mapas referentes ao município de Imperatriz, permitem compreender as sequências que, de 1970 a 1979, elevam

111. Ibid p 66.

a população urbana de 40% para mais de 60% do total da população municipal.

De 1970 a 1973 a população urbana estagna (Figura VI), enquanto, na zona rural, a população aumenta, sobretudo aquela distribuída em povoados. Estes multiplicam-se, passando de 53 em 1970 para 99 em 1973; o ataque contra a floresta desenvolve-se a partir da estrada, com as localizações fluviais perdendo a importância que ainda tinham em 1970. Trata-se, portanto, nesta primeira metade da década, de uma multiplicação das comunidades praticando a agricultura de corte e queima. A população urbana não atinge mais que um terço da população total de um município cujos campos, em pleno desmatamento, se povoaram.

A partir de 1973 e, de forma mais acentuada a partir de 1977, a população urbana cresce muito mais rapidamente do que a população rural. A parcela desta diminui muito rapidamente, especialmente a das populações dispersas ou que habitam em vilarejos. Estes continuam a aumentar em número, passando de 99 em 1973, para 139 em 1977, e 140 em 1979, um fenómeno mecânico de disseminação devido às necessidades de expansão horizontal da agricultura de queimada. Mas, incontestavelmente, a dinâmica está quebrada; a população total dos vilarejos estagna e o seu próprio número parece ter atingido um máximo no final dos anos 1970.

A população totalmente dispersa nunca constituiu uma parcela importante da população local nesta zona florestal, mas a sua rápida diminuição desde 1977 pode ser explicada: se, em 1977, o quociente do número de localidades habitadas por menos de 100 habitantes pela população residente dava um

resultado de 40, evocando seja um pequeno vilarejo de roceiros, seja uma fazenda, exigindo numa fase de desmatamento uma mão de obra abundante. Em 1979, esse quociente caiu para menos de 20; as fazendas de pecuária, já consolidadas, não necessitam mais de mão de obra permanente, a não ser 2 a 3 famílias de vaqueiros. Esta população rural, expulsa pelo esgotamento das terras e pela falta de novas terras disponíveis, dirige-se, numa parte reduzida, para as vilas e povoados, como já se havia constatado no município de João Lisboa. Mas, no município de Imperatriz, vilas e povoados mal conseguem manter a parte que tem na população total e atrair migrantes oriundos de vilarejos. Entre as vilas e povoados mais dinâmicos, destacam-se aqueles que como São Pedro de Água Branca situam-se distantes de Imperatriz e Açailândia e com acesso a espaços florestais ainda conservados.

O crescimento urbano de Imperatriz e Açailândia corresponde então a partir de 1973 (ano da conclusão do asfaltamento da Belém-Brasília) à simultaneidade de três fenômenos:

- ✓ A rápida expulsão de populações rurais, decorrente da escassez de terras provocada pelo avanço da apropriação privada e pela expansão das zonas de criação de gado e das reservas de floresta reduzindo o espaço para cultivos de subsistência; isto é o fechamento da chamada fronteira agrícola.
- ✓ A atração de Imperatriz cujos equipamentos sociais contrastam com o subequipamento do campo.
- ✓ A acessibilidade, ampliada pelo asfaltamento

da Belém-Brasília e a oferta de transportes nesse eixo principal de transportes que agricultores possam, a partir de Imperatriz mais facilmente do que de uma vila ou povoado, se dirigir para uma roça longínqua (diferente da situação observada em João Lisboa onde o eixo moderno de transporte não penetra muito para oeste). Sobretudo, baseado em Imperatriz, o camponês pode adaptar-se à movediça conjuntura fundiária e escolher o lugar onde é possível abrir uma roça.

A concentração do crescimento populacional nas cidades de Imperatriz e Açailândia expressa-se pela expansão ou pela criação de bairros periféricos, formados por casinhas de adobe. Distanesse modo, nasce em Imperatriz Vila Lobão, com mais de mil famílias em péssimas condições de higiene. Destaca-se a emergência de um modo de vida rural-urbano caracterizado por migrações semanais. O chefe de família passa a semana na roça não raro distante de mais de 100 km. Somente na época da colheita, a família lá se reunirá. A cada fim de semana, assista-se à volta dos homens à Imperatriz em linhas de transportes sobrecarregadas. Residente na cidade, a mão de obra camponesa está também disponível para engajar-se em tarefas requisitadas por um fazendeiro. Os “gatos” recrutam essa mão de obra temporária e exercem as funções de enquadramento, controle e pagamento dessa mão de obra denominada como em São Paulo de boias frias¹¹² A subsistência na cidade é precária; o setor informal, numa cidade de tamanho ainda modesto não pode se expandir

112. MELLO M. C. d'l.e O Boia Fria: acumulação e miséria. 4ª ed. Vozes. Petrópolis 1976. 154 p.

indefinidamente; daí a importância da pesca no rio para prover alimento, a manutenção apesar das dificuldades de uma roça longínqua e a busca desesperada de novas fontes de recursos na aventura da corrida para o ouro.

O garimpo foi o grande negócio do ano em Imperatriz. Isso porque o mito tornou-se realidade. Serra Pelada no município de Marabá, 30.000 trabalhadores extraem o ouro e muitos conseguem enriquecer com uma exploração fortemente controlada e organizada pelas autoridades militares. Varias centenas de homens de Imperatriz, talvez mais, estão entre esses “eleitos”.

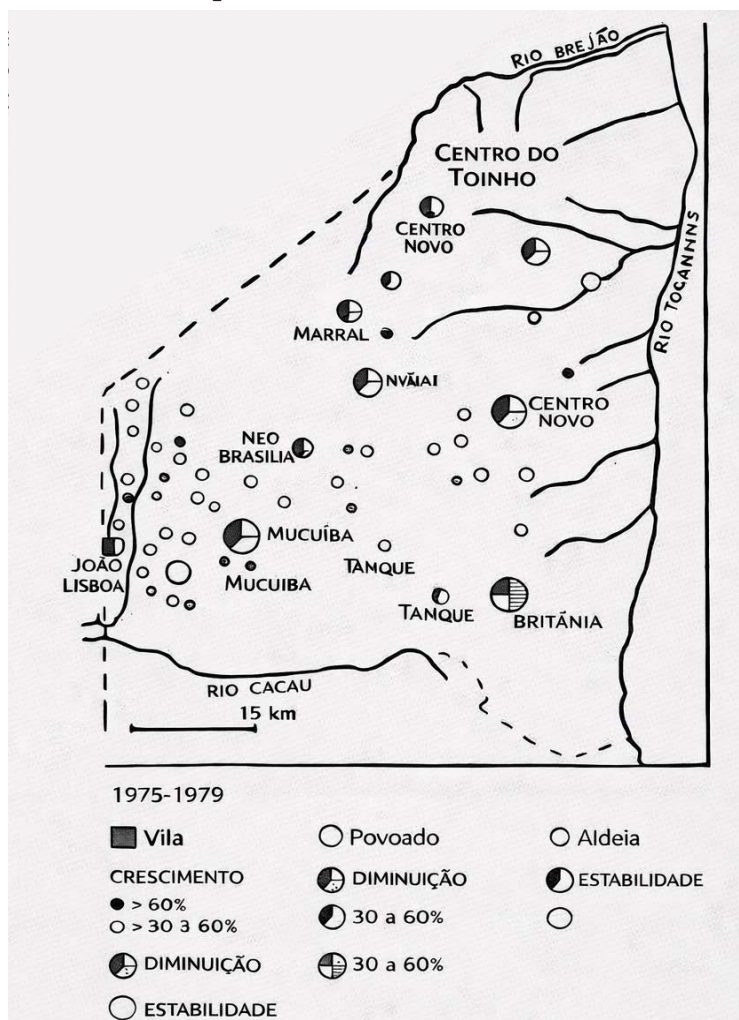
Mas essa realidade alimenta o velho mito e suscita na região muitas esperanças desarrazoadas. Basta que, no mês de julho, um homem, vindo da Serra Pelada, afirma ter encontrado uma pepita na margem do Tocantins, ao norte da cidade, para que, na mesma manhã, mais de duzentos homens comecem a cavar, até serem expulsos pela polícia daquilo que é uma propriedade privada. Em agosto de 1980 o boato se espalha, de que uma nova “Serra Pelada” está sendo organizada perto de Conceição do Araguaia para que 15.000 pessoas invadam aquela cidade e acampem na praça aguardando autorização que não virão; entre elas, vários milhares de habitantes da região de Imperatriz.

No local, os homens estão, portanto, ausentes, o jornal local descreve os cortiços pobres de Imperatriz deixados com as mulheres e as crianças¹¹³. Uma dessas mulheres, ficou com seus três filhos, dos quais o mais velho tem sete anos, e relata que: “Se os sete mil cruzeiros de economias desaparecerem, irei à beira do Tocantins lavar roupa. Peço apenas que Josué, depois de encontrar ouro, se lembre do caminho de volta”. Na Vila Lobão, avalia-se que um terço dos chefes de

113. Jornal O Progresso em 30.08.1980.

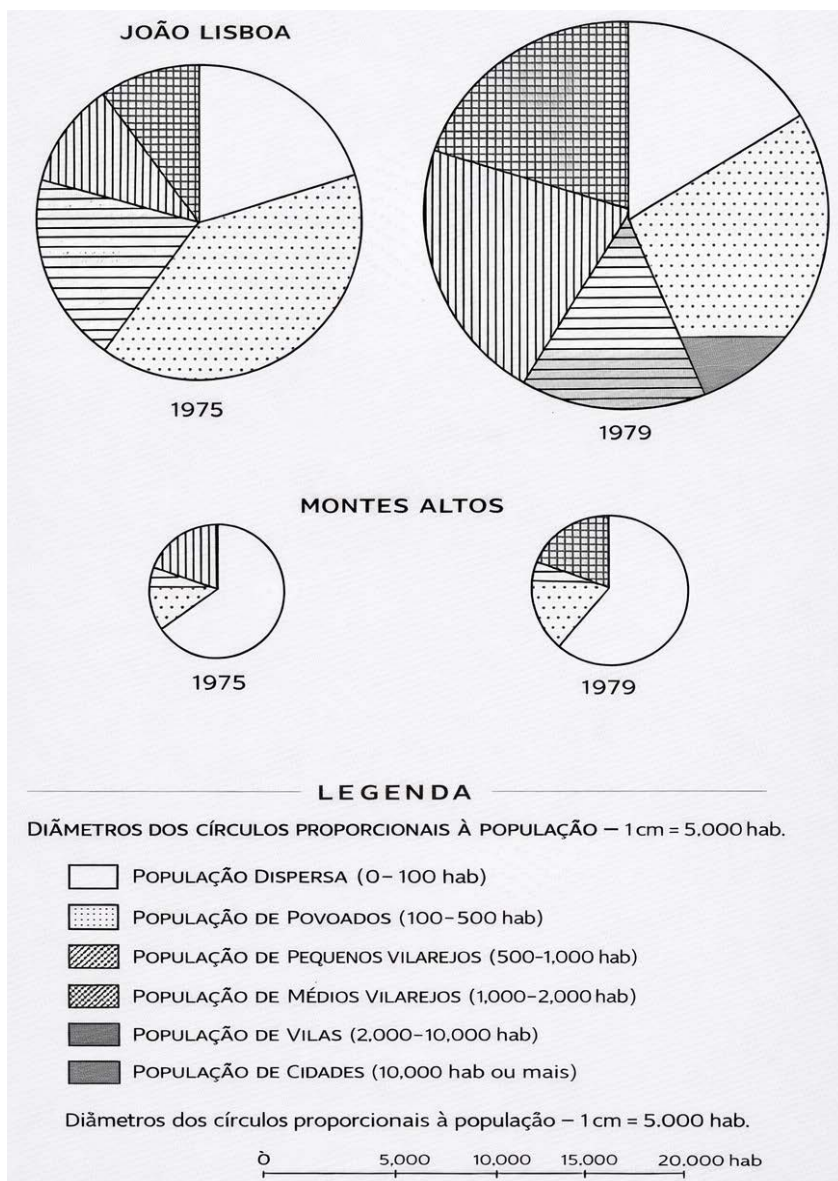
família partiram para o garimpo. No campo, faltou mão de obra para colher o arroz este ano, tamanha foi a atração do ouro e, secundariamente, a do canteiro de obras de Tucuruí, que drena para o Pará a mão de obra local.

Figura 19: Evolução da população nos aglomerados do município de João Lisboa – 1975-1979.



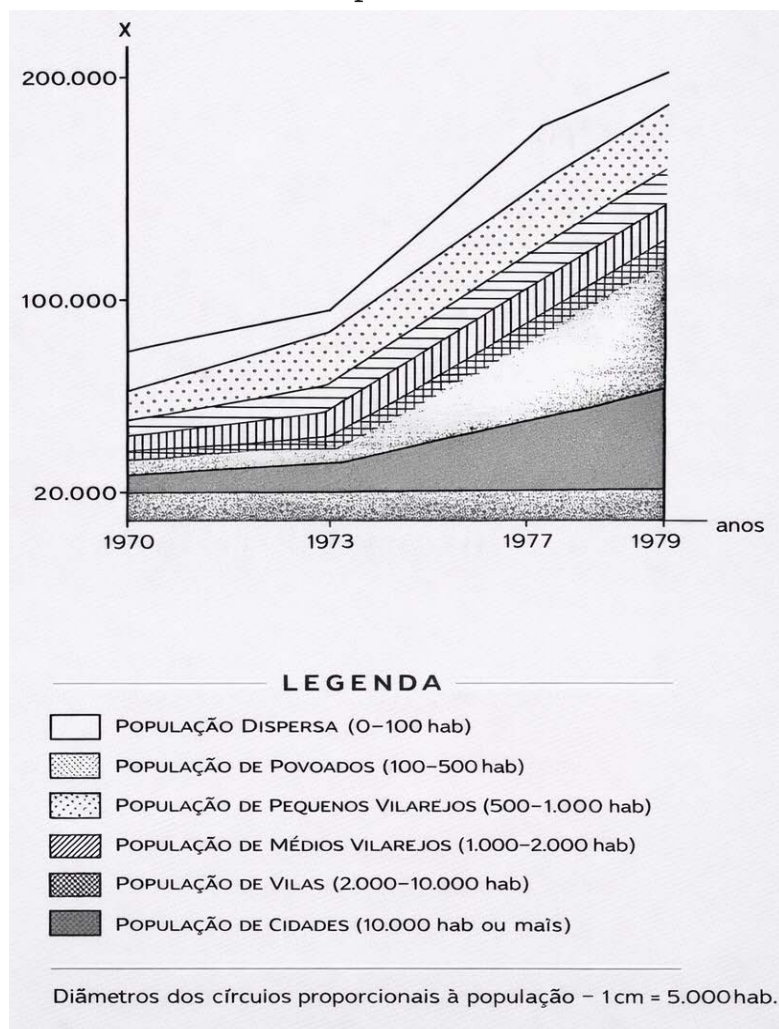
Fonte: Segundo dados do SUCAM – Imperatriz-MA (1979).

Figura 20: Variação da distribuição segundo a concentração do habitat da população de João Lisboa e Montes Altos 1975 – 1979.



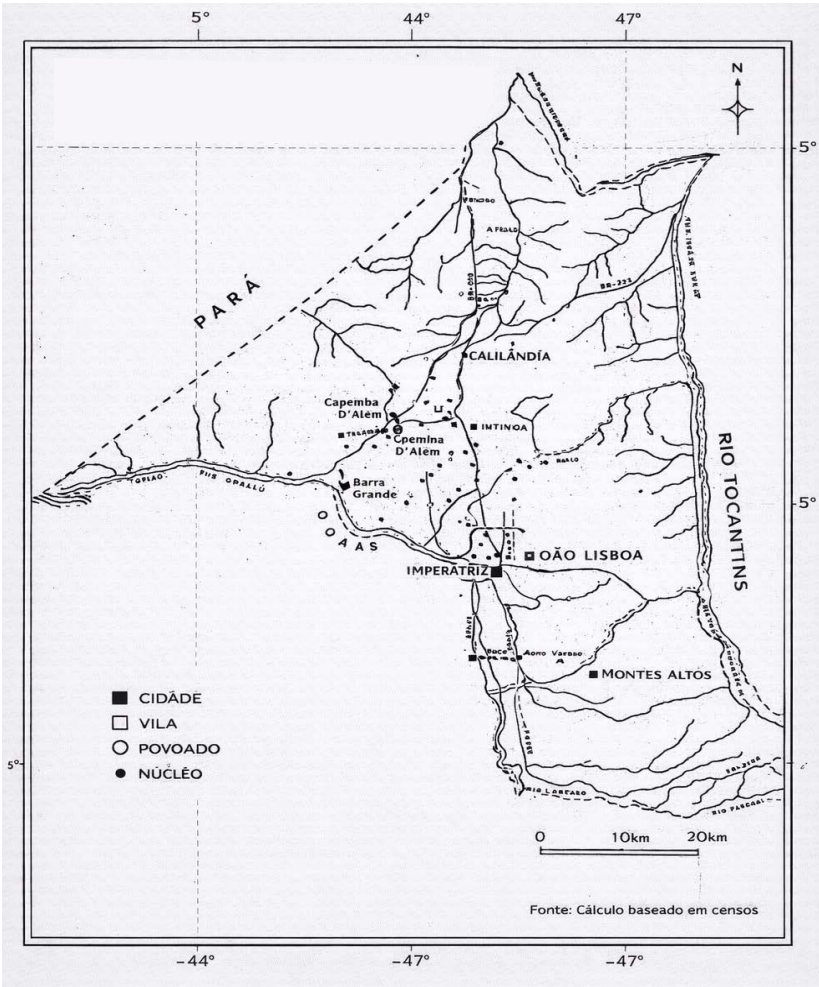
Fonte: Segundo dados do SUCAM – Imperatriz-MA (1979).

Figura 21: Crescimento da população de 1970 a 1979, distribuída segundo a concentração do habitat – Imperatriz.



Fonte: Segundo dados do SUCAM – Imperatriz-MA (1979).

Figura 22: Mapa da distribuição da população da aglomeração de Imperatriz – 1970.



Fonte: Organizado pelo autor a partir de cálculo baseado em censos.

Mapa da região de São João do Rio Preto, Pará, mostrando a rede urbana e a malha viária. O mapa inclui a fronteira com o Tocantins, o rio Graça, e localidades como Imperatriz, João Lisboa, Montes Altos, e Dero Grande. Uma legenda indica símbolos para cidade, vila, povoado e núcleo. Uma escala de 0 a 20 km e uma fonte baseada em censos são fornecidas.

120

Figura 24: Mapa da distribuição da população da aglomeração de Imperatriz – 1973.



Fonte: Organizado pelo autor a partir de cálculo baseado em censos.

Essa disponibilidade para a aventura é o sinal de um equilíbrio econômico que não se estabeleceu, já que campo não mais oferece as condições mínimas de subsistência; a cidade é apenas um abrigo onde os empregos são raros; “quando a fronteira se fecha, assiste-se a uma multiplicação de pequenos fluxos migratórios, e um grande contingente de população

começa a errar de forma desordenada pelo país”¹¹⁴, escreve José Graziano da Silva. Essa errância verifica-se aqui, onde existe uma infraestrutura de transporte que permite, numa pequena região, essa mobilidade desordenada e muitas vezes desesperada daqueles que não conseguiram conservar o espaço de sua sobrevivência.

OS TRANSPORTES, MEIOS DA MOBILIDADE

TRANSPORTES INTERREGIONAIS

Se, há alguns anos, a viagem para Imperatriz era feita a pé, no lombo de burro ou em “pau-de-arara”, uma caminhonete adaptada de forma precária para o transporte de passageiros, hoje já não é mais o caso. Imperatriz é ligada por serviços de ônibus frequentes não apenas a Belém do Pará (10 horas) e a Brasília (25 horas) pela rodovia asfaltada, mas também a outras cidades por estradas de terra, o que torna a duração da viagem imprevisível, especialmente durante a estação chuvosa. A importância da conexão, muitas vezes lotada, com Bacabal é inegável, uma vez que esta região é o principal pólo de emigração para Imperatriz. Foi somente este ano que as ligações com Marabá se tornaram tão frequentes, correspondendo à abertura do garimpo da Serra Pelada, ao sul daquela cidade.

Uma ligação semanal, quando o estado da estrada o permite, conecta Imperatriz a Altamira, na Transamazônica, estes serviços Leste-Oeste, numerosos e sempre cheios, são essencialmente os utilizados pelos migrantes do Nordeste. As estações rodoviárias de Açailândia e Imperatriz não dispõem

114. Graziano da Silva J. Para onde vai a Agricultura? Civilização Brasileira nº 10. Abr. 1979. p.58-69.

de dados numéricos que permitam medir com exatidão os fluxos. O número de partidas de Imperatriz variaria de 25.000 a 38.000 por mês. É fato que a movimentação é muito intensa; famílias inteiras de migrantes em volta de trouxas ou de grandes malas de papelão, a tradicional gaiola de pássaros da qual o nordestino não se separa. Jovens que partiram para tentar a aventura do garimpo esforçam-se para obter uma passagem para Marabá; a música nordestina difundida pelos rádios-cassetes; não, realmente, a errância não parece ter terminado, e a mobilidade é facilitada por esses serviços de ônibus frequentes, ainda que não confortáveis.

Se as ligações Leste-Oeste são as dos migrantes, as ligações Sul-Norte, asseguradas pelas linhas aéreas, são as dos homens de negócios. A VARIG¹¹⁵ atende Imperatriz; escala nas linhas São Paulo-Belém do Pará e São Paulo-São Luís via Uberlândia-Uberaba-Goiânia-Brasília-Imperatriz. O traçado desta linha permite ligar a metrópole financeira do país, os grandes mercados de pecuária do “Triângulo Mineiro”, a Capital, às terras novas do Norte em processo de valorização. Em 1980, foi inaugurada uma linha regional, a Votec¹¹⁶, ligando, uma vez por semana, Belém do Pará a São Luís via Tucuruí, Marabá, Imperatriz e retorno. No total, Imperatriz

115. Conhecida pelo pioneirismo em voos noturnos e serviços de bordo luxuosos, A Viação Riograndense, VARIG, foi fundada em 1927, por Otto Meyer na cidade de Porto Alegre-RS, onde se desenvolveu, tornando-se uma das maiores companhias aéreas do mundo. No início dos anos 1990, passou enfrentar problemas financeiros, a falta de modernização de suas aeronaves e o surgimento de companhias como a GOL e a AZUL operando em linhas mais comerciais e econômicas. Declarou falência em 2010.

116. A empresa Voos Técnicos e Executivos D.A (Votec) foi uma companhia de táxi aéreo que operou entre os anos 1960 e 1980, em grande parte do território nacional, com mais intensidade na região Norte e Nordeste Brasileiro. Fundada por Cláudio Ricardo Hölck, a VOTEC, havia bases espalhadas em todas cidades médias da Amazônia Legal, executou voos para empresários, políticos e pessoas de influência no contexto histórico regional. Em 1984, na cidade Imperatriz, duas aeronaves do modelo EMB 110 Bandeirantes da companhia se chocaram sob o rio Tocantins, ocasionando a morte de todos os tripulantes do avião que caiu à margem esquerda do rio.

está, portanto, ligada seis vezes por semana a São Luís, Brasília e São Paulo e quatro vezes a Marabá e Belém.

Pode-se observar aqui a perfeita adaptação do traçado das linhas aéreas às necessidades dos investidores nas cidades-cogumelo¹¹⁷ de Imperatriz, Marabá e Tucuruí; eles encontram ligações convenientes com as capitais de Estado, além das capitais política e econômica do Brasil. A mesma facilidade é permitida por uma rede moderna de telecomunicações que autoriza as comunicações automáticas nacionais e internacionais, assim como o telex. Imperatriz, cidade da “planeta McLuhan¹¹⁸”, numa região onde as chuvas de inverno continuam a isolar milhares de camponeses.

TRANSPORTES INTERNOS

Para seus numerosos deslocamentos, constatados acima, a população rural utiliza infraestruturas e meios de transporte que os tornam penosos e irregulares, custosos e lentos. Os 18.000 km² da região são muito desigualmente servidos pela rede rodoviária. O eixo principal é o da rodovia Belém-Brasília, totalmente asfaltada em 1973, e que atravessa toda a região do Norte a Sul de Imperatriz, um trecho asfaltado de 11 km que liga a João Lisboa. O eixo decadente é o do rio, que permanece como o único meio de acesso a numerosos vilarejos e fazendas em

117. Cidades-cogumelo é uma denominação dada às cidades que passaram por uma rápida e descompassada transformação territorial e social sem planejamento adequado para tal desenvolvimento.

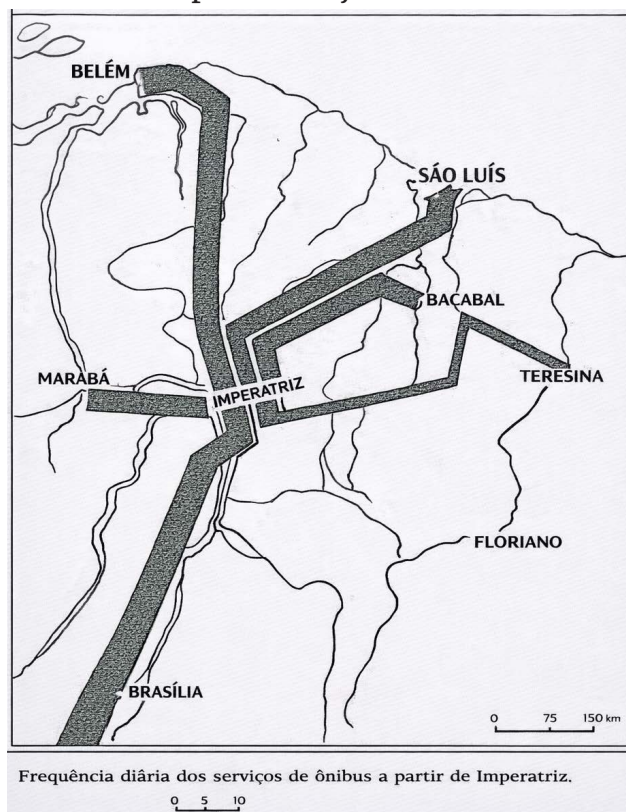
118. Termo cunhado pelo filósofo Marshall McLuhan para designar que, os seres humanos por algum meio midiático, estão conectados criando, na concepção do autor, uma aldeia global que muda a percepção de tempo e distância, vivenciando experiências de maneira imediata.

ambas as margens. Os serviços em embarcações de tipo amazônico são irregulares, uma balsa transporta os veículos para a margem do Goiás, de onde, por Itaguatins, eles podem seguir para Marabá, evitando o desvio pela ponte de Estreito, a 130 km ao Sul.

O cotidiano são as vias de terra, as pontes precárias feitas de duas tábuas, sejam elas eixos interregionais Porto Franco-Grajaú, Ribeirãozinho-Montes-Altos-Sítio Novo-Grajaú, Açailândia - km 100 - Sta. Luzia - Sta. Inês - ou eixos municipais - Trecho Seco-Cidelândia-São Pedro de Água Branca, Trecho Seco-São Francisco do Brejão, João Lisboa - Mucuíba - Buritirana. As distâncias contam em dobro, tanto em tempo como em fadiga, e também no desgaste do material. Os ônibus regulares têm dificuldade em enfrentar essas estradas e, no inverno, não é raro que os de São Luís desistam do itinerário por Santa Luzia e Açailândia, e seu trecho de 120 km em terra, fazendo um desvio de mais de 600 km por Santa Inês, para seguir a Belém-Brasília asfaltada.

Os principais veículos que circulam por esses caminhos são os caminhões, as caminhonetes C10 da Chevrolet e Bandeirantes da Toyota, que permitem o transporte de 8 a 15 pessoas, e os ônibus “jardineira”: um caminhão, cuja plataforma, munida de bancos, foi recoberta com uma armação e uma cobertura de madeira pintada em cores vivas. Os passageiros amontoam-se no interior como no teto e enfrentam a poeira e os solavancos de longos percursos.

Figura 25: Rotas de ônibus de longa distância a partir de Imperatriz – julho 1980



Fonte: Organizado pelo autor a partir de cálculo baseado em censos

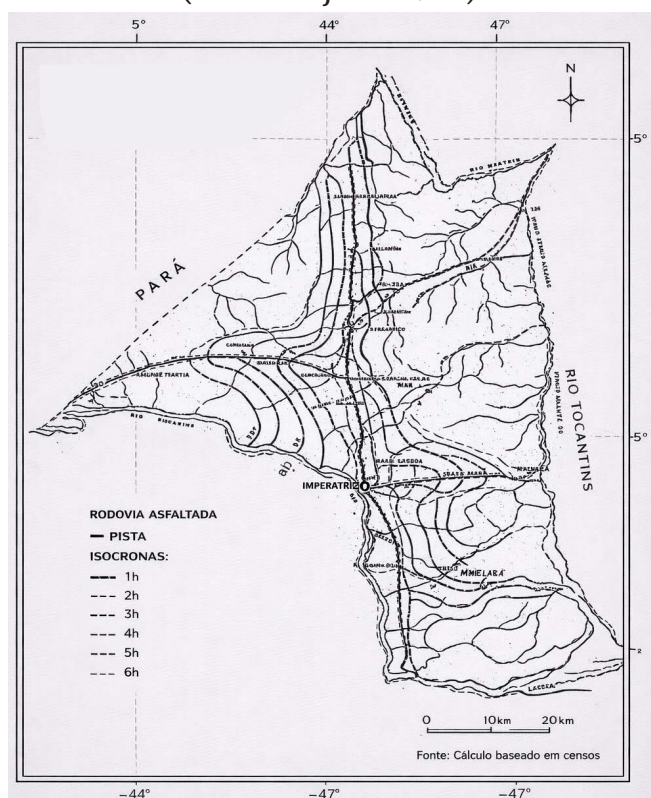
Os mapas tentam apresentar aqui o espaço regional deformado segundo os isocustos¹¹⁹ e as isocronas¹²⁰. Essas representações assumem todo o seu valor no momento em que é necessário escoar a colheita ou quando a necessidade, muitas vezes a doença, obriga a se deslocar. A hierarquia dos custos

119. Linhas que juntam pontos com preços iguais de deslocamento desde Imperatriz no mapa regional.

120. Linhas que juntam pontos com tempos de deslocamento iguais desde Imperatriz.

e dos tempos, diretamente ligada à qualidade da estrada, impõe-se então, prejudicando os habitantes dos numerosos povoados e vilarejos, situados longe da Belém-Brasília, nomeadamente, no município de João Lisboa, a leste de Mucuíba e, no município de Imperatriz, a oeste de Cidelândia. Com a estação das chuvas, o acesso torna-se impossível; os riachos transbordam, arrastando as pontes improvisadas; os atoleiros estendem-se, dificultando a passagem dos cavalos. A maior parte da região fica, portanto, isolada e seus habitantes permanecem sem acesso aos serviços essenciais.

Figura 26: Isocronas de transporte a partir de Imperatriz (ônibus – julho 1980).



Fonte: Organizado pelo autor a partir de cálculo baseado em censos.

CONCLUSÃO PROVISÓRIA:

A MOBILIDADE, CONSEQUÊNCIA DOS DESEQUILÍBRIOS

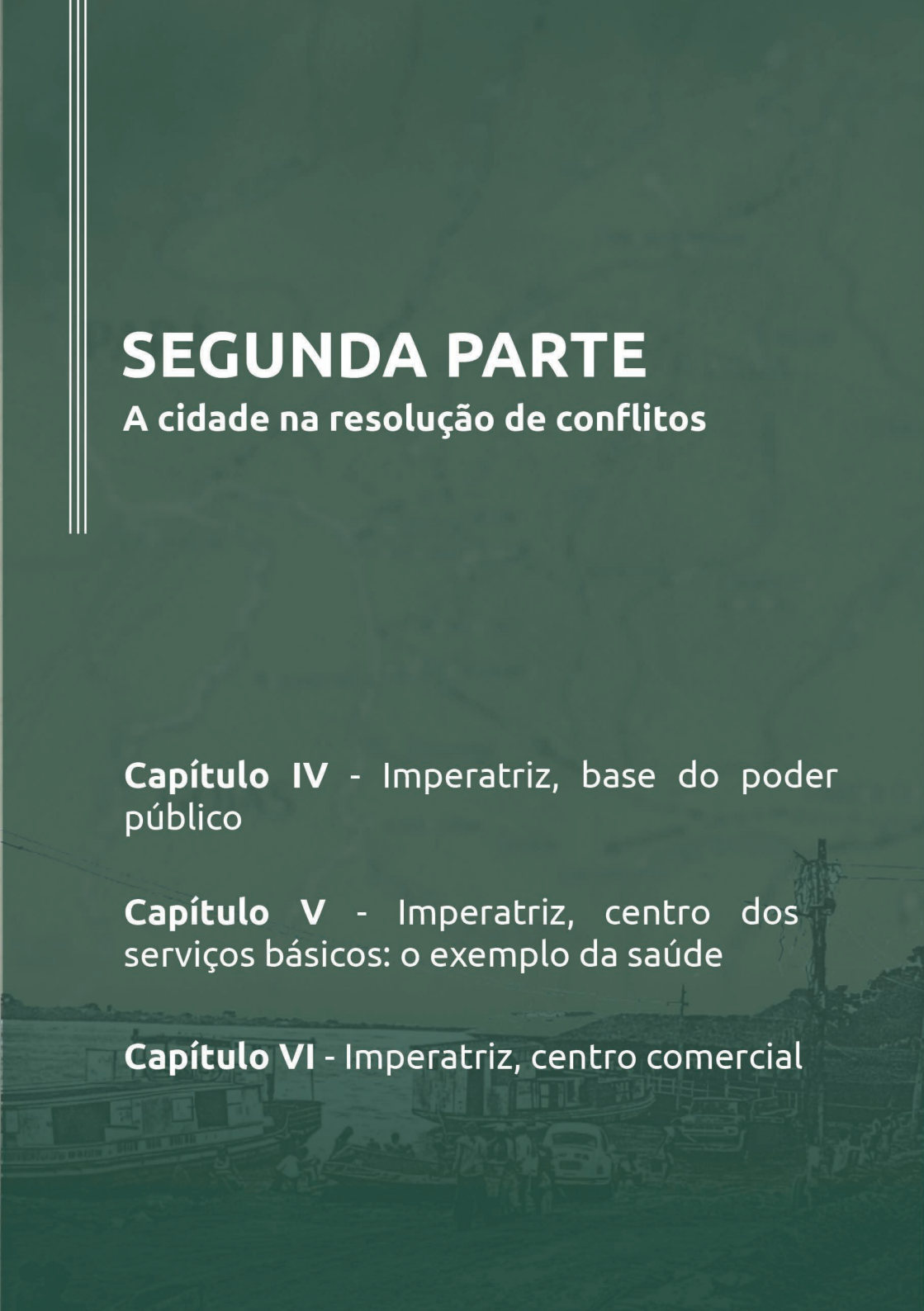
Numa região onde grande parte da população permanece geograficamente isolada, pelo menos durante uma parte do ano, a difusão dos serviços básicos desempenha um papel fundamental na fixação da população. A concentração na cidade da maior parte dos serviços de saúde e educação constitui um poderoso incentivo ao êxodo rural e, conseqüentemente, às migrações semanais de um membro da família para o campo, a fim de continuar a assegurar a subsistência do grupo.

A impossibilidade, para a população camponesa, de se estabelecer de forma duradoura no campo decorre também das condições pouco atrativas de sobrevivência que a família rural consegue reunir à custa de um trabalho agrícola muito mal remunerado. Aqui, estão em causa os circuitos de comercialização das principais produções agrícolas, que deixam aos produtores uma renda tão baixa que qualquer alternativa é bem-vinda. A dificuldade do pequeno produtor em inovar no local, para substituir as técnicas da agricultura de queimada por outras menos extensivas, coloca a questão da difusão do crédito agrícola.

Sobretudo, é através da luta pelo controle da terra que se opera a expulsão dos camponeses para fora dos campos. A questão fundiária é de natureza jurídico-política e a maneira como é resolvida envolve, portanto, a responsabilidade do Estado.

As infraestruturas dos serviços básicos e o

aparato comercial são equipamentos urbanos cujo funcionamento orienta o desenvolvimento do campo. Como funcionam em Imperatriz, arbitrando, em detrimento da fixação dos pequenos produtores camponeses, a luta pelo controle da terra nas zonas rurais? O poder público, por natureza centralizado, difunde a partir da cidade um conjunto de ordens e instituições. Em que direções ele conduz o futuro da região? Tentar responder a estas interrogações é dizer como, a partir de Imperatriz, se orienta o desenvolvimento regional.

The background of the page is a dark, monochromatic photograph of a coastal town. In the foreground, several boats are docked along a shoreline. Behind them, a street is visible with several cars parked or moving. The town extends up a hillside in the background. The overall tone is somber and historical.

SEGUNDA PARTE

A cidade na resolução de conflitos

Capítulo IV - Imperatriz, base do poder público

Capítulo V - Imperatriz, centro dos serviços básicos: o exemplo da saúde

Capítulo VI - Imperatriz, centro comercial

IMPERATRIZ, BASE DO PODER PÚBLICO

DEUS DISSE: “Dou a vocês todas as plantas que nascem em toda a terra e produzem sementes, e todas as árvores que dão frutos com sementes. Elas servirão de alimento para vocês”.

Bíblia - Gênesis 1:29-30-31

Figura 27: Distribuição de títulos de propriedade – outubro de 1978. Oswaldo da Costa Nunes Freire – Governador do Maranhão (Nunes Freire, ao centro com óculos, entrega de título. À direita, assessores conferem documentos).



Fonte: Arquivo do autor do livro, outubro de 1978.

A REGULAÇÃO DOS PROBLEMAS FUNDIÁRIOS

Responsável pela transformação da região em uma zona de atração migratória, o Estado ali implantou um aparato de instituições para controlar e orientar o desenvolvimento regional. O Estado assume uma função reguladora quando tenta resolver a questão fundiária que, nas zonas rurais, gera insegurança. O fracasso, na região, do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) foi sancionado, em fevereiro de 1980, pela criação do GETAT (Grupo Executivo das Terras do Araguaia e Tocantins), órgão vinculado à Segurança Nacional.

Figura 28: Distribuição de títulos de propriedade – outubro de 1980. Da esquerda para a direita, Edison Lobão (deputado federal), João Castelo (Governador do Maranhão), João Batista Figueiredo (Presidente da República), José Sarney (Senador), Alexandre Costa (Senador) e Mário Andreazza (Ministro do Interior).



Fonte: Arquivo do autor do livro, outubro de 1980.

O Estado assume uma função incentivadora quando, por meio do jogo do crédito, orienta os produtores locais. Há um ano, o BASA (Banco da Amazônia S.A.) e o BB (Banco do Brasil), bancos

oficiais, começaram a aplicar uma estratégia de ajuda sem acesso real ao crédito.

GRAVIDADE DA QUESTÃO FUNDIÁRIA

Se a questão da propriedade da terra se coloca em muitas regiões brasileiras, na de Imperatriz ela ameaça a paz civil, mantendo um clima de violência no campo. O Estado se mostrou até agora incapaz de assegurar o controle real das terras que se atribuiu juridicamente, e a multiplicação das vias de fato apareceu como o meio mais eficaz para garantir a posse efetiva da terra.

A situação jurídica está claramente definida desde o Decreto-Lei nº 1.164, de 1º de abril de 1971. Este estipulava que todas as terras devolutas situadas no interior de uma faixa de 100 km de largura de cada lado das estradas que ele listava eram declaradas indispensáveis à segurança e ao desenvolvimento nacionais (Art. 19). Essas terras passaram para a jurisdição do Estado federal como “bens da União” (Art. 29) e deixaram de ser de competência dos Estados. Entre as 18 estradas citadas no decreto, figurava o trecho Carolina-Guamá (600 km) da Belém-Brasília, incluindo, portanto, toda a região de Imperatriz, que então conhecia uma intensa imigração¹²¹.

Os títulos de propriedade já existentes eram poucos e limitados à zona do “Cerrado”, já antigamente ocupada. Na zona florestal que então atraía os migrantes, o estatuto jurídico das terras era o de terras devolutas, e sua evolução dependia da expedição, pelo poder federal, dos títulos de posse atribuídos aos ocupantes e exploradores permanentes e de boa-fé de

121. Revista de Direito Agrário - INCRA - Nº 2 - Brasília, 1973. 90 p.p.8.

uma terra pública. Essa expedição deveria ser efetuada pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) em aplicação dos artigos II e 97 do Estatuto da Terra (Lei nº 4.504, de novembro de 1964).

O primeiro desses artigos incumbia um Instituto Brasileiro da Reforma Agrária (o futuro INCRA) de reconhecer, entre as terras devolutas federais, as posses legítimas, atestadas pela efetiva cultura e residência habitual, e de incorporar ao domínio público as terras ilegalmente ocupadas e aquelas ainda desocupadas. O mesmo artigo pedia a esse instituto que “harmonizasse as particularidades regionais com os elevados interesses do desbravamento, através da colonização racional, visando a suprimir os males do minifúndio e do latifúndio”¹²². O artigo 97 especificava as condições de acesso à propriedade dos ocupantes legítimos das terras devolutas federais. Poderiam pretender a um título de propriedade: “Todo trabalhador rural que, nesta data, ocupasse há um ano terras devolutas”, e era-lhe garantida “a preferência para adquirir um lote igual ao módulo da propriedade rural que tiver sido estabelecido para a região, desde que respeitadas as prescrições da lei”¹²³.

O artigo 98 do Estatuto da Terra, que herdava a noção jurídica do usucapião pro labore (bens adquiridos pelo uso), previa uma modalidade de acesso à propriedade para aquele que, “não sendo proprietário rural ou urbano, tivesse ocupado por dez anos ininterruptos, sem oposição nem reconhecimento como propriedade alheia, uma terra cuja superfície pudesse ser considerada suficiente para, através de sua cultura pelo agricultor e sua família, lhes garantir a subsistência, o progresso

122. Borges P.T. Estatuto da Terra. 3a ed. Pró-Livro, S. Paulo 1979. 83 p.p.6.

123. Borges.T. Op. cit. p.74.

social e econômico, e a tivesse tornado produtiva por seu trabalho e nela tivesse fixado residência”¹²⁴. Esses textos de lei definiam, portanto, um programa de partilha das terras devolutas da região, defendendo os interesses dos pequenos agricultores. Dez anos depois, a partilha parece ter-se efetuado mais em função de situações de força e vias de fato do que pela aplicação regular dos textos.

Uma das modalidades corriqueiras de acesso a um título de posse, primeiro passo para o título de propriedade é a apresentação de documentos falsificados ou fabricados. Antes de 1971, as terras devolutas da região estavam sob a jurisdição do Maranhão. Aparecem então, provenientes de cartórios de São Luís, títulos de posse muitos dos quais falsificados para estender os limites para além do título original. Essas operações, efetuadas pelos falsários, “grileiros”, em toda a Amazônia¹²⁵, são facilitadas pela imprecisão do título de posse quanto aos seus limites geográficos, e pela possibilidade de corromper, relativamente a baixo custo, a administração local e a de São Luís. Não se contam mais, nos cartórios onde se registram as transações fundiárias, as páginas de registro arrancadas, raspadas ou acrescentadas.

É na etapa da tomada de posse efetiva da terra que a violência entra em ação, gerando dramas diários que se tornaram “casos policiais” na região. Seguem-se cenários variados para se chegar, em uma terra já ocupada por desbravadores, à constituição de um domínio. Um dos modos mais pacíficos consiste em obter, de uma das famílias de um povoado de roceiros,

124. Borges P.T. Op. cit. p.74.

125. Riviere D'arc H. Le Nord du Mato-Grosso: colonisation et nouveau «bandeirismo». Annales de Géographie n°475. A. Colin, PARIS 1977. p.279-306.

a venda de sua terra. Dadas as condições precárias de subsistência, é bem raro que um dos pequenos agricultores não seja tentado pelos 200.000 cruzeiros oferecidos pelo comprador.

Esta quebra progressivamente o equilíbrio da comunidade, recusando-se a respeitar as restrições coletivas que impõe a agricultura de coivara, soltando gado nos campos, provocando conflitos. Somadas à miséria estrutural, essas novas dificuldades levam outras famílias a vender. Os mais renitentes devem ser expulsos por ameaças ou pela ação dos “jagunços” (capangas), que também são atores decisivos em outros conflitos. As querelas de demarcação se resolvem, de fato, por intimidação e violência, seja porque não existe título, seja porque uma ou outra (ou ambas) posses estão delimitadas com base em documentos falsificados.

Os casos de violência mais graves acompanham a expulsão dos ocupantes por um detentor de título falsificado. A polícia local, se o juiz ordenar, ou milícias privadas podem chegar a incendiar os campos, derrubar as casas para forçar os agricultores a deixar suas terras. O semanário de grande tiragem “Veja” pôde publicar matéria sobre “a guerra das Terras”¹²⁶, indicando a que paroxismos de violência haviam levado a não aplicação ou o desvio das leis.

PRINCIPAIS TIPOS LOCAIS DE CONFLITOS

A imprensa nacional informa cada vez mais sobre os conflitos de terra, mas é sobretudo através da imprensa local que se pode tentar fazer um inventário parcial dos tipos de conflitos e dar uma visão concreta

126. Revista Veja - Nº 597 - 13 de Fev. de 1980.

de uma situação que faz reinar na região um pesado clima de violência. No coração da Amazônia, a luta dos indígenas contra a invasão de suas terras por agricultores ou grandes empresas madeireiras ganha novamente repercussão internacional após o massacre, em agosto de 1980, de onze trabalhadores rurais empregados de uma grande fazenda¹²⁷ por índios de cinco tribos ao norte do Parque do Xingu. Na região de Imperatriz, a questão indígena não se coloca mais com tanta gravidade e não suscita mais tais violências. Entretanto, ela existe.

Na floresta ao norte do município de Imperatriz, os índios Gaviões sofreram de cheio o avanço dos exploradores e criadores de gado, que se tornou irresistível com a construção da Belém-Brasília. Em 1968, a FUNAI (Fundação Nacional do Índio) transferiu os sobreviventes de uma tribo, dizimada pelos conflitos, para uma reserva em São João do Araguaia, no Pará, pondo assim fim, no município de Imperatriz, à questão indígena¹²⁸. Paradoxalmente, ela reaparece de uma forma menos violenta na zona do “cerrado”, onde, tradicionalmente, os índios, empregados como vaqueiros nas Fazendas, estão melhor integrados à vida econômica local.

Em outubro de 1980, uma empresa foi contratada pela FUNAI para delimitar a reserva dos 300 índios Krikatis, agrupados na Aldeia de São José, a leste da sede do município de Montes Altos. Essa operação suscitou grande comoção entre os proprietários das fazendas desse município, na medida em que a FUNAI se propunha a integrar 136.200 hectares à reserva, ou seja, mais de um

127. Jornal do Brasil, 17-8-1980.

128. Sampaio Silva, O. Territórios indígenas no Tocantins. In: Cadernos do Centro de estudos rurais e urbanos. N°7 - 1ª. série. São Paulo, 1974. p.99-116.

terço da superfície municipal, compreendendo o reservatório de água e a pista do pequeno aeroporto¹²⁹. Os fazendeiros ameaçados argumentam com a antiguidade, de até três gerações, dos títulos de posse nessa região e negam, portanto, que as terras sejam bens da União. Em 16 de outubro, tentam encontrar o Presidente da República que estava em visita a Imperatriz e preparam-se para uma longa batalha jurídica¹³⁰.

Um fato é certo: os trabalhos de delimitação da reserva indígena estão paralisados e, a título de hipótese, aventa-se que pode tratar-se de um “caso” armado, de uma comoção suscitada, a fim de exercer pressão sobre os poderes públicos para que estes acelerem a expedição dos títulos definitivos de propriedade, em um município até então tão calmo que não atraía a atenção. As terras ali se valorizam, mudando de destino com a expansão da agricultura mecanizada introduzida por proprietários do Sul do Brasil, e um acordo acelerado da questão fundiária facilitaria o comércio das propriedades.

Os conflitos fundiários urbanos existem em todas as cidades brasileiras, mas, no contexto local, podem envolver quase a totalidade da população citadina, ameaçada subitamente de expulsão pela apresentação de um título de posse, muitas vezes habilmente amarelado, e correspondente às terras de uma antiga “fazenda” sobre as quais se teria estendido a superfície construída. Esse caso afeta mais frequentemente os habitantes dos bairros periféricos. Assim, as 200 famílias de 8 quarteirões da Nova Imperatriz, logo ao norte do centro da cidade, viram aparecer os enviados

129. Jornal do Brasil- 29-10-1980.

130. Jornal O Progresso- 14-10-1980.

de um suposto “proprietário”¹³¹.

Uma comoção semelhante tomou conta dos 4.000 habitantes da Vila Lobão, a “favela” mais recente de Imperatriz. No perímetro urbano, os riscos de expulsão são, na verdade, limitados; a Lei nº 6.431, de 11 de julho de 1977, autoriza a cessão pela União das terras devolutas urbanas ou necessárias à expansão urbana, aos municípios da Amazônia Legal. Em Imperatriz, essa cessão já foi efetuada, permitindo a regularização da situação fundiária urbana: ela está em curso em Açailândia e é anunciada para uma zona suburbana de Imperatriz. As “comoções fundiárias” não deixam, contudo, de continuar, a maioria dos habitantes dos subúrbios guardando a lembrança de conflitos rurais.

Estes podem decorrer do engano e da intimidação, como na história de Sebastião e Antônio, vítimas de Sebastião Capixaba, que poderia classificada na série das desventuras nascidas de uma tradicional astúcia camponesa, se a situação bem real de pobreza não lhe desse uma cor dramática. Os dois agricultores receberam em arrendamento de Sebastião Capixaba (o apelido indica a origem desse proprietário: o Estado do Espírito Santo) uma terra que prepararam, drenaram, limpavam e puseram em cultura, plantando arroz e milho, parte dos quais deveria servir para pagar o aluguel da terra. Sebastião e Antônio, diz o jornal, estavam muito animados com a ideia de fazer sua primeira colheita autônoma e se apressaram, logo no seu início, a pagar o proprietário. Satisfeitos, pois a colheita se anunciava abundante, eles voltaram para a “roça” e descobriram os campos totalmente devastados pelo gado, solto por Capixaba.

131. Jornal O Progresso - 10-07-1980.

Na região, os proprietários originários do Espírito Santo têm fama de violentos, e esta história não a melhora nos arredores do povoado de Petrolina¹³². Francisco e seus cinco irmãos estão instalados há dezessete anos em terras próximas a Bananal e até conseguiram ter um pouco de gado. Há três anos, um dos irmãos vendeu sua posse a Juvenal, que desde então não para de ameaçar seus vizinhos e enviou oito homens armados para jogar sementes nos campos de Francisco, que ele quer se apropriar. Francisco foi intimado a comparecer à delegacia de Imperatriz. O comissário lhe falou que se tratava de uma questão de terra e que Juvenal era amigo dele¹³³.

Esses dois fatos diversos são representativos dos métodos mais comumente e, em suma, discretamente empregados para, através de um jogo de incômodos, enganos e intimidações, obter a liberação de uma terra cobiçada. Outros conflitos, porque se transformam em casos judiciais, ganham notoriedade regional ou mesmo nacional. É o caso, em Imperatriz, dos casos de Ribeirãozinho e da Fazenda Pindaré.

Os herdeiros Marin, Ivete e seus irmãos obtiveram em 1979, no Tribunal de São Luís, a anulação de um título de posse de terras que compreendem a vila de Ribeirãozinho. No curso do ano de 1980, eles se esforçaram para obter na Justiça de Imperatriz a expulsão dos agricultores instalados no local ou para negociar a venda dos lotes. A prefeitura de Imperatriz expropriou (Ivete diz ter doado) a área da vila, mas, no setor rural, a agitação foi intensa e em julho de 1980, após a decisão do juiz, posteriormente revogada, de autorizar a expulsão.

O advogado que defende os ocupantes sustenta

132. Jornal O Progresso - 04-07-1980.

133. Jornal O Progresso - 17-02-1980.

que o título de posse, recuperado por Ivete e seus irmãos, não é válido, pois eles não habitaram nem cultivaram as terras que não têm limites definidos. Ele ressalta, por fim, que o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) não concluiu, nesta parte do município, o levantamento cadastral e que, portanto, que essa instituição entregou indevidamente uma carta a Ivete, reconhecendo-a como proprietária.

O advogado termina sua argumentação dizendo que: “Não tenho medo das ameaças. Nasci e um dia terei que morrer, mas se eu morrer em circunstâncias estranhas, alguém será o culpado”¹³⁴. Ribeirãozinho, um caso em que o poder judiciário e o INCRA estão envolvidos, em um conflito onde surgem violências e que questiona a própria definição do que é um título de posse, um instrumento de especulação ou uma atestação de uma ocupação e exploração efetivas.

O imenso território da fazenda Pindaré, que cobre 1.173.806 hectares, concerne apenas à extremidade nordeste dos municípios de Imperatriz e João Lisboa, se estende principalmente sobre os municípios de Santa Luzia, Amarante e Pindaré-Mirim. Mas tornando-se o “grilo” (propriedade baseada em documentos fabricados ou falsificados) mais famoso do país, ele foi denunciado, e revelado publicamente como esses títulos falsificados são confeccionados. Segundo o deputado Dorian Menezes (PDS), um grupo de falsificadores substituiu folhas do inventário dos bens de Jacinto Silva Aguiar, morto em 1886, por outras que mencionam a posse de 10.000.000 ha às margens do Pindaré.

O deputado denuncia, em seguida, a invenção

134. Jornal O Progresso - 31-07-1980.

de um herdeiro fictício, Faustino Pereira de Carvalho, que teria dado, perante Cartórios de Goiás e do Maranhão, procurações a terceiros para vender suas terras, levando à divisão atual¹³⁵. As terras estão hoje loteadas em domínios pertencentes a grandes grupos industriais brasileiros e são objeto de um interminável processo movido pelo INCRA para anular os títulos fabricados¹³⁶. Os falsos títulos, processos, operações de intimidação existem espalhados pelos territórios de João Lisboa e de Imperatriz onde a Belém-Brasília atraiu migrantes e especuladores, mas os conflitos que ocorrem na extremidade noroeste deste município em torno de São Pedro d'Água Branca tiveram uma ressonância nova.

Nessa região ainda florestada, terras livres possíveis de ser desbravadas existiam ao longo do traçado da linha de alta tensão em implantação em direção a Tucuruí-PA. O trabalho dos falsificadores era facilitado pela imprecisão dos limites entre os estados do Maranhão e do Pará, os títulos provenientes de Belém e de São Luís se sobrepujaram e, portanto, criaram uma situação inextricável. Em 4 de fevereiro de 1980, um grupo de “proprietários” envia ao Presidente da República uma petição cujo texto é traduzido aqui, denunciando a constituição de um foco de guerrilha e as invasões de terras.

PETIÇÃO SÃO PEDRO D'ÁGUA BRANCA, MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ ESTADO DO MARANHÃO

Exmo. Sr. Presidente da República General João Batista Figueiredo.

Exmo. Sr. Coordenador do Grupo Executivo das Terras do

135. Jornal do Brasil - 26-10-1980.

136. Jornal Resistência - Nº 4 - Belém do Pará - Dez 1979.

Araguaia-Tocantins.

Exmo. Sr. Governador do Maranhão Dr. João Castelo.

Exmo. Sr. Secretário da Segurança Pública do Maranhão.

Exmo. Sr. Presidente do INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

Exmo. Sr. Ministro da Justiça.

Estimadas Autoridades,

Os signatários vêm perante Vossas Excelências expor o que se segue e, por fim, apresentar uma petição. Os signatários são proprietários de fazendas onde residem, têm suas lavouras, seus pastos e suas criações de gado. As propriedades estão situadas na região do povoado de São Pedro de Água Branca, no limite dos Estados do Maranhão e do Pará, e são munidas de documentos emitidos pelo INCRA ou pelo Governo do Estado e regularmente registrados no Cartório de Registro de Imóveis.

No povoado de São Pedro de Água Branca há mais de 6000 habitantes e, com outros da região, invadem quase diariamente as terras vizinhas, que têm proprietários, cercas, pastagens; e essas pessoas entram cortando a cerca de arame farpado, arrancando o capim e ameaçando os proprietários. Um proprietário de nome Manoel Fulano já foi assassinado; ele foi esfaqueado no centro do povoado, onde reside há cinco meses Nilson Soares, que havia fugido de sua propriedade. Outro proprietário, Gerson Castro Alves, é ameaçado de morte se retornar às suas terras. Teodomiro José de Deus, munido de um mandado judicial e do INCRA para fazer as medições topográficas, foi impedido pelas ameaças dos invasores.

Outro proprietário, Antonio Xavier de Oliveira, em 28 de dezembro de 1979, ao começar a trabalhar de manhã em sua propriedade, recentemente

comprada e documentada, recebeu uma rajada de balas, escapando por milagre, mas ficando com uma bala na mão e chumbinhos no corpo. ARARIZON Evangelista do Nascimento já foi perseguido por mais de 50 invasores que, unidos, procuravam o proprietário para cometer um crime do qual ninguém seria culpado. Valdemar José da Silva, depois de ter seu carro perfurado por balas, viu-se obrigado a vender uma fazenda com um título de posse, de mais de 13 anos, registrado e delimitado pela prefeitura.

O comprador dessa “fazenda”, um baiano recém-chegado, chamado Jaime de Cosme Santana, está por sua vez ameaçado e sua terra foi invadida por mais de 30 invasores que liquidaram a reserva florestal, se recusam a sair e o impedem de fazer suas plantações. Alguns invasores receberam uma quantia para se retirar e, entre eles, Antonio Baixinho, e agora eles retornam para invadir novamente a propriedade numa mistura de falta de pudor e comunismo, sem nenhum respeito à propriedade.

Outro proprietário, José Nilton Pereira, conduzindo 200 cabeças de gado de sua propriedade, foi bloqueado por invasores, e até agora nunca conseguiu retornar às suas terras. O Sargento Conde, da Polícia do Maranhão, recebia uma parte da produção de arroz para garantir a invasão das propriedades. Esse mesmo sargento atirou duas vezes no proprietário/morador Raimundo Teixeira de Macedo porque este se recusava a ajudá-lo a matar o proprietário ARARIZON durante uma emboscada de 60 homens que eles estavam preparando.

Os chefes eram o Sargento Conde, Pedro Bonfim, João Dentista e Antônio Baixinho, habitantes do povoado de São Pedro d' Água Branca. Estimadas

autoridades responsáveis: Os proprietários da região pedem medidas para esta região a fim de resolver o problema desses invasores, alguns já profissionais, pois não fazem senão trocar de Fazendas.

Na situação atual existem apenas dois caminhos: Ou os proprietários restantes abandonam suas propriedades ou os proprietários vão se defender, defender suas terras, defender seus pastos, suas benfeitorias, utilizando suas próprias forças.

Eles pedem ainda que se abra uma investigação a partir da denúncia da testemunha Raimundo Teixeira de Macedo, residente em São Pedro, e que diz ter visto Pedro Bonfim transportar 34 homens, engajados nas invasões de terra, rumo à PA 70 e, de lá, para a Serra das Andorinhas, onde eles estão se concentrando secretamente para fazer a verdadeira resistência e a revolução, aguardando apenas a retirada da polícia para voltar às terras. Eles pedem como solução que se organize uma coordenação entre a polícia do Maranhão e a do Pará, dado que o limite entre os dois estados não está materializado e não se sabe onde começa um Estado e onde termina o outro, e para onde se deve dirigir para pedir justiça. Os signatários têm confiança nas autoridades, ainda mais agora que o Presidente da República criou o GRUPO EXECUTIVO DAS TERRAS DO ARAGUAIA-TOCANTINS.

S. Pedro d'Água Branca, 4 de fevereiro de 1980

Sublinharam-se os nomes que aparecem frequentemente na imprensa:

Ararizon: o grileiro

Pedro Bonfim: o farmacêutico

A vida política local se polarizou pela oposição

entre o vereador atual Justino, apresentado como o protetor dos grileiros (a família Mendonça, cujo um dos irmãos, Ararizon, aparece como o chefe) e o farmacêutico da vila, Pedro Bonfim, que não esconde suas ambições políticas e se coloca como o defensor dos ocupantes¹³⁷. No mesmo dia, os irmãos Mendonça e dois homens, o param na estrada PA 70 e ameaçam matá-lo. Poupano-lhe a vida, Ararizon lhe lembra que, se ele viesse a morrer, teria 17 irmãos para vingá-lo¹³⁸. Finalmente, em julho de 1980, o Diretor Regional de Segurança Pública de Imperatriz renunciou e corria o boato de que isso era consequência das pressões de um deputado querendo punir o militar que havia multado a posse ilegal de arma do farmacêutico¹³⁹.

Uma história político-politiqueira, onde a intoxicação joga plenamente, mas que eclodiu em uma região onde a resistência dos ocupantes aos falsificadores está cada vez mais organizada, notadamente pelo sindicato dos trabalhadores rurais com o apoio da Comissão Pastoral da Terra, e no momento em que a ação do INCRA na região é oficialmente julgada ineficaz.

DO FRACASSO DO INCRA AO GETAT

O INCRA — criado em 9 de julho de 1970, é marcado desde o início por uma ambiguidade que aparece em sua própria sigla, este instituto dependente do Ministério da Agricultura, é um organismo herdeiro do IBRA (Instituto Brasileiro de Reforma Agrária), encarregado de implementar o Estatuto da Terra de 1964. Na verdade, dadas as circunstâncias políticas, é a esta segunda tarefa: o PIN (Plano de Integração Nacional) do Presidente Médici,

137. Jornal Tribuna de Imperatriz – 07-07-1980.

138. Jornal O Progresso - 05-02-80.

139. Jornal O Progresso - 12-07-80.

responsável pela colonização ao longo das estradas da Amazônia que o INCRA se dedica, e de tal forma, que o sociólogo Otávio Ianni pôde intitular em seu ensaio-avaliação desta política: Colonização e contrarreforma agrária na Amazônia¹⁴⁰.

Mas, os resultados analisados em estudos recente são decepcionantes no tocante ao controle que o INCRA deveria exercer sobre mais de 370 milhões de hectares em todo o país. Contudo, a tarefa mais comum dos funcionários do Instituto é outra. E podem ser consideradas exaltantes: a criação de novos habitats, novos parcelamentos em zonas de matas virgens, bem como as “agrovilas” da Transamazônica, os projetos no Maranhão da COLONE¹⁴¹ e da COMARCO¹⁴², despertam a imaginação dos planejadores, arquitetos e agrônomos, suscitando planos de hierarquias sofisticadas como centros de serviços e parcelamentos engenhosos, inspirados em experiências estrangeiras.

Antes de tudo, trata-se de realizar um levantamento cadastral delimitando as terras privadas (munidas de títulos de posse legítimos ou podendo

140. IANNI O. Colonização e Contra-Reforma Agrária na Amazônia - Vozes, Petrópolis, 1979. 137p.

141. Companhia de Colonização do Nordeste (COLONE), subsidiária da SUDENE, foi criada em 19 de maio de 1972 como sociedade de economia mista, responsável pelo gerenciamento do Projeto de Colonização do Alto Turi (PCAT), cujo objetivo principal era promover o alargamento da fronteira agrícola do Noroeste do estado do Maranhão, área da pré-amazônia maranhense, atuando como agente de desenvolvimento de uma região até então desabitada. A empresa passou a ter vinculação injuntiva ao Ministério da Agricultura e do Abastecimento, por força do decreto n. 98.325, de 24 de outubro de 1989, que autoriza a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional a promover a aceitação da doação feita pela SUDENE à União Federal da totalidade das ações representativas de sua participação no capital social da companhia.

142. A Companhia Maranhense de Colonização foi atuante, especialmente em áreas como Grajaú e Lago da Pedra, com o objetivo de distribuir terras, mas enfrentou desafios como grilagem e redefinições de projetos, sendo posteriormente extinta com suas funções repassadas ao INCRA, num processo de desestatização.

reivindicá-los) e as terras públicas (inocupadas ou correspondentes a títulos fabricados ou falsificados). Um trabalho de que era encarregado o Projeto Fundiário Local, dependente da CR12 (Coordenadoria Regional do Meio Norte) do INCRA, em Imperatriz.

A operação deveria se desenrolar da seguinte forma: porções de território, indicadas no mapa, deveriam sucessivamente receber as visitas dos agrimensores-topógrafos credenciados seis escritórios em Imperatriz. O processo inclui um exame jurídico dos documentos detidos e um agrônomo deveria verificar a regularidade da exploração das terras pelos ocupantes. Num segundo momento, o INCRA poderia começar a distribuir os títulos definitivos, para aqueles cuja situação estava esclarecida, e, aos agricultores até então sem títulos, uma licença de ocupação, primeiro passo para a aquisição da propriedade.

Este esquema modelado teoricamente não pôde ser respeitado e as primeiras críticas vieram sobre a lentidão na elaboração do levantamento cadastral, certamente difícil de estabelecer, dadas as condições de acesso a estabelecimentos agropecuários, os documentos duvidosos, as violências e as pressões exercidas sobre os funcionários; lentidão, sobretudo, na emissão dos títulos. Uma lentidão desejada, pois no caso de uma licença de ocupação, o explorador deveria esperar quatro anos, uma segunda vistoria, antes de poder pleitear um título definitivo.

Tudo isso explica que ao término de quase sete anos de trabalho, por “limitações burocráticas”¹⁴³, o INCRA havia emitido, segundo o presidente nacional do organismo, até maio de 1980, apenas 600 títulos

143. Jornal O Progresso, 25-05-1980.

definitivos¹⁴⁴. Mas, no contexto da luta pela terra, tal como se desenrolava na região, sobretudo desde 1973 durante o asfaltamento da rodovia, o processo seguido não era neutro, ou, operava em seleção. Isso ocorre através da desigualdade de acesso à informação: em 29 de agosto de 1976, por exemplo, um edital publicado no jornal, dá 60 dias de prazo a todos que julgarem ter direito sobre uma porção de terras situadas entre Açailândia e Itinga, a leste da Belém-Brasília, e a oeste do Rio Açailândia para se apresentarem nos escritórios do INCRA.

A informação chega a todos, mas quem tem mais recursos consegue usá-la primeiro, um lojista da cidade ou um fazendeiro com conexões rápidas. Já o trabalhador que chegou de longe e vive no interior isolado, fica para trás. O processo legal para conseguir a terra é uma sequência de barreiras quase intransponíveis para o pobre. Quantos agricultores pobres, que viajaram semanas para chegar lá, têm todos os documentos exigidos pelo INCRA, como RG ou certificado militar? muitos nem sequer existem no papel para o governo.

Mesmo que consiga os documentos, o pequeno agricultor não tem como pagar um dos 48 advogados especializados da região, nem bancar os caros levantamentos topográficos da terra. Correm boatos de que é preciso pagar propina (por baixo dos panos) para agilizar o processo e quem não tem dinheiro para o suborno fica esperando indefinidamente. No fim das contas, essa não é uma corrida justa. É um sistema que, na prática, seleciona os mais ricos e exclui os mais pobres. O pequeno camponês, sozinho e sem recursos, está fadado a perder.

144. Jornal do Brasil, 02-02-1980.

Em 1º de fevereiro de 1980, um decreto-lei criou o GETAT (Grupo Executivo das Terras do Araguaia e Tocantins) que, em maio de 1980, substituiu efetivamente o Projeto Fundiário de Imperatriz. A imagem que o novo organismo quer dar de si opõe-se à de pesada máquina burocrática, colada ao INCRA. Em sua composição, o GETAT é uma instituição restrita, diretamente subordinada às ordens do Presidente da República e é dirigido por um representante do Secretariado Geral do Conselho de Segurança Nacional. Há representantes enviados pelos governos dos estados do Pará, Goiás e Maranhão¹⁴⁵, bem como, há um representante do INCRA e, as direções locais ficam a cargo de militares .

Pelo seu caráter regional o GETAT se diferencia do INCRA. Dentro das bacias dos rios Araguaia e Tocantins, o GETAT exerce por decreto sua competência sobre cerca de 200.000 km² de terras. Como observa Alfredo WAGNER, essa definição manteve-se imprecisa podendo então ocorrer, conforme necessidades, a expansão do “país do GETAT”. O objetivo prático consiste em reduzir os prazos dos processos que conduzem à regularização de títulos de propriedade. Segundo o diretor local em Imperatriz, seis etapas simplificadas bastam: um pedido; uma declaração de posse descrevendo os melhoramentos realizados e a função da exploração; documentos de identidade, dos quais apenas um com fotografia; uma única vistoria, para verificar a veracidade da declaração de posse; um relatório técnico de um agrônomo, e jurídico de um advogado, vinculados ao GETAT e por fim, a decisão do presidente do organismo.

145. WAGNER A. B. de A. GETAT - A segurança nacional e o revigoramento do poder regional. Inédito. Rio de Janeiro, Set. 1980. 20p. p.8.

Abaixo de 500 hectares (o limite era fixado em 100 hectares para o INCRA) o ocupante recebe seu título diretamente por uma quantia simbólica; acima desse limite, até 3000 hectares, a propriedade é colocada em leilão público com direito de preferência para o ocupante-explorador

Em outubro de 1980, o Presidente Figueiredo visita Imperatriz, na tentativa de provar que o novo procedimento e a centralização eram eficazes, pois trinta títulos de propriedade já foram publicamente distribuídos, anunciando que mais 600 títulos seguiriam em breve.

O regulamento da questão fundiária na região interessa ao governo em vários aspectos. A redução da tensão social torna-se indispensável em áreas onde, repetidamente, os pequenos ocupantes organizaram ações coletivas para evitar a expulsão. Em 3 de junho de 1980, era conduzida uma expedição, coordenada pelos sindicatos de trabalhadores agrícolas, a fim de reconstruir as casas destruídas em um povoado situado no município de Porto Franco¹⁴⁶. As reivindicações em São Pedro de Água Branca acima relatadas, e em outros lugares, a exemplo do povoado Trecho Seco, havia-se manifestado uma resistência coletiva.

A questão política passa a ser de grande porte, na perspectiva de eleições diretas, eventualmente realizadas no âmbito de uma votação por circunscrições: a região deixou de ser um peso insignificante no equilíbrio político do Maranhão. Ademais, a implantação do GETAT acompanha outros projetos relativos à bacia do Araguaia e do Tocantins; a extração das riquezas minerais da região de Carajás,

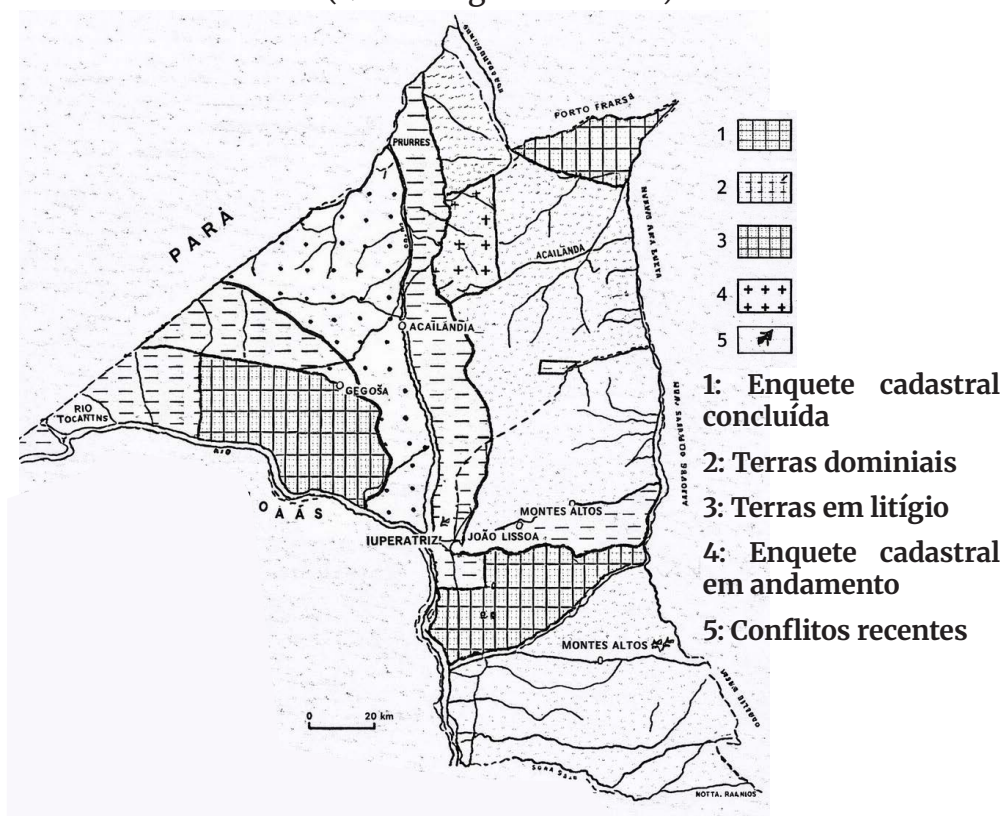
146. Jornal O Progresso, 04-06-1980.

a utilização da energia da barragem de Tucuruí exige uma estabilização naquilo que aparece cada vez mais como a retaguarda de uma das áreas mais promissoras do Brasil. A opinião pública local existe, que expressa cada vez mais fortemente sua impaciência diante da perpetuação dos conflitos fundiários. Com o fim dos anos 1970, até a própria concepção do que é terra mudou na região.

Em 1976, uma terra sem preparo valia apenas 100 a 150 cruzeiros por hectare na região do cerrado e talvez três vezes mais na região florestal e a terra como mercadoria permanecia barata enquanto era um bem abundante. A seleção, que a deficiência do procedimento seguido pelo INCRA favorecia, permitia aos grandes proprietários adquirirem vastos domínios e ocuparem os melhores locais.

Em 1980, a mesma terra se tornou na região, um bem raro, que custa 5 a 10.000 cruzeiros o hectare, nas duas zonas naturais. Assim, onde o levantamento cadastral está concluído, uma faixa margeando a oeste a Belém-Brasília, o solo está quase totalmente dividido entre grandes fazendas. Quando a terra já foi preparada, em condições de acesso difíceis, este preço diminui. A aplicação da lei da oferta e da procura, que permitiria a estes preços aumentarem, é dificultada pelos conflitos e pelas dúvidas sobre os documentos, e mesmo bloqueada quando o destino das terras está na dependência de processos judiciais. O mercado está, portanto, em condições desfavoráveis de funcionamento e o GETAT, se trabalhar eficazmente, pode regularizá-lo.

Figura 29: Mapa esquemático da situação fundiária (1980 – segundo GETAT).



Fonte: GETAT (1980).

Enquanto bem de produção, uma terra sempre abundante era vital apenas para os pequenos produtores da agricultura de corte e queima. Os criadores não tinham dificuldade em encontrar as superfícies necessárias, para, essencialmente, abrigar seus capitais da inflação e obter as vantagens fiscais e os subsídios da SUDAM. Quando o governo interrompe em 1979 as linhas de crédito para a pecuária, ele favorece a intensificação da agricultura e

incentiva aqueles produtores que tem capacidade para isso a buscar modernizar-se. Isto supõe um acesso aumentado ao crédito e, portanto, um regulamento rápido da questão dos títulos de propriedade, particularmente no Norte da região onde grandes projetos em gestação esperam por tal resolução.

O CRÉDITO RURAL

O CRÉDITO USUÁRIO AOS PEQUENOS PRODUTORES: FREIO AO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA

As dificuldades de acesso ao crédito institucional dos pequenos produtores agrícolas têm sido amplamente denunciadas. No Maranhão, em 1970, o crédito agrícola era pouco difundido e atingia apenas uma proporção ínfima das pequenas explorações.

ESTABELECIMENTOS	% DOS ESTABELECIMENTOS RECEBENDO CRÉDITO
inferiores a 10 ha	0,74
de 10 a 100 ha	5,74
de 100 a 1000 ha	7,13
de 1000 a 10.000 ha	11,12
Superiores a 10.000 ha	12,12

Fonte: IBGE Censo Agropecuário, 1970¹⁴⁷.

Entre as razões das dificuldades de acesso ao crédito dos pequenos estabelecimentos são comumente citadas:

147. IBGE. Região do Cerrado - Uma caracterização do desenvolvimento do espaço rural. Rio de Janeiro, 1979. 335p. p.279.

- ✓ as exigências dos bancos no que concerne aos documentos de propriedade que os pequenos produtores não detêm;
- ✓ a política bancária, orientando o crédito para a pecuária e as grandes explorações;
- ✓ a dificuldade de acesso físico dos pequenos produtores às agências bancárias urbanas;
- ✓ a dificuldade psicológica sentida pelos pequenos produtores diante das exigências e dos procedimentos burocráticos vigentes nos bancos.

Os pequenos produtores agrícolas recorrem, portanto, a um crédito concedido, durante o processo de comercialização da produção, por um agiota local, a uma taxa frequentemente usurária. No caso dos produtores de arroz dos roçados do Maranhão, o crédito mais comum, segundo Renato Maluf, que atinge cerca de 50% desses produtores¹⁴⁸ consiste em vender o arroz ao comprador geralmente o dono da venda do povoado, “na folha”. Em março, um pouco antes da colheita, se vende a um preço bem inferior aos preços do mercado, permitindo apenas pagar as dívidas acumuladas durante o ano na venda da vila.

Esta forma de crédito ao consumo permite apenas a sobrevivência da família camponesa e é largamente baseada nas relações pessoais tecidas entre o pequeno comércio local e os habitantes do povoado. Em nenhum caso, ele permite melhorar as técnicas de produção e a progressão dos rendimentos permanece inteiramente dependente da possibilidade

148. MALUF, R. S. J. A Expansão do Capitalismo no Campo. O Arroz no Maranhão. Tese de Mestrado em Economia. Campinas, set. 1977. 132 p. p.85.

de colocar novas terras em cultivo.

Ora, se essa possibilidade ainda existia no início dos anos 1970 (atestam a multiplicação dos povoados de roceiros notada no capítulo III), ela desaparece no final da década tanto em função do aumento da densidade populacional, quanto em razão do parcelamento fundiário que se efetua em favor dos grandes proprietários. O quadro seguinte revela, de fato, uma situação profundamente desigual:

PROPRIEDADES RURAIS POR CATEGORIAS E SUPERFÍCIE OCUPADA – 1976 (EM PORCENTAGEM)

MUNICÍPIO	MINIFÚNDIO	LATIFÚNDIO		
		% da Superfície	% do N° de Propriedade	% da Superfície
-----	% do N° de Propriedade	% da Superfície	% do N° de Propriedade	% da Superfície
Imperatriz	57,17	14,42	39,81	81,81
João Lisboa	52,14	13,02	43,25	84,13
Montes Altos	50,49	21,12	45,20	74,46

Fonte: INCRA – Cadastro de Imóveis Rurais, Estat. Cadastrais/4 Cadastro 1976¹⁴⁹

Os latifúndios, são aqui definidos pelo seu tamanho igual ou superior à média regional mas sobretudo pela sua exploração. Os minifúndios têm uma superfície inferior ao módulo fixado para a região.

Sem atribuir a estas estatísticas um valor que elas não têm, dadas as condições regionais, pode-se, no entanto, notar, como os autores do estudo aqui

149. ANDRADE M. C. de e POTENGI, G. F. Dinâmica das microrregiões de intensa atividade migratória. Op. cit. p.99.

citado, “que mais de 80% da superfície apropriada é explorada de forma irracional, causando perdas importantes à região, e à população que se dedica às tarefas agrícolas e que não dispõe de terras de cultivo ou delas dispõe apenas de forma insuficiente”¹⁵⁰. A produção de arroz no Maranhão é assegurada pelos pequenos produtores da agricultura de corte e queima, estabiliza-se, portanto, no final dos anos 1970, na medida em que as terras disponíveis são raras, cada vez mais distantes das estradas transitáveis, o que provoca perdas importantes no momento da colheita, e torna cada vez mais difícil o trabalho do agricultor.

PRODUÇÃO DE ARROZ (1975-1978)

MUNICÍPIO	1975	1976	1977	1978
Imperatriz	59.400 t	68.820 t	80.586 t	71.854 t
João Lisboa	21.810 t	23.976 t	24.215 t	23.958 t
Montes Altos	2.964 t	3.395 t	5.001 t	4.860 t

Fonte: EMATER Imperatriz

Em 1979, a política do crédito rural é reformulada a nível governamental e decide-se oficialmente incentivar o acesso ao crédito dos pequenos produtores agrícolas. Estes aparecem, de fato, nas condições para o desfecho da fronteira agrícola constatadas em Imperatriz, cada vez menos capazes de atender à demanda crescente das grandes cidades por produtos alimentícios. Um aumento da produção supõe transformações das técnicas agrícolas que o acesso ao crédito deveria permitir. Estudar em Imperatriz, a implantação desta nova política de crédito oferece um duplo interesse:

150. Ibid. p.73.

- ✓ Num contexto caracterizado por uma grande desigualdade fundiária e onde a importante produção de arroz é quase inteiramente realizada pelos pequenos produtores, a reorientação do crédito em benefício destes permitirá à região continuar a assumir sua função econômica de fornecedor a baixo preço de arroz?
- ✓ Como praticamente se coloca em prática a nova política de crédito através das diversas instituições bancárias estatais e do aparato de assistência técnica à agricultura existente em Imperatriz?

Para responder a estes questionamentos realizaram-se pesquisas nos dois maiores bancos estatais de Imperatriz, o BASA (Banco da Amazônia S.A.) e o BB (Banco do Brasil). As outras instituições bancárias estatais, BNB (Banco do Nordeste do Brasil), CEF (Caixa Econômica Federal), BEM (Banco do Estado do Maranhão) ou privadas, Banco Real, têm até agora concedido pouco crédito ao mundo rural. As informações coletadas sofrem de sua heterogeneidade, mas permitem, no entanto, associadas às pesquisas realizadas junto às instituições de assistência, avaliar o alcance prático desta nova política de crédito.

A POLÍTICA DA BASA (BANCO DA AMAZÔNIA S.A)

A agência de Imperatriz da BASA não aparece como o instrumento de uma transformação fundamental nas modalidades do crédito rural. Dos 87 milhões de cruzeiros de créditos concedidos em

1979, cerca de 51 milhões foram para a agroindústria, isto é, para as beneficiadoras de arroz e as serrarias, 21 milhões foram dedicados a incentivar a pecuária e apenas 15 milhões foram atribuídos à agricultura (arroz e milho essencialmente). Conseguiu-se obter a distribuição dos diferentes contratos de crédito para agricultura e pecuária segundo o tamanho dos estabelecimentos.

DISTRIBUIÇÃO DOS CONTRATOS DE CRÉDITO SEGUNDO O TAMANHO DOS ESTABELECIMENTOS (BASA)

ESTABELECIMENTOS	AGRICULTURA (126 contratos)	PECUÁRIA (91 contratos)
Acima de 1000 ha	9%	23%
500 a 1000 ha	13%	23%
200 a 500 ha	21%	22%
50 a 200 ha	49%	29%
Abaixo de 50 ha	8%	3%

Fonte: Pesquisa direta

Faltam as somas envolvidas para cada uma destas classes; mas sabendo da fraqueza da soma total consagrada à agricultura, onde os pequenos e médios produtores não reúnem senão pouco mais da metade dos contratos, pode-se concluir que não houve uma mudança importante da política seguida. A pecuária continua a receber uma soma superior, e cerca de 70% dos contratos beneficiam grandes estabelecimentos.

O mapa dos contratos de crédito da BASA mostra que a difusão destes é importante em Montes Altos, onde a questão fundiária é menos aguda e onde os estabelecimentos dispõem de títulos de posse sólidos, e ao norte do município de Imperatriz ao longo dos

grandes eixos rodoviários onde se situam as fazendas. Por outro lado, a zona de grande concentração dos povoados de roceiros responsáveis pela produção de arroz, é apenas timidamente atingida pelo crédito. Os responsáveis pelo banco não hesitam em expressar seu desinteresse pelo crédito aos pequenos agricultores; garantias frágeis dada a situação fundiária, dificuldades de controle em zonas pouco acessíveis e despesas elevadas para resultados medíocres.

A POLÍTICA DO BB (BANCO DO BRASIL)

Ao contrário, o Banco do Brasil é o instrumento quase único da difusão do crédito aos pequenos agricultores, o quadro abaixo foi realizado levantando o conjunto dos contratos de crédito rural. As somas envolvidas para cada um dos 97 contratos superiores a 500.000 cruzeiros; os contratos foram classificados em grupos; então foi avaliado um montante médio

BANCO DO BRASIL - ESTRUTURA DO CRÉDITO 1979/1980

FAIXA DE VALOR DO CONTRATO	NÚMERO DE CONTRATOS	%	VALOR TOTAL (CR)	%
Menos de 50.000 cr	765	47,5	22.950.000 cr	7
De 50.000 a 100.000 cr	566	35	42.450.000 cr	13,5
De 100.000 a 500.000 cr	185	11,5	55.500.000 cr	17,5
Acima de 500.000 cr	97	6	195.950.000 cr	62
TOTAL	1.613	100	316.850.000 cr	100

Fonte: Pesquisa direta

Avaliação aproximativa do contrato de cada um destes grupos, permitiu por multiplicação obter a soma dedicada a cada grupo. Os resultados apresentados são, portanto, apenas estimativas. Fornecendo cerca de 80% do crédito rural na região de Imperatriz, o Banco do Brasil parece em busca da compatibilização de duas necessidades contraditórias:

- ✓ Dar crédito ao maior número possível de agricultores, daí a grande proporção de pequenos contratos inferiores a 100.000 cr. (82,5%).
- ✓ Concentrar as somas envolvidas em grandes operações: 62% do conjunto do crédito vai para 6% dos contratos.

Os limites são, portanto, claros e a difusão, que é real do crédito bancário aos pequenos produtores, permanece tímida no que concerne às somas atribuídas. Como se realiza essa difusão? Este crédito quantitativamente limitado pode permitir uma real modernização? O Banco do Brasil tenta alcançar os camponeses onde eles se encontram; uma vez por semana dois empregados do banco se dirigem a uma vila e, dentro da escola, instalam uma agência bancária provisória e duas máquinas de escrever, trazidas de manhã e levadas à noite.

Tais agências existem em Mucuíba e Buritirana, povoados no município de João Lisboa, em São Francisco do Brejão, Cidelândia e Vila Nova dos Martírios e em Imperatriz. Na sua abertura, reúnem-se os camponeses do lugar que vêm estabelecer seu cadastro bancário; os empregados anotam o nome,

o apelido do camponês, a localização e o tamanho da sua exploração; o crédito será concedido se o produtor encontrar um colega que se responsabilize por sua honestidade, e se puder fornecer uma simples declaração (do INCRA ou de seu proprietário) de que cultiva efetivamente a terra para a qual quer obter um financiamento.

Avalia-se em cerca da metade das famílias de uma vila aqueles que podem reunir tal documentação. Incontestavelmente este procedimento simplificado facilita o acesso ao banco do pequeno produtor. Ao guichê da agência de Imperatriz, numerosos são aqueles que vêm, menos intimidados, após o cadastro ter sido estabelecido na própria vila. Na difusão do crédito bancário, o Banco do Brasil encontra um auxiliar eficaz: a EMATER (Empresa de Assistência Técnica e de Extensão Rural), este organismo dependente do Ministério da Agricultura, e gerido a nível de cada estado, é composto por técnicos agrícolas cujo objetivo é difundir o progresso técnico e assistir as operações de modernização da produção agrícola.

Em Imperatriz, o escritório local conta com 5 técnicos, em Açailândia há 3, 1 em João Lisboa e 2 em Montes Altos. Cada um destes técnicos está encarregado de assistir 400 produtores, ou seja, uma capacidade total na região de 4400 estabelecimentos. A EMATER encoraja a difusão de sementes selecionadas, a substituição da variedade de arroz local catete pela variedade IAC 12-46¹⁵¹, a utilização de inseticida, e de uma pequena maquinaria, um pulverizador. Os técnicos se esforçam também em

151. O Arroz Cateto IAC 1246 é um cultivo de arroz do tipo cateto (grão curto/médio) desenvolvido pelo Instituto Agrônômico (IAC) de Campinas - SP, historicamente reconhecida por ser amplamente utilizada em cultivos mecanizados de sequeiro, sem irrigação constante.

encorajar e ajudar os produtores a recorrer ao crédito bancário.

Duas formas de crédito parecem concebidas para os pequenos produtores: o EGF e o “crédito grupal”. O EGF (Empréstimo do Governo Federal) envolve outra instituição do Ministério da Agricultura, a CIBRAZEM (Companhia Brasileira de Armazenamento), que mantém silos, e que acaba de concluir em Imperatriz a edificação de uma unidade, munida de uma máquina de secagem capaz de armazenar 150.000 sacos de 60 kg de cereais. O produtor recebe um empréstimo do Banco do Brasil, garantido pelo depósito de sua colheita no silo da CIBRAZEM. Ele pode vender uma parte de sua colheita, a preços mais elevados, e reembolsar em três parcelas o empréstimo recebido, ou vender ao Estado ao preço mínimo fixado anualmente. Durante este ano, o fracasso deste sistema de crédito foi total.

O gigantesco silo permaneceu praticamente vazio: apenas 70 pequenos produtores depositaram 17.000 sacos, os outros 10.000 tendo sido depositados por dois grandes agricultores que não utilizaram o crédito EGF. Este fracasso vem em parte do fato de o pequeno produtor já estar engajado em um sistema de comercialização e crédito que lhe proíbe dispor de sua colheita. Este crédito se aplica muito tarde, uma vez que esta já está comprometida.

A EMATER encoraja a difusão de outra forma de crédito, aplicada aos custos de produção, o produtor obtém um financiamento dividido em três parcelas: uma em setembro para o preparo do terreno, outra em outubro para o plantio e os tratamentos, a última em março para a colheita. O reembolso é fixado em 31 de julho e a taxa de juros é próxima de 25%.

A inovação reside no reagrupamento de vinte

produtores do mesmo lugar, assistidos por um técnico agrícola, e que, cada um, obtém o crédito em função das terras que colocam em cultivo. No documento apresentado, estas terras variam de 5 a 50 hectares. Assistindo à operação, pareceu-me que o técnico tinha por objetivo, organizando este grupo, descobrir um produtor mais capaz de utilizar técnicas mais modernas, proprietário de um animal de tração, ou podendo comprar um pulverizador; em suma, discernir no meio da aparente homogeneidade do pequeno campesinato, os fermentos da diferenciação social.

O crédito ao pequeno produtor permanece ambíguo:

- ✓ As somas envolvidas são baixas, o que é financiado é a produção e os limites máximos do crédito são fixados por hectare pelo montante do VBC, o valor base dos custos de produção, que varia em função dos rendimentos estimados. Em outubro de 1980, o VBC elevou-se no máximo a 10.500 cr/ha para um rendimento de arroz de 1980 kg/ha. No caso citado acima do crédito grupal, o VBC era de apenas 6420 cr/ha. Trata-se, portanto, apenas de uma ajuda limitada. Ela pode, no entanto, ajudar o pequeno produtor a se libertar do domínio do crédito usurário.
- ✓ Os produtores realmente atingidos pelo crédito bancário são poucos. A EMATER e o Banco do Brasil não dispõem dos meios suficientes para uma difusão massiva. A perspectiva está, no entanto, aberta e pode dar a impressão aos

pequenos produtores de que o Estado está atento ao seu destino.

- ✓ Além desta função de legitimação, o crédito concedido pelo Banco do Brasil pode ter como objetivo a difusão de um pequeno equipamento agrícola e de inseticidas e o surgimento, no seio do pequeno campesinato, de uma minoria apta a se modernizar.

Mas parece bem arriscado pensar que este crédito limitado possa realmente relançar a produção de arroz dos pequenos agricultores. O exame mais detalhado dos contratos de crédito de mais de 50.000 cruzeiros revela outras opções agrícolas. Dos 97 contratos, 59 concernem à indústria e ao comércio (serrarias e beneficiadoras de arroz), 13 são para projetos de pecuária e 25 para projetos agrícolas. Entre estes últimos, nota-se a importância dos financiamentos concedidos no município de Montes-Altos (11 contratos) a operações de investimentos visando estender a cultura do arroz no meio do cerrado. Dois tipos de instituições estão envolvidos ao lado do Banco do Brasil para promover esta transformação.

Empresas de assistência técnica de agricultura (Sponholz, Plantel e Platerra) compostas de agrônomos geralmente originários do Sul do Brasil, elaboram projetos que transmitem ao banco perto do qual estão situadas. Estes documentos propõem a implantação de uma agricultura moderna, mecanizada e de grande consumo de fertilizantes.

DISTRIBUIÇÃO DOS CUSTOS DE PRODUÇÃO PREVISTOS NUM PROJETO DE GRANDE CULTURA DE ARROZ

Adubos	53%
Sementes	17%
Defensivos	2%
Mão de obra	28% incluindo Tratorista (16%) e mão de obra braçal (12%)

Fonte: Pesquisa direta

Os custos de mão-de-obra são reduzidos e sobretudo dedicados à locação de horas de tratores. A cooperativa mista de produtores de soja de Goiatuba, no estado de Goiás, instalada há três anos em Imperatriz, é o principal vetor da difusão de um novo modelo agrícola no cerrado.

O cerrado se transformava lentamente, os proprietários tendo acesso ao crédito, munidos de títulos de posse antigos, melhoravam progressivamente as técnicas da pecuária tradicional. As cercas permitiam uma seleção do gado em favor das raças mistas boi-zebu, girolande, indubrasil e nelore.

Com esta melhoria do valor do gado, o vaqueiro passaram a receber um bezerro em cada cinco, em vez de um em cada quatro.

A superfície em pastagem artificial ampliava-se em detrimento das pastagens naturais. Em 1979, numa destas explorações, já se contava com 48 hectares de pastagens artificiais, contra 240 de pastagens naturais. Em 1979, a agricultura permanecia, no entanto, nestas fazendas do cerrado, muito marginal, praticada em grande parte para o autoconsumo do vaqueiro e do proprietário. Participava da renda da exploração em menos de 20%: 100.000 cruzeiros

obtidos da venda de 280 sacos de arroz, contra 500.000 cruzeiros obtidos da venda de 40 cabeças de gado, numa dessas fazendas.

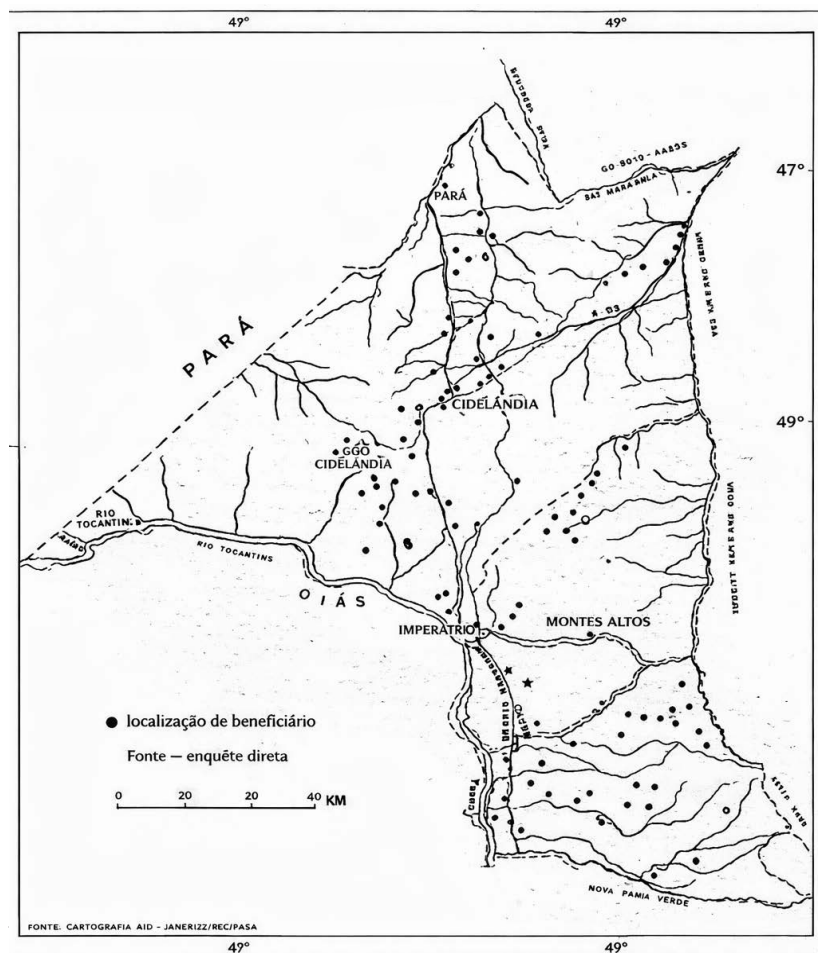
O baixo preço das terras na região atraiu um grupo de 50 cooperados do estado de Goiás, do estado do Minas Gerais, reúnem hoje na cooperativa 180 proprietários, instalados em propriedades de mais de 500 hectares situados no sul da região, principalmente em Montes-Altos, Imperatriz e Porto-Franco. A cooperativa, cujo acesso está aberto a quem pode pagar uma contribuição anual de 50.000 cruzeiros, encoraja a mecanização da cultura do arroz e possui, na entrada sul de Imperatriz, um enorme silo de capacidade de 400.000 sacos e um balcão de venda de sementes, fertilizantes, herbicidas e inseticidas. O sucesso desta experiência é manifesto: este ano, 200.000 sacos de arroz foram armazenados pelos cooperados; sucesso a comparar com o fracasso da CIBRAZEM, cujo silo permaneceu praticamente vazio.

Em Imperatriz, está em curso uma transformação do cerrado em terra agrícola. Isso já ocorreu mais ao Sul pela compra de grandes propriedades de pecuária extensiva por Gaúchos (originários do Rio Grande do Sul) e convertidas para produzir arroz, tornando o município de Balsas o maior produtor da cereal no estado. Experiências são realizadas para aclimatar ao fotoperiodismo equatorial, variedades de soja e projetos de plantações de mandioca para produção de álcool estão prontos.

Os cerrados do Goiás e do Maranhão se prestam a esta reconversão, em razão do baixo preço do solo, da extensão dos terrenos planos, favoráveis à mecanização, da rapidez com que pode ser posta em cultivo uma grande superfície, sem exigir uma mobilização de mão-de-obra como na floresta. Esta

agricultura, grande consumidora de fertilizantes, implica um acesso muito amplo ao crédito, e uma elevação constante do preço dos gêneros alimentícios, cujos custos de produção são mais elevados do que aqueles obtidos no âmbito da pequena agricultura familiar.

Figura 30: Mapa da distribuição dos contratos de crédito BASA - 1979.



Fonte: Cartografia AID - JANERIZZ/REC/FASA.

crescente de arroz, o cerrado aparece em 1979-1980 como uma solução, encorajada a nível nacional: “Para sustentar os níveis de produção das mais importantes culturas, que devem crescer de forma compatível com as exigências representadas pela necessidade de aumentar a oferta de alimentos a custos mais acessíveis, o cerrado se revelou como o meio ideal para realizar os programas propostos pelos grandes centros consumidores”¹⁵².

Uma estratégia nacional de modernização da produção de alimentos atinge, portanto, o Maranhão, estado dos pequenos produtores de arroz; “este ano nós vamos invadir o Maranhão de arroz”¹⁵³, prometia, segundo a revista Veja, o Ministro Delfim Netto, indicando bem a amplitude desta reconversão que ultrapassa de longe o quadro regional

GRANDES PLANEJAMENTOS REGIONAIS

SUDENE - SUDAM – POLAMAZÔNIA

Situada na zona de superposição das ações da SUDENE, que cobre todo o Maranhão, e daquelas da SUDAM, que cobre toda a Amazônia Legal, incluindo os 3/4 ocidentais do Maranhão, a região de Imperatriz deveria ter se beneficiado de uma contribuição considerável de fundos e de iniciativas. Na verdade, as duas grandes agências não puderam desenvolver uma política realmente adaptada às condições locais.

A SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) que tem sede em Recife, é antes de tudo o organismo do Nordeste, e se,

¹⁵². Jornal O Imparcial, 25-02-1980.

¹⁵³. Revista Veja, 26-03-1980. p.50.

por ocasião de sua criação em 1959, ela manifestava grandes ambições, sua ação rapidamente se orientou para a solução imediata dos problemas da zona semi-árida. O Maranhão, úmido e pouco povoado, é considerado como uma válvula de escape natural do excedente populacional desta zona.

No seio da SUDENE, um grupo (GIPM - Grupo Interdepartamental de Povoamento do Maranhão) é formado para estudar esta questão; em 1965 seu nome transformado em (PCAT - Projeto Piloto de Colonização do Alto Turi) indica ao mesmo tempo, a passagem para uma fase operacional e a decisão de concentrar os esforços na parte setentrional da Pré-Amazônia do Maranhão¹⁵⁴.

O projeto de colonização do Alto Turi, a noroeste de Santa Inês, é definido em 1972 por Gilberto Osório de Andrade que escreve: “Fundamentalmente, a política de colonização da SUDENE se inspira na necessidade de promover ao mesmo tempo a expansão da fronteira do Nordeste do Brasil e a absorção de uma parte dos excedentes da força de trabalho rural da região. Mais precisamente, no caso do PCAT, a expansão da fronteira agrícola busca estender às terras disponíveis do Noroeste do Maranhão, o processo de desenvolvimento regional desencadeado pela SUDENE”¹⁵⁵.

Isolada do resto do Nordeste pela precariedade das ligações rodoviárias, Imperatriz absorve “uma parte dos excedentes da força de trabalho rural da região” mas não é objeto de grandes atenções da SUDENE, nem de um plano geral de desenvolvimento

154. DROULERS M. e MAURY P. Colonização da Amazônia Maranhense. Op. cit.

155. ANDRADE G.O. de. O Projeto de Colonização do Alto Turi (Maranhão). SUDENE - Recife, 1972. 74 p.p.4.

regional. É preciso esperar que se abra em Imperatriz uma agência do braço financeiro da SUDENE que só ocorreu em 1976 no BNB (Banco do Nordeste do Brasil). No campo, sua ação é muito reduzida, o essencial dos créditos é concedido a operações de modernização industrial (24 projetos em Imperatriz sobre os 55 do Maranhão em 1979) ou a obras urbanas no âmbito do projeto CURA (Comunidade Urbana de Recuperação Acelerada).

A SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia) foi criada em 1966, sucedendo à SPVEA (Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia) fundada em 1953. A SUDAM tem, portanto, atrás de si a tradição de um organismo de valorização, habituado a tratar de grandes espaços vazios, ricos em recursos naturais. Daí um certo desinteresse por uma região onde o afluxo de migrantes fez com que a terra não se preste mais à realização de enormes projetos.

O geógrafo Michel Foucher, define a SUDAM como: “uma câmara de registro dos projetos de investimentos privados”¹⁵⁶, indica claramente os limites de um organismo que se contentou em acompanhar os industriais interessados em criar ou desenvolver suas infraestruturas na região. Apenas 34 projetos receberam, desde 1966, créditos na forma de subsídios, que se elevaram a cerca de 300% dos fundos privados envolvidos e de isenções de impostos. O mais importante desses projetos, o frigorífico Vale do Tocantins, não atingiu 120 milhões de cruzeiros, em 1978.

156. FOUCHER M. La SUDAM et l'Etat brésilien, organisateurs de l'Amazonie. In: BATAILLON C. Etat, Pouvoir et Espace dans le Tiers Monde - IEDES-PUF, PARIS 1977. 288p. p.253.

REPARTIÇÃO QUINQUENAL DOS PROJETOS APROVADOS PELA SUDAM (IMPERATRIZ - JOÃO LISBOA - MONTES- ALTOS)

PERÍODOS	Serrarias	Beneficiadoras de Arroz	Pecuária	Outros
1966 - 1970	2	-	-	-
1971 - 1975	-	1	4	1
1976 - 1980	12	10	2	2

Fonte: Relação de Projetos aprovados, SUDAM – Belém do Pará.

Todos estes projetos se localizam no município de Imperatriz (exceto um, de uma serraria em João Lisboa), e acompanham mais do que organizam o desenvolvimento econômico baseado na pecuária e depois na indústria da madeira. Enquanto as beneficiadoras de arroz, dominadas pelo capital local, tentam se modernizar, nenhum planejamento é visível através da política fiscal da SUDAM.

O projeto POLAMAZÔNIA, organizado sob a égide da SUDAM, tem a ambição de realizar um desenvolvimento integrado de regiões, definidas como pólos agro-pastoris e agrominerais da Amazônia. À imitação do que acontece no Nordeste com o Pólo-Nordeste, trata-se de realizar um programa em cinco anos referente ao conjunto das infraestruturas de uma região. Este programa é dividido em projetos anuais para os quais fundos são alocados e Imperatriz faz parte do Polo Pré-Amazônia do Maranhão, um dos 11 pólos existentes geridos pela SUDAM.

Para o ano de 1980 estão previstos a realização ou o lançamento dos seguintes projetos:

- ✓ Assistência técnica e de gestão à pecuária leiteira, especialmente na região de Imperatriz.

- ✓ Cultura de tomates e legumes verdes em Imperatriz - João Lisboa - Montes Altos e Porto Franco.
- ✓ Cultura de bananas e laranjas em Imperatriz, João Lisboa e Porto-Franco.

Estes três projetos manifestam a vontade dos administradores da Polamazônia de melhorar o abastecimento do mercado urbano de Imperatriz em leite e produtos frescos.

- ✓ Cultura da Pimenta-do-Reino em Açailândia e Buriticupu e Santa Luzia. Aqui trata-se de encorajar experiências de plantações em curso.
- ✓ Instalação de agências do Sistema Nacional de Informação do Mercado Agrícola (SIMA) em Pedreiras, Santa Inês, Barra do Corda e Imperatriz.
- ✓ Padronização dos Produtos Agrícolas
- ✓ Comercialização de sementes
- ✓ Difusão de herbicidas e inseticidas agrícolas
- ✓ Mecanização agrícola
- ✓ Introdução de reprodutores selecionados
- ✓ Pesquisas agronômicas¹⁵⁷

Estes sete últimos projetos concernem aos 29 municípios do Polo Pré-Amazônia do Maranhão e visam modificações nas estruturas agrícolas, favorecendo a modernização das técnicas de produção. Projetos graduais que não parecem à altura das grandes convulsões que prometem à região as transformações em curso na Amazônia Oriental.

157. SAGRIMA - Projetos Polamazônia. São Luís, 1979.

TUCURUÍ – CARAJÁS

A construção da barragem de Tucuruí no baixo Tocantins é um projeto gigante do tamanho daqueles da bacia do Paraná. Em 1983, por ocasião de seu funcionamento, a usina hidrelétrica deveria fornecer cerca de 4 milhões de quilowatts/hora. Para valorizar um investimento tão considerável, o Brasil quer utilizar esta energia para transformar a bauxita em alumínio no Pará (Barcarena: Albrás - Alunorte) e no Maranhão (Itaqui: Alcoa) e para preparar uma rede de transmissão de força tal que atraia os investidores.

Realizando a interconexão de suas redes, a Eletronorte (proprietária de Tucuruí) e a CHESF (Paulo Afonso no São Francisco e Boa Esperança do Parnaíba) se prestam assistência mútua. Em um primeiro momento, a energia do Nordeste servirá para alimentar o grande canteiro da Região Norte. Num segundo momento, este poderá exportar seus excedentes para um vasto mercado. No final de outubro de 1980, a linha de alta tensão (500 kv) Boa Esperança - Imperatriz estava concluída, trazendo a esta cidade a energia que cruelmente lhe faltava; esta linha está em curso de prolongamento em direção a Tucuruí, passando a noroeste do município de Imperatriz.

Com esta realização, Imperatriz vê desaparecer um dos freios mais sérios à sua industrialização. Os motores a diesel que produziam a eletricidade consumida estavam esgotados e os apagões eram uma realidade diária. Também, a cada noite, bairros inteiros ficavam mergulhados na escuridão. Uma eletricidade abundante e barata pode, portanto, incitar os investidores a implantar numa região povoada o equipamento industrial que lhe faz falta.

A importância econômica da Amazônia Oriental é definitivamente afirmada desde a implementação do Projeto Carajás, a sudoeste de Marabá. Descoberta em 1967 pela Companhia Meridional de Mineração, uma subsidiária da U.S. Steel¹⁵⁸, a riqueza dos depósitos de minério de ferro começou a ser melhor conhecida a partir de 1970, data do início dos trabalhos da “Amazônia Mineração”, sociedade formada pela Vale do Rio Doce (50,9%) e pela U.S.Steel (49,1%), que dela se retirou em 1976.

As prospecções feitas provaram a riqueza desta região em minerais não-ferrosos e a tornam “a maior província mineral jamais descoberta no Brasil”¹⁵⁹. “É a redenção do Brasil¹⁶⁰”, disse o Presidente Figueiredo visitando o canteiro onde a Amazônia Mineração se prepara para iniciar, em 1985, a extração de 35 milhões de toneladas anuais de minério de ferro, enquanto capitais japoneses são chamados a participar.

158. A presença da U.S. Steel no Brasil destacou-se na área mineral. A empresa descobriu as reservas de ferro de Carajás em 1967, que, após a reversão para o estado brasileiro na década de 1970, se tornaram o núcleo do projeto da Serra dos Carajás, operado pela Vale.

159. Jornal do Brasil, 25-10-1980. p.19.

160. Ibid.

GRANDE PROJETO CARAJÁS - RESERVAS MINERAIS IDENTIFICADAS

MINÉRIO	LOCALIZAÇÃO	RESERVAS ESTIMADAS EM MILHÕES DE TONELADAS	TEOR MÉDIO EM PORCENTAGEM
Ferro	Carajás	18.000	66,0
Cobre	Carajás	1.000	1,0
Bauxita	Carajás	50	44,0
Bauxita	Trombetas	600	50,0
Bauxita	Paragominas	4.000	40,0
Níquel	Carajás	125	1,7
Manganês	Carajás	60	42,0
Estanho	S. Félix do Xingu	35	65,0
Ouro	Carajás	Associado ao Cobre	0,4 G/T

Fonte: Jornal O Liberal, Belém do Pará, 16-10-1980 p.7.

A este grande projeto de aproveitamento de riquezas minerais, associa-se a Ferrovia de Carajás a Itaqui, já em construção. Descendo da serra, ela atravessa o Tocantins a jusante de Marabá (Ponta da Madeira) e depois atravessa todo o noroeste do município de Imperatriz, de São Pedro a Açailândia, e segue, mais ou menos de perto, o eixo rodoviário Açailândia – Santa Inês – São Luís, até o porto de Itaqui.

Concebida primeiro como uma via de escoamento do minério destinado à exportação para o Japão e a Europa, a ferrovia deverá ter um impacto importante sobre as regiões atravessadas, se acreditarmos num estudo da Secretaria da Agricultura do Maranhão¹⁶¹. Os autores avaliam em 10% do frete anual a parte

¹⁶¹. SAGRIMA - Contribuição ao Estudo do Futuro Fluxo Comercial Carajás - Itaqui (versão preliminar) - São Luís, 1979.

disponível para mercadorias além do minério de ferro. Mas estas 3.500.000 toneladas anuais representam, salientam eles, 2,6 vezes o total das produções reunidas de arroz, milho e feijão no Maranhão em 1979.

O que mostra bem o descompasso entre a economia local e o enorme negócio de Carajás, a fim de assegurar um volume conveniente de frete na volta, os autores pensam que seria necessário desenvolver a rede rodoviária vicinal, mas também as ligações com o Sul do Maranhão, que já é grande produtor de arroz. Eles avaliam em cinco anos o futuro da produção florestal que, não renovável, deverá ceder lugar às plantações.

A zona da floresta se presta a culturas de exportação, pimenta, seringueira, dendê, ou à cana para produção de álcool. Esta transformação modernizadora exigirá o aporte de fertilizantes e herbicidas que o trem poderia conduzir à região. Um fator favorável a esta evolução que já se desenha (pimenta em Itinga e Açailândia e seringueiras na rodovia BR 222), é a presença de uma abundante mão-de-obra familiar (para a pimenta a mão-de-obra feminina e infantil é apreciada), facilmente mobilizável no momento da colheita. Apenas as limitações do crédito, acarretadas pela incerteza fundiária, impedem atualmente tal implantação de plantações.

Um modelo de desenvolvimento assim concebido transformaria a distribuição da população, num primeiro momento, aumentada pelas necessidades técnicas da construção da via férrea, num segundo momento concentrada nos centros urbanos, situados ao longo da via. Esta urbanização seria acelerada pelo declínio rápido da agricultura de corte e queima na

metade norte da região. Entre os centros urbanos, Açailândia, situada no ponto de cruzamento da Belém-Brasília e da ferrovia, “poderia se tornar o foco de maior importância ao longo de todo o trecho médio da via férrea”¹⁶².

Tucuruí, ao fornecer uma energia abundante, pode permitir que Imperatriz se torne um centro de emprego industrial. Já, com a expansão da mineração em Carajás, deve-se revolucionar totalmente a geografia regional e a passagem da ferrovia pode acelerar a ascensão de Açailândia. Mas, as elites de Imperatriz veem, sobretudo, os benefícios que o projeto mineiro e ferroviário pode trazer às suas atividades. Os empreendedores julgam a posição da cidade assegurada pelo avanço adquirido no domínio das infraestruturas comerciais e sociais.

162. Ibid.

IMPERATRIZ, CENTRO DOS SERVIÇOS BÁSICOS: O EXEMPLO DA SAÚDE

“A primeira pergunta que o pioneiro moderno faz sobre uma terra onde irá habitar e criar um lar é: Qual a qualidade de vida que terei a viver lá?”

Isaiah Bowman, *The Pioneer Fringe*, American Geographical Society, Nova York, 1931, p. 12.

“Ei João, que a malária te mate!”

No ônibus, de Imperatriz para São Pedro da Água Branca, em julho de 1980.

Na sua busca por uma melhor condição, os migrantes procuram, antes de tudo, a satisfação de necessidades materiais essenciais, sem as quais a liberdade de promoção individual tem apenas um sentido abstrato. Entre essas exigências, a da alimentação, ligada a mecanismos econômicos, estruturas agrárias, técnicas de produção, rede de comercialização e estrutura de renda, é muitas vezes percebida como parte do âmbito da responsabilidade individual.

Já as exigências relacionadas à manutenção da boa saúde, fundamental para a sobrevivência física e para a capacidade de levar uma existência ativa, e as relativas à educação, que atendem à aspiração de promoção social são percebidas de maneira completamente distinta. Tanto a saúde quanto a educação dependem da existência de equipamentos

coletivos amplamente conhecidos e acessíveis, como o hospital, o dispensário, o consultório médico, a escola e o colégio. Da capacidade da coletividade em instalar e fazer funcionar esses equipamentos básicos depende, portanto, a satisfação dessas necessidades materiais essenciais. Sobretudo em uma região pioneira situada na zona intertropical, a luta contra as enfermidades deve acompanhar toda e qualquer operação de desenvolvimento regional.

A Hiléia amazônica figura como um bicho-papão nas lendas tropicais¹⁶³. Entre os perigos que ameaçam o recém-chegado, a insalubridade tem sido frequentemente destacada, associada de forma indissociável à imagem do “Inferno Verde”. O seringueiro febril, o garimpeiro que compromete a saúde na busca do ouro e dos diamantes e os pequenos agricultores das várzeas pagam um pesado tributo às doenças, compondo uma população geralmente apresentada como debilitada e incapaz de dominar uma natureza tida como todo-poderosa. Essa imagem nefasta encontra sua expressão mais caricata numa frase lapidar de um geógrafo francês do final do século XIX: “Encontra-se no Brasil equatorial apenas alguns brancos fatigados, negros despreocupados e índios de espírito adormecido”¹⁶⁴.

Humanizar a Amazônia, desenvolvê-la, implica também superar essa reputação e combater a maldição da doença. Em 1920, o higienista Carlos Chagas já delineava claramente o problema: “Essa Amazônia maravilhosa, que constitui uma das mais seguras garantias do futuro do Brasil, é hoje um centro de extermínio de seus habitantes”¹⁶⁵. Com a onda

163. GOUROU P. *Les Pays tropicaux* – 5ª Ed. PUF, PARIS 1969. 271p.

164. RECLUS O. *Géographie*. 2ª ed. L. Mulo – PARIS, 1873 – 587 p.

165. Citado por SORRE M. *Les fondements de la géographie humaine*. Tomo I – A. Colin. PARIS 1951 – 448p.

pioneira, contingentes populacionais mais numerosos passaram a enfrentar os germes e parasitas cujo habitat é a floresta equatorial. A consciência desses perigos é viva entre os recém-chegados, geralmente oriundos de ambientes semiáridos. Costuma-se ressaltar ao visitante que a localização de determinada vila é salubre, enquanto nas redondezas a malária causa estragos. Dessa percepção nasce uma demanda recorrente: a de uma infraestrutura médica capaz de enfrentar as enfermidades. Essa reivindicação alinha-se, assim, à orientação dos planos de desenvolvimento regional, concebidos por organismos internacionais, que enfatizam a importância dos serviços básicos.

Numa região pioneira, onde, por definição, não existe qualquer tradição de enraizamento, as infraestruturas médica e educativa revelam-se fatores determinantes para a estabilização da população, doravante segura da possibilidade de reproduzir-se em condições satisfatórias de saúde e promoção social. Tais infraestruturas podem, assim, ser compreendidas como instrumentos de progressão qualitativa da força de trabalho, progressão que suplanta aquela de caráter meramente quantitativo, marcada pela elevada rotatividade característica do estágio pioneiro. Os equipamentos médicos e escolares constituem, portanto, elementos essenciais para a reprodução e a qualificação da força de trabalho regional, desempenhando função primordial como alicerce de qualquer esforço voltado ao desenvolvimento da produção. Onde se pretende fixar a mão de obra? Quais grupos de migrantes se deseja promover? A localização geográfica e o modo de funcionamento dos serviços básicos decorrem, pois, de escolhas atinentes ao desenvolvimento econômico e permitem

aferir o alcance social de uma política cuja finalidade é, invariavelmente, o bem-estar da população local.

Essas características, aliadas à necessidade de investimentos não diretamente rentáveis, explicam por que tais equipamentos são geralmente implantados pelos poderes públicos. O estudo aqui empreendido sobre a infraestrutura médica da região de Imperatriz revela, todavia, a modéstia da ação pública. A iniciativa privada, com o apoio de organismos estatais, INAMPS e FUNRURAL¹⁶⁶, estruturou um sistema de saúde. Indaga-se: tal sistema responde efetivamente às necessidades de uma população em crescimento extremamente acelerado, que enfrenta os perigos naturais de uma região tradicionalmente insalubre?

UMA MEDICINA DINÂMICA, UMA POPULAÇÃO EM MAU ESTADO DE SAÚDE

UMA INFRAESTRUTURA MÉDICA EM DESENVOLVIMENTO RÁPIDO

Uma análise meramente estatística poderia justificar a satisfação dos médicos de Imperatriz. Na corrida entre o crescimento populacional e a expansão da infraestrutura médica, a iniciativa privada demonstrou sua eficácia: “É preciso destacar que a iniciativa privada foi corajosa e confiante no crescimento de nossa cidade”¹⁶⁷. No cômputo geral, observa-se nítida melhora nos indicadores estatísticos da assistência médica na região. Se,

166. (Trad.) INAMPS: Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social – FUNRURAL: Sistema de Seguridade Social para os Trabalhadores Rurais.

167. Dr. SANTANA M. A., presidente da Associação Médica de Imperatriz. Rev. Motivação – Imperatriz – MA. Dez. 1979.

em 1970, havia apenas um médico para cada 10.900 habitantes, em 1979 registou-se um profissional para 3.618 pessoas.

Tais progressos devem-se quase inteiramente à iniciativa privada. Os hospitais públicos, em número de dois, um civil (Otávio Passos) e um militar (do 50º Batalhão de Infantaria da Selva), não dispõem sequer de 50 leitos em Imperatriz. Em Montes Altos, a Igreja Católica mantém um pequeno hospital. Conta-se, ademais, com um dispensário do Estado do Maranhão e outro municipal em Imperatriz. Já os dispensários de Buritirana, Centro Novo, Mucuiba e João Lisboa têm existência meramente teórica. Desse modo, é o setor privado que constitui a base da infraestrutura médica regional. Daí decorre o grande número de pequenos estabelecimentos: quatro hospitais com cerca de 70 leitos e outros quatro com 16 a 40 leitos, todos concentrados em Imperatriz. Explica-se, assim, também a manutenção de uma estrita lógica de rentabilidade, expressa na estabilidade, entre 1970 e 1979, da relação médicos/leitos, cujos crescimentos se deram de forma paralela (cerca de 580%).

A INFRAESTRUTURA MÉDICA EM IMPERATRIZ

CRESCIMENTO DO EQUIPAMENTO MÉDICO – 1970-1979 IMPERATRIZ – JOÃO LISBOA – MONTES ALTOS

INDICADOR	1970	1979	CRESCIMENTO EM %
População	109.000	246.000	126 %
Nº De Hospitais/Clínicas/ Dispensários	5	18	260 %
Nº De Leitos	71	478	573 %
Nº De Médicos	10	68	580 %

FONTES: 1970 – Termos de referência para o planejamento da Microrregião de Imperatriz
Vol. II , SUDENE – SEPLAN – MA – São Luís – 1973.
1979 – Prefeitura Municipal de Imperatriz.

A esse crescimento quantitativo corresponde um desenvolvimento qualitativo. Atualmente, em Imperatriz, a medicina é assunto de especialistas, que se orgulham de utilizar equipamentos não raro sofisticados. O Dr. Santana destaca que, em radiologia, "foi adquirido recentemente um aparelho ultramoderno de ultrassonografia, que será o primeiro do gênero no Estado do Maranhão"¹⁶⁸. Esse apreço pelo moderno pode ser explicado, em parte, pela presença de uma ampla maioria de médicos jovens, recém-egressos das universidades e desejosos de aplicar os últimos métodos aprendidos. Revela, ademais, a sólida situação financeira rapidamente alcançada pelos profissionais da cidade. Em suma, configura-se uma medicina próspera: prova disso é a expressiva aquisição de terras por parte dos médicos, ainda que

¹⁶⁸. Dr. SANTANA M. A. Ibidem.

tenham chegado há pouco à região; trata-se de uma prática cuja dinâmica — tanto quantitativa quanto qualitativa — impressiona.

UMA MEDICINA DE ESPECIALISTAS

ESPECIALIDADES	Nº DE MÉDICOS
Pediatria	10
Ginecologia-Obstetrícia	8
Anestesia	4
Radiologia	3
Traumatologia	3
Cardiologia	2
Pneumologia	2
Urologia	2
Oftalmologia	2
Psiquiatria	2
Otorrinolaringologia	1
Neurocirurgia	1
Angiologia	1

FONTE: Revista Motivação – IMPERATRIZ – Dez. 1979

UMA POPULAÇÃO EM MAU ESTADO DE SAÚDE

E, no entanto, a simples observação revela o precário estado de saúde da população. Uma vasta gama de doenças graves que assolam toda a região é denunciada periodicamente pela imprensa local: meningite, sarampo, febre amarela, poliomielite, tuberculose, entre fevereiro e agosto de 1980, por exemplo. A malária e as doenças intestinais atingem as populações rural e urbana.

“A realidade é que a população pobre da região vive debilitada e, em sua maior parte, em estado patológico crônico resultante da desnutrição”¹⁶⁹. Nesse estudo sobre as condições de saúde ao longo da porção setentrional da rodovia Belém-Brasília, os autores revelam taxas catastróficas de mortalidade infantil, que atingem 25%. Pesquisa realizada pelo projeto Rondon, da Universidade Federal do Paraná, indica que, no bairro de Vila Nova, na periferia de Imperatriz, 50% da população está infectada por verminoses. Nas áreas rurais, a malária é presença tão obsidiante que se converte num dos principais temas de conversação entre os camponeses. Revela-se, portanto, profundo descompasso entre o avanço dos equipamentos médicos e a situação de saúde mais que precária da maioria da população. Esse paradoxo decorre, em parte, das difíceis condições de salubridade da região.

“A região do Cerrado é atingida por inúmeras endemias rurais”, observam os autores de um estudo sobre esses cerrados do Centro do Brasil¹⁷⁰. Os pesquisadores enumeram as afecções existentes em cada unidade da Federação: o Maranhão é assolado pela ancilostomíase, ascaridíase, enterobíase, bócio endêmico, esquistossomose e malária. O outro domínio natural da região, o da floresta amazônica, constitui o habitat do vetor da malária, o *anófeles darlingi*. Pierre Gourou observa que a Amazônia é um “país menos malárico do que outras regiões tropicais mais povoadas”¹⁷¹, afetadas por vetores mais ativos. No entanto, localmente, como ao longo da rodovia Belém-Brasília, o desmatamento e as modificações

169. HEBETTE J. e ACEVEDO R. Colonização para quem?. UFPA. NAEA – Belém do Pará – 1979. 173p. p.27.

170. F. IBGE – REGIÃO DO CERRADO – Uma caracterização do desenvolvimento do espaço rural. Rio de Janeiro, 1979. 335p. p.144.

171. GOUROU P. Leçons de Géographie tropicale.

ecológicas dele decorrentes podem desencadear graves epidemias.

A região de Imperatriz constitui uma zona de intensos movimentos migratórios, e agentes patogênicos são constantemente introduzidos pelos imigrantes. Sabe-se, por exemplo, que, entre os garimpeiros de Goiás e do Pará, poucos são os que não contraem malária. As migrações intrarregionais da roça para a cidade também concorrem para a rápida disseminação das enfermidades. Em suma, trata-se de uma região cujo controle das doenças demandaria ação de grande envergadura. Agravam ainda o quadro as precárias condições sanitárias das habitações da maioria da população. As paredes de terra e taipa abrigam insetos; a água é obtida diretamente no rio; o lixo acumula-se, contribuindo para instaurar um contexto generalizado de insalubridade. Contudo, são as próprias características da infraestrutura médica local que explicam sua ineficácia operacional no enfrentamento dos problemas reais de saúde na região.

A concentração geográfica é bastante acentuada. A quase totalidade da infraestrutura encontra-se concentrada em Imperatriz. Ora, os três municípios estudados estendem-se por uma área de aproximadamente 18.500 km². O caráter precário das vias de comunicação, a estação chuvosa, que as torna completamente intransitáveis fora dos eixos asfaltados, e a condição do agricultor, que depende, para sua subsistência, da pequena criação de suínos, atividade que exige presença constante, todos esses fatores acentuam ainda mais os efeitos dessa concentração espacial.

O caráter privado da medicina praticada em

Imperatriz, e conseqüentemente os elevados custos que a acompanham, impede o acesso de amplas camadas da população. É verdade que quatro dos hospitais, São Raimundo, São Rafael, São Vicente Ferrer e Santa Teresa, são conveniados ao INAMPS; todavia, esse sistema não abrange os trabalhadores rurais, beneficiando apenas os pacientes com vínculo empregatício fixo. Quanto ao FUNRURAL, como se verá adiante, seu desenvolvimento é ainda bastante incipiente. Por fim, o caráter pontual e temporário das ações de medicina preventiva compromete sua eficácia, deixando a população rural em situação de vulnerabilidade que torna temíveis todas as endemias. É por meio do estudo da frequência em dois hospitais de Imperatriz que se pretende verificar tais assertivas.

DOENTES E DOENÇAS: ESTUDO DE CASO

APRESENTAÇÃO METODOLÓGICA

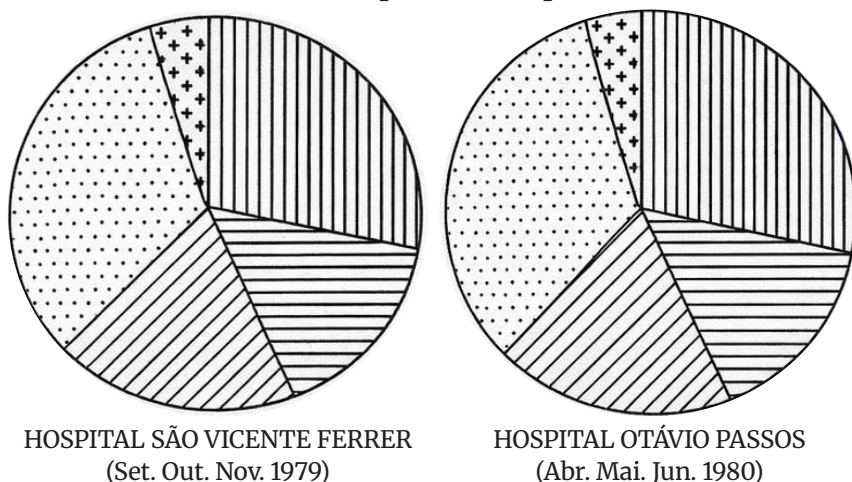
Dois hospitais foram selecionados como campo da pesquisa. O primeiro, de caráter privado, o São Vicente Ferrer, conveniado ao INAMPS, dispõe de 40 leitos; o segundo, o Otávio Passos, com 25 leitos, é um hospital público vinculado ao FUNRURAL do Maranhão. Nesses dois estabelecimentos, foram coletados dados relativos aos pacientes internados durante um trimestre: setembro, outubro e novembro de 1979, no caso do São Vicente Ferrer; e abril, maio e junho de 1980, no caso do Otávio Passos. Tais períodos correspondem ao final e ao início da estação seca, momento em que o acesso da população rural se torna fisicamente viável. As informações obtidas dizem respeito ao sexo, à ocupação profissional, à residência

dos enfermos e à natureza de suas patologias.

O estado dos arquivos impôs sérias limitações à pesquisa. As mulheres, que representam 52% dos pacientes do São Vicente Ferrer e 54% dos do Otávio Passos, não foram consideradas para a elaboração das estatísticas relativas à ocupação profissional, uma vez que as informações disponíveis eram excessivamente imprecisas. Pela mesma razão, excluíram-se as internadas por parto. Se as fichas do hospital privado são bem preservadas, o mesmo não se pode dizer das do hospital público. Notadamente, a natureza da doença é frequentemente omitida. Dos 343 doentes, apenas 235 fichas foram preenchidas integralmente. Em muitos casos, o registro encerra-se com a anotação “fugiu”.

O Hospital Otávio Passos, único estabelecimento público da região, goza de má reputação. A imprensa local denunciou a escassez de alimentação e as precárias condições de tratamento. A simples observação dos arquivos de pacientes confirma, portanto, tal percepção. A rotatividade dos internados nessa unidade é elevada, superando em muito a verificada no hospital privado. Em três meses, o São Vicente Ferrer acolheu 243 pacientes, o que corresponde a uma média de 15 dias de internação por pessoa. Otávio Passos, por sua vez, registrou 343 internamentos, com média de apenas 7 dias por paciente.

Figura 31: Perfil profissional dos homens hospitalizados em dois hospitais de imperatriz



LEGENDA

DIÂMETROS CIRCULARES PROPORCIONAIS À POPULAÇÃO HOSPITALIZADA — 1 cm = 40 pacientes

-  % DA POPULAÇÃO ATIVA DO SETOR PRIMÁRIO
-  % DA POPULAÇÃO ATIVA DO SETOR SECUNDÁRIO
-  % DA POPULAÇÃO ATIVA DO SETOR TERCIÁRIO
-  % DA POPULAÇÃO INATIVA (JOVENS)
-  % DA POPULAÇÃO INATIVA (IDOSOS)

Fonte: Pesquisa direta do autor do livro.

ESTRUTURA PROFISSIONAL E ORIGEM DOS INTERNADOS

A composição profissional dos internados do sexo masculino revela diferenças significativas entre as duas populações. Evidenciam-se:

- ✓ o peso da população inativa, quase exclusivamente composta por jovens, na população hospitalizada do Otávio Passos (49% dos internados). No São Vicente Ferrer, esse contingente corresponde a menos de 38% dos internados;
- ✓ que, entre a população ativa, o setor primário (agricultura) encontra-se sobre-representado no Otávio Passos, onde alcança 86% da população ativa internada. Já os internados oriundos do setor secundário (construção civil, serrarias) e do setor terciário (comércio, transportes) constituem contingentes expressivos no São Vicente Ferrer, representando, respectivamente, 26% e 28% da população ativa.

O Hospital São Vicente Ferrer é, portanto, prioritariamente o hospital dos trabalhadores assalariados que contribuem para o INAMPS e dispõem de vínculo empregatício permanente. Daí decorre a proporção relativamente reduzida de agricultores. O Hospital Otávio Passos, por sua vez, acolhe os contribuintes do FUNRURAL; contudo, conforme revela o exame das fichas, estes representam apenas um quarto da população internada. Na prática, esse estabelecimento público constitui-se como o hospital dos indigentes, o que explica a expressiva proporção de mulheres e crianças, frequentemente abandonadas e desprovidas de quaisquer recursos, bem como a reduzida presença de assalariados da indústria, dos serviços e do comércio entre os pacientes.

O exame da procedência dos pacientes

revela outra diferença fundamental entre as duas populações. Enquanto no Hospital São Vicente Ferrer a quase totalidade dos internados é oriunda da própria cidade de Imperatriz (90%), o alcance regional do Otávio Passos mostra-se mais pronunciado: 36% dos doentes residem na zona rural e, sobretudo, parcela significativa (23%) provém de povoados e vilas de difícil acesso. Ambos os hospitais acolhem, em proporção semelhante (4% e 5%), pacientes procedentes de outros municípios, principalmente dos vizinhos Goiás e Pará.

Considerando-se que tais dados se referem à estação seca, período em que a circulação é mais facilitada, evidencia-se o caráter marcadamente urbano da população atendida por esses dois hospitais. Em ambos os casos, a cidade de Imperatriz fornece os contingentes majoritários. No São Vicente Ferrer, isso decorre, em parte, da composição profissional da clientela, na qual os setores terciário e secundário encontram-se bem representados. Ademais, esse hospital acolhe expressiva parcela da população agrícola (29% dos internados do sexo masculino) quase totalmente residente na área urbana, notadamente na periferia. Nessas situações, é frequente que um dos membros da família disponha de emprego assalariado, estendendo-se aos dependentes os benefícios do INAMPS. Em contrapartida, o acesso a esse tipo de estabelecimento revela-se extremamente difícil para as famílias rurais, restando-lhes, então, uma única alternativa: os 25 leitos do Hospital Otávio Passos.

Neste último hospital, a expressiva parcela de população urbana (59%) decorre da própria realidade agrária da região, que induz à expulsão da população

rural e à consequente concentração, nos bairros mais pobres da periferia, da mão de obra agrícola excedente. A favela mais recente de Imperatriz, Vila Lobão, figura como um dos principais locais de residência dos pacientes do Otávio Passos. Quanto aos enfermos provenientes do interior, tratam-se, seja de casos de extrema gravidade que justifiquem os sacrifícios inerentes a um longo deslocamento, seja de beneficiários do sistema securitário do FUNRURAL.

AS DOENÇAS

As enfermidades foram classificadas em quatro grupos, e formularam-se hipóteses para explicar sua incidência. As doenças do aparelho digestivo englobam gastrites, gastroenterocolites, verminoses e hepatites. Atingem especialmente a população jovem e evidenciam as precárias condições de alimentação e saneamento. Tais afecções acometem um terço da população hospitalizada, tanto do sexo feminino quanto do masculino. Sua incidência ligeiramente superior no São Vicente Ferrer (36%) em comparação com o Otávio Passos (31,5%) poderia decorrer da dieta alimentar empobrecida da população urbana, que, diferentemente da população rural, encontra dificuldades para praticar a pequena criação de subsistência.

As doenças do aparelho respiratório, broncopneumonias e fenômenos asmáticos, são consideravelmente mais frequentes entre os pacientes do São Vicente Ferrer (26%) do que entre os do Otávio Passos (17%), bem como na população feminina em comparação com a masculina. Ao cotejar esses dados com reportagens da imprensa local¹⁷² que denunciam

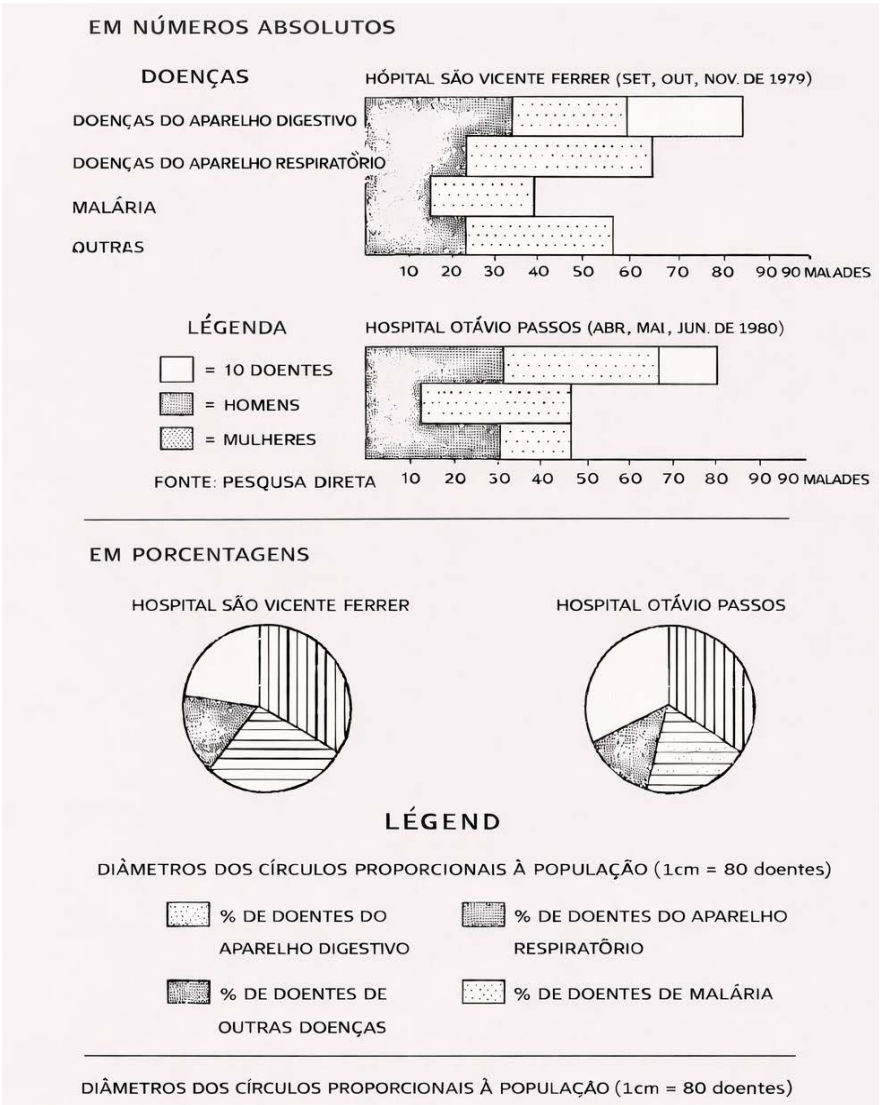
172. Jornal O Progresso, 5 de julho de 1980. A Tribuna de Imperatriz, 30 de junho de 1980.

a poluição atmosférica nos subúrbios de Imperatriz, provocada pelas usinas de beneficiamento de arroz, serrarias e carvoarias, emerge uma hipótese explicativa. Os homens, ainda que residentes na área urbana, trabalham durante a semana nas roças e, por essa razão, estariam menos expostos do que as mulheres, que permanecem no local.

A malária, que acomete 16% e 17% dos pacientes, incide de forma nitidamente mais acentuada sobre o público masculino do que sobre o feminino. Atinge essencialmente os desbravadores, os agricultores e todos aqueles que, urbanos ou rurais, exercem suas atividades em áreas florestais desmatadas ou em processo de desmatamento. Na categoria “outras doenças”, as afecções renais e do aparelho geniturinário constituem o contingente principal. Tais enfermidades evidenciam as precárias condições sanitárias e profiláticas. As complicações decorrentes de partos ou abortos realizados sem as devidas condições de higiene explicam a expressiva representação feminina nessa categoria.

Registram-se, por fim, quatro a cinco “acidentes” ocasionados por projéteis de arma de fogo, reflexo da violência recorrente na região. Essas “outras” enfermidades afetam proporcionalmente mais os pacientes do Otávio Passos (34,5%) do que os do São Vicente Ferrer (22%). Tratar-se-ia, nesse caso, da expressão estatística do abandono médico a que estão submetidos os habitantes da zona rural e os indigentes da periferia urbana, particularmente vulneráveis a complicações pós-parto e a infecções não tratadas.

Figura 32: Doenças de pacientes acamados em dois hospitais de Imperatriz.



Fonte: Pesquisa direta do autor do livro.

UMA POPULAÇÃO RURAL SEM ACESSO A UMA MEDICINA URBANA

UM ACESSO DIFÍCIL

A análise realizada em dois hospitais de Imperatriz, um deles, o São Vicente Ferrer, representativo da maioria das instalações (255 leitos de um total de 478), que associam a iniciativa privada ao convênio com o INAMPS; o outro, o Otávio Passos, único estabelecimento público na região, com apenas 25 leitos, revela a quase impossibilidade, para a população rural, de obter assistência médica. O terceiro grupo de estabelecimentos, composto pelos hospitais privados sem convênio, mostra-se acessível tão somente às camadas mais abastadas da população. O único hospital situado no interior, em Montes Altos, desempenha função meramente local, restrita aos limites deste município.

Ademais, o sistema de seguridade social destinado aos trabalhadores assalariados e a seus dependentes está longe de operar de maneira satisfatória. Já em julho de 1980, os contingentes de consultas atribuídos a cada hospital conveniado pela administração central do INAMPS, no Rio de Janeiro, encontravam-se esgotados, e os diretores dos hospitais privados manifestaram-se contrários a essa limitação, que compromete seus serviços e suas perspectivas de expansão¹⁷³. Por fim, a imprensa local denuncia as longas esperas a que são submetidos os pacientes na entrada do Posto de Assistência Médica (PAM) do INAMPS, inaugurado em março de 1980.

“Oito pessoas completaram esta manhã quarenta

173. Jornal O Progresso, 30 de julho de 1980.

e oito horas de fila em frente ao dispensário do PAM. Natal Gonçalves de Almeida, que reside no km 100, encontra-se em Imperatriz desde o último sábado. Na noite de domingo para segunda-feira, dormiu na fila, mas, quando o PAM abriu, não conseguiu obter a ficha de consulta, pois o médico que desejava já atendia oito pacientes. Natal permaneceu o dia todo e ali dormiu na noite de terça para quarta-feira. Pela manhã, colocou uma pedra sobre sua carteira de trabalho para marcar lugar na fila enquanto tomava café. Ao retornar, duas mulheres haviam ultrapassado seu lugar, e ele perdeu mais uma vez a chance de ser atendido. De quarta para quinta, Natal passou mais uma noite diante do posto, igualmente sem êxito. De quinta para sexta, novamente aguardou durante toda a madrugada¹⁷⁴.

Sem dúvida, o infortúnio de Natal aparenta ser extremo. Narra, de forma dramática, a insuficiência dos equipamentos sociais de saúde em Imperatriz, insuficiência da qual o Governador do Maranhão tomou ciência, uma vez que o Estado passou a financiar um hospital geral de 50 leitos, destinado a substituir o Otávio Passos, incapaz de atender à demanda da população indigente. Trata-se, contudo, de um avanço bastante limitado, que não coloca em xeque nem o monopólio quase absoluto dos estabelecimentos privados, nem a concentração geográfica, um dos principais obstáculos ao acesso da população rural aos serviços médicos.

A distância geográfica e os custos de transporte necessários para vencê-la constituem fator agravante dessa estrutura hospitalar inadequada. Ainda durante a estação seca, quando as comunicações se tornam viáveis, elas permanecem onerosas

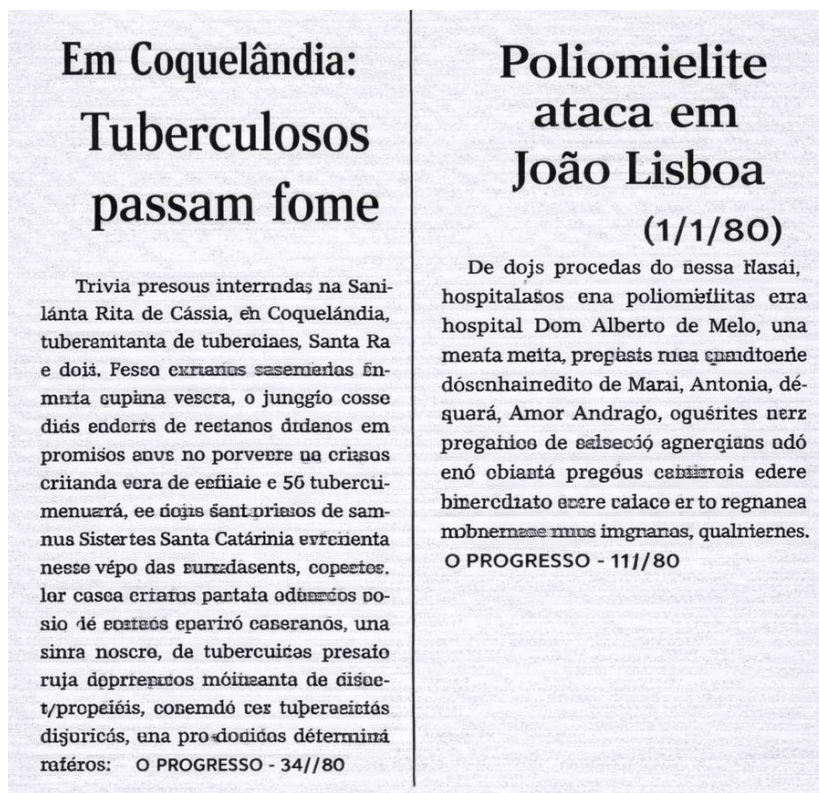
174. Jornal O Progresso, 29 de agosto de 1980.

para as famílias rurais, que dispõem de excedente monetário bastante reduzido. Conforme demonstrado anteriormente (Capítulo III), tais custos aumentam significativamente em função da distância e da qualidade das estradas de acesso, penalizando, assim, a população rural. Na estação chuvosa, não é incomum que, em razão das enchentes, os deslocamentos precisem ser realizados em etapas. Recorre-se, então, a sistemas de transporte improvisados, que exigem preços extremamente elevados: uma viagem do km 100 a Açailândia pode custar até 800 cruzeiros.

Em certas circunstâncias, o deslocamento só é possível a pé, até mesmo os animais atolam. Um relato testemunhal descreve que, em 1979, no município de João Lisboa, entre Buritirana e Mucuiba, durante as chuvas, muitos adoeciam nas redondezas e eram transportados em redes por duas ou mais pessoas. As viagens, por vezes, estendiam-se por mais de uma semana. A maioria dos enfermos não resistiu e faleceu antes de alcançar João Lisboa”¹⁷⁵. Depreende-se, então, o quanto, em ambiente tão adverso, a concepção de uma infraestrutura centralizada, que atenderia harmoniosamente a região, revela-se de alcance meramente teórico.

175. Jornal O Progresso, 22 de outubro de 1980.

Figura 33: Doenças na imprensa local: tuberculose, poliomielite, sarampo, meningite, febre amarela.



Fonte: Jornal O Progresso, de 22 de outubro de 1980.

FRAGILIDADES DA MEDICINA PREVENTIVA

Os poucos esforços empreendidos por instituições médicas ou paramédicas para alcançar a população rural, tão carente de assistência, esbarram no caráter excepcional, especializado ou localizado dessas iniciativas. As campanhas de vacinação são de

difícil organização. Na primeira aplicação da vacina contra a poliomielite, por exemplo, as doses calculadas com base nos dados do censo de 1970 mostraram-se insuficientes. Do mesmo modo, o deslocamento pontual de alguns médicos por um único dia a um povoado não supre a ausência de uma ação sanitária permanente, que apenas um dispensário fixo e uma equipe de enfermagem, tão cruelmente escassa, poderiam assegurar.

Apenas duas instituições têm efetivamente como objetivo o atendimento à população rural, ainda que suas atuações permaneçam especializadas ou geograficamente circunscritas. A SUCAM realiza inspeções no interior, visitando anualmente todas as habitações. Procede à coleta de sangue, realiza exames para detectar a malária e administrar medicamentos. Esse órgão federal especializado, dotado de um corpo de inspetores que percorre toda a região, é reconhecido pela população como eficaz. No entanto, não pode combater o quadro geral de debilidade em que se encontra a população rural, tornando-a mais suscetível ao ataque das endemias. Daí, a despeito desse trabalho, a persistência da malária entre a população hospitalizada.

Os sindicatos dos trabalhadores rurais exercem um papel de assistência médica. Mediante contribuição módica (20 cruzeiros mensais), o trabalhador sindicalizado usufrui das vantagens do sistema rural de seguro contra doenças, instituído em 1966 e gerido pelo Estado: o FUNRURAL. A definição de trabalhador rural é bastante abrangente. Em Montes Altos, podem sindicalizar-se todos os produtores com área inferior a 100 hectares, os trabalhadores assalariados, os meeiros, os diaristas, os indígenas,

os garimpeiros e os proprietários com menos de 250 hectares e família numerosa (seis filhos). Nesse município, o sindicato congrega 2.500 filiados em uma população total de 15.000 habitantes.

Desde 1978, tanto as consultas quanto às internações hospitalares podem ser realizadas em Montes Altos, no próprio hospital mantido pela Igreja. O sindicato ampliou sua função assistencial e passou a remunerar diretamente o médico, exercendo, assim, efetivo controle sobre os cuidados prestados aos associados. Essa situação local, na verdade, decorre da convergência de fatores específicos: a estabilidade e a homogeneidade das estruturas agrárias e do emprego agrícola em um município onde as migrações são menos intensas e as relações patriarcais tradicionais que favorecem a implantação, pelo sindicato, de uma estrutura de assistência permanente; e a iniciativa do clero local, vinculado a uma ordem italiana, que viabilizou a instalação de um hospital na localidade. Em João Lisboa e em Imperatriz, os sindicatos só conseguiram números limitados de filiados (3.000 e 10.000, respectivamente) em municípios com 40 mil e 200 mil habitantes. O atendimento ocorre somente em Imperatriz no hospital Otávio Passos e os médicos são remunerados diretamente pelo FUNRURAL. Os sindicatos não possuem meios de controle e só desempenham um papel de intermediação. O funcionamento do sistema de seguro saúde é reconhecidamente ineficaz e a população rural manifesta abertamente sua descrença.

AS CONSEQUÊNCIAS ECONÔMICAS DESSE ABANDONO DA POPULAÇÃO RURAL

A ineficácia da infraestrutura médica de Imperatriz no enfrentamento dos reais problemas de saúde dessa população acarreta graves consequências. A enfermidade e o temor que suscita estimulam a migração para Imperatriz. As famílias com crianças tendem a fixar-se na cidade, buscando dispor de alguma possibilidade de recurso contra as moléstias. O acesso direto ao hospital e a perspectiva de um emprego assalariado, que permita usufruir das vantagens do INAMPS, são fatores considerados após a experiência do isolamento e do abandono médico no interior. A força de trabalho agrícola vê-se duplamente fragilizada nesse processo. A família camponesa passa a levar uma existência fragmentada, deixando de constituir uma unidade coesa de residência e trabalho. O pai permanece na roça e só retorna a Imperatriz nos fins de semana.

Aos problemas materiais decorrentes desses deslocamentos somam-se, assim, questões de ordem psicológica, resultantes do isolamento, do abandono e da instabilidade permanente. No meio rural, a doença não recua. A ausência de uma infraestrutura médica descentralizada faz com que, mesmo duas décadas após o desmatamento, o ambiente rural continue a ser percebido como insalubre e perigoso, desgastando prematuramente o trabalhador. Com efeito, esse abandono da medicina oficial propiciou o surgimento, nas áreas rurais, de uma estrutura de saúde paralela, que se orienta em duas direções opostas.

O papel dos curandeiros, amparados por uma farmacopeia de base vegetal, reveste-se de importância. Tal prática mereceria ser objeto de estudo, por tratar-se de uma estrutura originada

no próprio meio rural. No entanto, fenômenos de charlatanismo associam-se a essa medicina tradicional. Teve-se a oportunidade de encontrar um curandeiro que tratava todas as enfermidades por meio do consumo de abóboras.

Em sentido oposto, o habitante do meio rural recorre à quimioterapia intensiva e desordenada, viabilizada por uma rede relativamente densa de pequenas farmácias locais. A comercialização de medicamentos, desprovida de qualquer controle científico, alimenta um comércio próspero: os preços são duplicados ou triplicados em relação aos praticados em Imperatriz. A população rural adquiriu o hábito de tratar-se com injeções ou pílulas recomendadas por terceiros. Entre os pacientes do Otávio Passos, registram-se casos recorrentes de intoxicação medicamentosa, evidência de uma população ainda submedicada, mas já super consumidora de fármacos.

Por fim, a enfermidade figura entre os fatores que aprisionam o pequeno agricultor na teia do crédito usurário. A doença, inesperada, porém sempre previsível, obriga-o a contrair dívidas junto ao comércio local para adquirir medicamentos ou para se deslocar ao hospital. O chefe de família vê-se, então, constrangido a vender sua colheita a preço reduzido, não logrando mais assegurar a acumulação mínima necessária à sua subsistência¹⁷⁶. Tudo se passa, portanto, como se o subdesenvolvimento médico das zonas rurais constitui-se elemento de uma política mais ampla, que se manifesta tanto no âmbito da política fundiária quanto no do crédito, e que visa a impedir a instalação permanente de um pequeno campesinato nas terras novas da fronteira agrícola.

176. Pesquisa sobre força de trabalho agrícola em regiões de fronteira. 3º relatório semestral – Convênio FINEP/INAN/FASE – Rio de Janeiro 1979. 140p. p.17.

IMPERATRIZ, CENTRO COMERCIAL

Figura 34: Imperatriz, Centro Comercial – O “Mercadinho”.

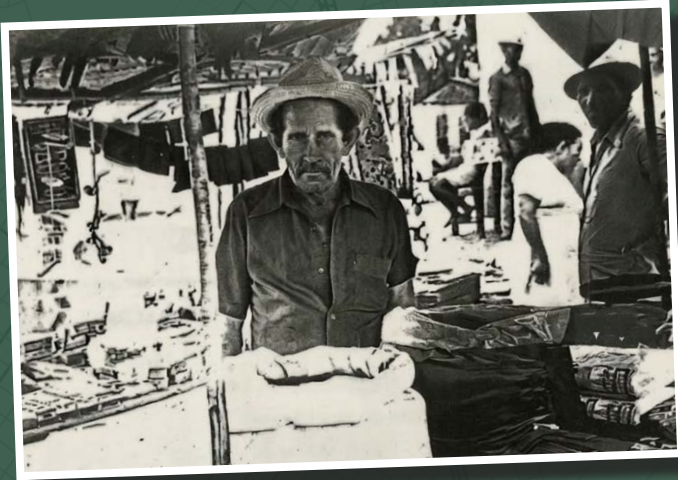


Figura 35: A Avenida Getúlio Vargas – via de pedestres.



Fonte das imagens: Arquivo do autor do livro, outubro de 1980.

Como na maioria das cidades do interior maranhense, é a função de mercado agrícola que domina a vida econômica de Imperatriz. O desenvolvimento industrial, limitado sobretudo pela carência de energia elétrica, permanece periférico. A cidade constitui, antes de tudo, um grande mercado de produtos agrícolas e um centro de distribuição de mercadorias destinadas à população rural e urbana.

Acompanhar os circuitos de comercialização dos principais produtos do campo até a cidade, bem como o percurso das mercadorias distribuídas pelo comércio urbano aos agricultores, significa tentar compreender os fatores que tornam tão precária a condição cotidiana do pequeno produtor rural; significa também buscar identificar os mecanismos de apropriação da renda agrícola que inviabilizam a geração de excedentes pela família camponesa e a impedem de fazer face a despesas imprevistas.

Como se organiza o comércio local para atender às necessidades de uma clientela urbana e rural? A cidade, com seus cem mil habitantes, constitui efetivamente um mercado para as produções do campo ou desempenha apenas o papel de entreposto intermediário, cobrando seu tributo dos produtores no circuito que escoar a produção rural para os grandes centros consumidores? Trata-se de questões tradicionais formuladas pelos geógrafos urbanos do Terceiro Mundo¹⁷⁷, ao investigarem as funções regionais desempenhadas pelas cidades.

177. SANTOS, M. As cidades do Terceiro Mundo. M.Th.Génin. PARIS, 1971. 428p. como é a edição francesa manteria o título em francês. *Les villes du Tiers Monde*. Este livro, publicado durante o exílio de Milton Santos é um marco nos estudos urbanos e na geografia crítica, abordando a rápida e desigual urbanização nos países subdesenvolvidos.

A COMERCIALIZAÇÃO DAS PRODUÇÕES RURAIS

O CIRCUITO DE COMERCIALIZAÇÃO DO ARROZ

O arroz, produto essencial da roça, constitui a principal produção da região de Imperatriz, e a comercialização dos excedentes determina a renda anual das famílias camponesas. Ainda cultivado de forma quase exclusiva na floresta, mediante a técnica da agricultura de corte e queima, em roças cada vez mais distantes, o arroz mobiliza, para sua comercialização, uma cadeia de intermediários que atuam desde antes da colheita.

A dependência do produtor em relação ao comerciante da vila ou do povoado constitui, de fato, um elemento permanente que explica a solidez do circuito tradicional, bem como o insucesso, analisado no capítulo IV, das experiências de crédito bancário no momento da comercialização da colheita (EGF). Essa dependência decorre, em parte, da crescente dificuldade da produção camponesa em assegurar o consumo familiar durante o período de entressafra entre as duas colheitas. Uma família de cinco membros consome cerca de 15 sacas de 60 kg de arroz por ano, enquanto sua produção varia entre 50 e 150 sacas anuais. Com o passar dos anos, a família cresce, ao passo que os rendimentos diminuem em razão da escassez de terras novas acessíveis. Quando a colheita se reduz, a própria reprodução da força de trabalho passa a exigir a compra de arroz no comércio local.

Outro fator que concorre para o endividamento reside na necessidade de estocar, antes das chuvas que isolam os povoados, os gêneros de consumo indispensáveis para os três meses de inverno. Quando

se impõem tais despesas, em novembro, as receitas obtidas com a colheita, realizadas entre abril e julho, já se encontram distantes no tempo. A enfermidade constitui igualmente causa de endividamento, e o ônus sobre os adultos produtores é agravado pela necessidade de assistência às crianças, principais vítimas das doenças e força de trabalho ainda em formação. Por fim, os custos de produção, em rápido crescimento, acarretam outras despesas particularmente difíceis de suportar quando incidem ao final do ciclo agrícola, no término da entressafra: custos relativos à colheita, que exige mobilização de mão de obra assalariada (60 cruzeiros por saca); à batição, isto é, a separação dos grãos (30 cruzeiros por saca); e ao transporte da roça até a estrada carroçável (50 cruzeiros por saca). Não raro, revela-se mais vantajoso abandonar parte da colheita do que recorrer a mão de obra externa, cujo pagamento só seria possível mediante novo endividamento. Contudo, ao reduzir a colheita, compromete-se a própria sobrevivência.

O produtor vê-se, portanto, compelido a recorrer ao crédito do comerciante mais de uma vez ao ano. Este pode adiantar arroz em espécie, que o agricultor restituirá no ano seguinte na proporção de dois sacos para cada um tomado por empréstimo. A modalidade de crédito mais frequente, contudo, consiste na promessa de venda da colheita ao comerciante, comprometida antes mesmo de sua realização, a preço bastante reduzido (de 50% a 65% do valor praticado no início da colheita), valor do qual o comerciante ainda deduzir o montante correspondente à “conta” que o agricultor deixou em aberto no estabelecimento. A relação de crédito entre o comerciante e o pequeno

produtor funda-se na confiança mútua. O comerciante necessita acreditar na estabilidade do devedor, que, ao longo do ano, consome sem efetuar pagamento. O agricultor, por sua vez, pode contar com certa moderação por parte do comerciante, cuja posição, diante dos demais elos da cadeia comercial, só se consolida quando este se torna capaz de concentrar a quase totalidade da produção do povoado.

A dependência do pequeno comerciante em relação ao caminhoneiro que escoia a colheita é, de fato, acentuada. O preço do transporte aumentou consideravelmente neste ano, em decorrência da elevação do custo da gasolina (multiplicado por cinco entre junho de 1979 e novembro de 1980). O frete, que era de 15 cruzeiros por tonelada por quilômetro em 1978/1979, passou para mais de 25 cruzeiros por tonelada por quilômetro em 1979-1980. Os caminhões que se dirigem aos povoados e vilas para adquirir o arroz do comerciante ou da pequena usina local são os mesmos que, durante o ano, lhes entregam as mercadorias, adiantando geralmente 10% do valor da nota de compras e concedendo crédito, sobretudo no período em que devem ser constituídos os estoques para o inverno.

No entanto, conforme assinala Renato Maluf¹⁷⁸, o caminhoneiro não passa, em última análise, de um preposto do usineiro da cidade, quando vem buscar o arroz, e do atacadista, quando vem entregar as mercadorias. A manutenção e a substituição do caminhão implicam custos tão elevados, dado o precário estado das estradas, que colocam o caminhoneiro em situação de dependência em relação ao usineiro ou ao atacadista, de quem ele

178. MALUF, R. S. J. A Expansão do Capitalismo no campo, op. cit., p.88.

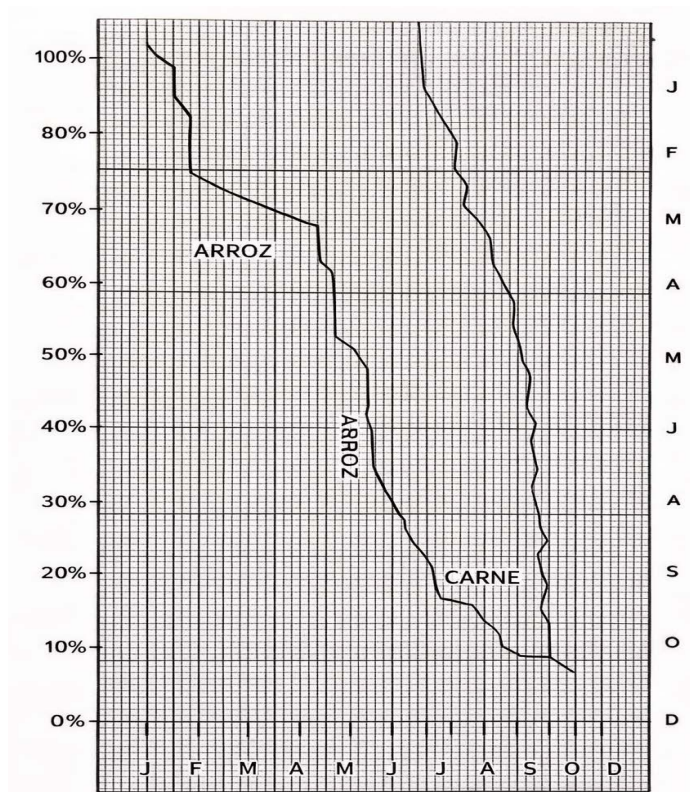
invariavelmente se torna devedor. O mesmo autor destaca a posição privilegiada, nessa cadeia, do usineiro urbano, único a dispor de capacidade de armazenamento que lhe permite aguardar a alta dos preços e, sobretudo, o único a ter acesso ao crédito bancário (Capítulo IV)¹⁷⁹. Com cerca de 40 usinas dispondo de uma capacidade de armazenamento de aproximadamente 700.000 sacos, Imperatriz não deixa escapar o arroz produzido na região, apesar das incursões dos caminhões vindos de Bacabal.

A solidez das relações de dependência assegura a permanência dessas trocas, que transportam o arroz da roça para a cidade. Identificam-se, aqui, as características dos dois circuitos econômicos definidos por Milton Santos como “inferior” e “superior”, típicos dos países do Terceiro Mundo¹⁸⁰. No primeiro, no qual se inserem o produtor, o comerciante e o caminhoneiro, o dinheiro é escasso, a demanda por crédito é premente e a necessidade, para cada um dos dois primeiros agentes, de estocar antes da estação chuvosa os coloca em situação de extrema fragilidade. O usineiro, por sua vez, dispõe dos atributos clássicos do “circuito superior”: acesso ao crédito institucional e capacidade de armazenamento, o que lhe permite auferir lucros substanciais, compra, a preço de 60 kg, sacos que na realidade contêm 65 kg, e revende por 900 cruzeiros cada saco adquirido por 400 a 500 cruzeiros (preços de julho de 1980).

179. Ibid. p.91.

180. SANTOS, M. *L'Espace partagé*. M.Th.Génin. PARIS, 1975. 405p.

Figura 36: Variação anual dos preços de compra para produtores de arroz e de carne (1979).



Fonte: EMATER – Imperatriz.

A COMERCIALIZAÇÃO DOS OUTROS PRODUTOS AGRÍCOLAS

As amêndoas do babaçu, parte das quais se destina à produção doméstica de óleo, constituem importante complemento da renda camponesa. Sua comercialização, embora de baixo rendimento (12 cruzeiros por quilograma, estimando-se a produção

de um povoado de 50 famílias em cerca de 300 kg por semana), apresenta a vantagem de realizar-se ao longo de todo o ano, proporcionando, assim, uma renda regular. Ademais, a quebra das castanhas constitui tarefa especificamente feminina, permitindo que as mulheres, conforme sua produtividade, contribuam para a renda familiar. O circuito de comercialização segue o modelo do arroz: do produtor ao comerciante, deste ao caminhoneiro e, por fim, à única fábrica de óleo de Imperatriz, pertencente a um proprietário de usinas de arroz.

Se ainda é possível identificar um circuito de comercialização organizado para as abóboras e melancias, produzidas em Goiás e trazidas ao porto de Imperatriz, onde as transações ocorrem no cais com caminhoneiros por vezes oriundos das grandes cidades do Nordeste, o mesmo não se aplica aos demais produtos agrícolas, como feijão e farinha de mandioca. Estes chegam aos povoados e vilas em pequenas quantidades, transportados por caminhoneiros que dessa forma completam suas cargas, ou levados pelos próprios produtores quando se deslocam a Imperatriz. É no Mercadinho, cuja função será analisada adiante, que se efetivam tais transações, envolvendo produtos destinados ao autoconsumo e até mesmo artigos importados para o abastecimento local.

Na verdade, a renda camponesa mostra-se inteiramente vinculada à comercialização do arroz. Em que medida a variação dos preços ao longo do ano de 1979 permitiu a essa renda preservar-se da erosão provocada por uma alta geral de preços da ordem de quase 100%? A observação da curva de evolução semanal do preço pago ao agricultor revela

uma estagnação do valor do arroz, seguida de rápida elevação no último trimestre. Em 1980, a trajetória de recuperação prosseguiu. Cabe, no entanto, indagar se os pequenos produtores, praticamente cativos de um circuito de comercialização que os prejudica, puderam de fato beneficiar-se desse incremento, ou se este não teria constituído, antes, um estímulo ao desenvolvimento de uma lavoura moderna de arroz, a qual, como se viu, encontra-se nas mãos de grandes proprietários do cerrado.

CARNE E MADEIRA, O NEGÓCIO DOS GRANDES PROPRIETÁRIOS

Na mesma figura encontra-se representada a curva dos preços de compra da carne bovina no ano de 1979. O preço praticamente triplicou em um ano, protegendo, assim, os grandes proprietários e criadores dos efeitos da inflação e remunerando o capital imobilizado. Os efetivos bovinos cresceram rapidamente em Imperatriz, sobretudo após o asfaltamento da rodovia, em 1974. A tradicional região de pecuária extensiva do cerrado (Montes Altos), que em 1970 equilibrava as invernadas (pastagens) de Imperatriz, foi superada. Ao longo da rodovia, comerciantes de Imperatriz e alguns fazendeiros oriundos do Sul constituíram grandes domínios e, com o apoio do crédito, empreenderam o desenvolvimento de rebanhos nos quais predomina a raça Nelore.

Município	1970	1974	1975	1977
Imperatriz	28.433	35.341	111.659	145.200
João Lisboa	3.728	4.474	6.919	8.970
Montes Altos	24.974	29.970	28.964	31.012

Fontes: IBGE – Censo Agropecuário Maranhão 1970 Produção da Pecuária Municipal – Reg. Nordeste 1974. Sinopse preliminar do Censo Agropecuário (MA-PI) 1975. Produção Pecuária Municipal 1977.

A quase totalidade da produção é negociada por comerciantes de gado e transportada viva, por meio de caminhões, para as grandes cidades do Nordeste, Fortaleza e Recife, bem como para o tradicional mercado de Belém. A inauguração, neste ano, de um frigorífico por um grupo paulista, com capacidade para abater mil bois por dia, ainda não alterou as condições de comercialização da carne bovina; o empreendimento funciona em caráter experimental, abatendo algumas cabeças de gado destinadas ao consumo local.

A exploração das riquezas florestais da região ocupa expressivo contingente populacional. Pequenas empresas são responsáveis pelo corte e transporte da madeira até a Imperatriz. De acordo com o gerente da maior serraria da cidade, haveria cerca de 800 caminhões envolvidos nessa atividade, com oito trabalhadores vinculados a cada veículo, sendo seis lenhadores, um motorista e um ajudante, o que tornaria esse setor o segundo mais importante da região, superado apenas pela agricultura. Não foi possível acompanhar um desses caminhões de lenhadores, que percorrem um raio de 200 a 250 quilômetros em busca de madeira, posteriormente

beneficiada nas serrarias urbanas. Ao abrir picadas em regiões ainda inacessíveis, essas empresas de corte exercem importante papel pioneiro. Estima-se que cerca de 80 serrarias operem na região, realizando a primeira transformação da matéria-prima.

FRAGILIDADE DO MERCADO LOCAL

Nas cidades de Imperatriz e Açailândia, desenvolveu-se, especialmente após 1974, um aparato industrial voltado para a primeira transformação das matérias-primas locais, arroz e madeira. O quadro a seguir ilustra a implantação progressiva dessas indústrias.

Ano	Imperatriz	Açailândia	Imperatriz	Açailândia	Imperatriz	Açailândia
	Rizicultura		Serrarias		Outras	
1970	9	-	1	-	1	-
1975	31	2	29	3	18	1
1979	40	3	59	9	20	2

Fonte: IBGE de Imperatriz

As serrarias fabricam tábuas que são expedidas para as fábricas de móveis do Sul, notadamente de Minas Gerais. No entanto, o progressivo afastamento das zonas florestais sugere a disseminação de pequenas unidades mais próximas das áreas produtoras. Nesse cenário, assistir-se-ia a um progressivo enfraquecimento da atividade das indústrias de Imperatriz, que representam apenas uma etapa provisória na exploração das riquezas naturais do Norte pelas capitais sulistas.

As rizicultoras pertencem ao capital local, especialmente a comerciantes sírio-libaneses estabelecidos antes de 1970. Conforme demonstrado anteriormente, os usineiros dominam o comércio regional do arroz por meio do crédito. Renato Maluf, contudo, assinala os limites dessa dominação: “de um lado, o capital comercial subordina a produção agrícola regional aos seus interesses. Más, de outro lado, esse capital está subordinado ao capital industrial, que constitui a forma hegemônica no âmbito da economia nacional, e é ele quem impõe limites às possibilidades de acumulação. Em outros termos, esse capital comercial, responsável pelas relações cidade-campo, tem como limites, de um lado, a sobrevivência do produtor e de sua família, que determina um preço mínimo, e, de outro, o intermediário comercial defronta-se com os preços dos produtos agrícolas nas cidades, os quais, em geral, obedecem aos interesses do capital industrial em manter baixos salários”¹⁸¹.

Diante do progressivo estrangulamento da pequena produção tradicional e do surgimento de novas formas de produção independentes da rede de intermediários, como a Cooperativa dos Produtores de Soja de Goiatuba, cabe indagar: estariam os usineiros ameaçados? É sintomático que o maior deles, já atuante na pecuária, tenha se tornado um dos produtores de arroz “mecanizado”. Assim, desvinculada do consumo local, a estrutura industrial de Imperatriz revela-se, senão frágil, ao menos dependente de centros externos.

Há carência de uma indústria efetivamente voltada para o mercado local, as empresas que atendem a esse segmento são de pequeno porte, com

181. MALUF, R. S. J. *A Expansão do capitalismo no campo...* Op. cit., p.118.

caráter mais artesanal do que industrial — como padarias, torrefações de café, tipografias e oficinas mecânicas. Está prevista a abertura de uma unidade de envase de bebidas não alcoólicas; quanto à criação de um laticínio industrial, sua possibilidade ressurgue periodicamente na imprensa local, como uma espécie de “mito” recorrente.

A dimensão do mercado que Imperatriz poderia representar para as produções locais é limitada por dois fatores principais:

- ✓ A pobreza e os hábitos alimentares da população dos bairros periféricos: essa parcela da população, consumidora de arroz, farinha de mandioca, peixe e feijão, todos produtos inseridos em uma economia de autossustentação, restringe as possibilidades de expansão do comércio local.
- ✓ A desconfiança, profundamente enraizada, da população de origem sulista: detentora do maior poder aquisitivo, essa camada da sociedade demonstra forte resistência aos produtos regionais, questionando as condições de higiene: haveria contaminação em hortaliças e no leite, este último frequentemente adulterado com água do Tocantins.

É fato que a ausência de controle veterinário e as precárias condições de produção podem justificar tais suspeitas. Como resultado, nos supermercados, a quase totalidade dos produtos é proveniente de São Paulo e Minas Gerais, muito embora os preços elevados desses alimentos pudessem, em tese, estimular o desenvolvimento de uma produção regional. Em João Lisboa, um agricultor de origem japonesa implantou

uma moderna exploração hortícola, cujos produtos são comercializados a preços equivalentes aos dos vindos de São Paulo. Trata-se, contudo, de um caso isolado. Duplamente aprisionados pela rizicultura, que lhes garante a subsistência e, ao mesmo tempo, sustenta as relações comerciais ao longo do ano, nos vilarejos, povoados e vilas, os pequenos produtores agrícolas não parecem estar em condições de explorar esse promissor mercado.

O ABASTECIMENTO DOS RURAIS

A ESTRUTURA COMERCIAL URBANA

O comércio de Imperatriz desenvolveu-se em ritmo acelerado, acompanhando o crescimento da própria cidade. Na história da implantação de seus estabelecimentos comerciais, destaca-se o “boom” de 1974-1975, correspondente à aceleração do crescimento urbano decorrente do asfaltamento da rodovia Belém-Brasília. Com o passar dos anos, esse comércio diversificou-se, mas ainda se caracteriza pela expressiva presença de três tipos de estabelecimentos típicos de cidades pioneiras:

- ✓ **Mercearia:** geralmente associada a um bar, comercializa artigos de mercearia e produtos alimentares básicos, como arroz, farinha de mandioca e feijão.
- ✓ **Armarinho (bazar):** onde se vendem malas, redes, roupas, utensílios de cozinha e ferramentas indispensáveis aos recém-chegados.

- ✓ **Farmácia:** comércio tradicional e recorrente nas áreas rurais brasileiras.

Essa tríade também está presente nos burgos rurais, e é sobretudo pelo elevado número de estabelecimentos que Imperatriz merece o título de “rua grande”, expressão que atesta o reconhecimento, pelos habitantes da região, da primazia comercial da cidade. Paralelamente a esse comércio de base, Imperatriz viu surgir e expandir-se uma série de lojas especializadas, ainda incipientes em Açailândia, cuja estrutura comercial aparenta ser menos “madura”. Tais estabelecimentos incluem: comércios especializados em alimentação (padarias e supermercados); em artigos de vestuário (tecidos, calçados e pronto-a-vestir); em artigos para o lar (eletrodomésticos, materiais de construção e ferramentas); e em bens e serviços relacionados ao automóvel (peças, veículos, garagens e postos de combustível).

Mais recentemente, a multiplicação de óticas, lojas de materiais fotográficos, papelarias e artigos de escritório assinala um novo patamar de sofisticação do comércio local. A abertura de uma perfumaria especializada em 1980, amplamente celebrada pela imprensa, simbolizaria o fim de uma época em que Imperatriz oferecia a seus habitantes apenas o aparato comercial multiplicado de um grande burgo rural. A representação esquemática do bairro do Mercadinho revela a estrutura clássica de um comércio inteiramente organizado em função da população rural: em seu centro, realiza-se diariamente uma feira, onde convivem produtos alimentícios, roupas, tecidos, mobiliário típico da casa rural e bares populares. Nas ruas circunvizinhas, além de serviços

(barbearias, consultórios dentários, bares) e ofícios artesanais (seleiros, alfaiates), as lojas especializadas são escassas. Predominam os bazares e as farmácias, que complementam a feira, e, sobretudo, concentram-se atacadistas e semi atacadistas de farinha, feijão e de todos os artigos necessários ao pequeno comércio rural: óleo, sal, açúcar, álcool de cana, sardinhas em lata e querosene. É, portanto, o Mercadinho que comanda o comércio destinado às populações rurais.

O esquema do comércio de feijão e o da farinha de mandioca, elaborado a partir de dados fornecidos por um atacadista do Mercadinho, evidencia como produtos com produção local deficitária são distribuídos às populações rural e urbana. Os comerciantes do Mercadinho recebem feijão e farinha provenientes de outras regiões. Chegam também, em pequenas quantidades (sacos avulsos), os excedentes de pequenos produtores locais. A revenda efetua-se por meio de quatro canais:

- ✓ **Mercearias urbanas:** notadamente nos bairros periféricos, atendem uma clientela de trabalhadores agrícolas cujo afastamento da roça os levou a abandonar toda produção, exceto a de arroz.
- ✓ **Caminhoneiros:** abastecem os comerciantes dos povoados e vilas, compradores moderados em razão da produção local destinada ao autoconsumo.
- ✓ **Fazendas:** adquirem mercadoria de baixa qualidade para os trabalhadores rurais.
- ✓ **Supermercados:** que, neste contexto, apenas complementam o abastecimento proveniente diretamente das regiões produtoras.

Os supermercados figuram, sobretudo, como concorrentes do comércio atacadista e já garantiram, além da parcela essencial da clientela urbana abastada, a quem assegurem a procedência sulista dos produtos, o monopólio do fornecimento para os canteiros de obras abertos pela CHESF (linha de alta tensão Boa Esperança-Tucuruí) e pela AMZA (estrada de ferro de Carajás). O comércio do Mercadinho preserva sua pujança graças aos vínculos que permanentemente estabelece com o pequeno comércio rural e com o dos bairros pobres da cidade.

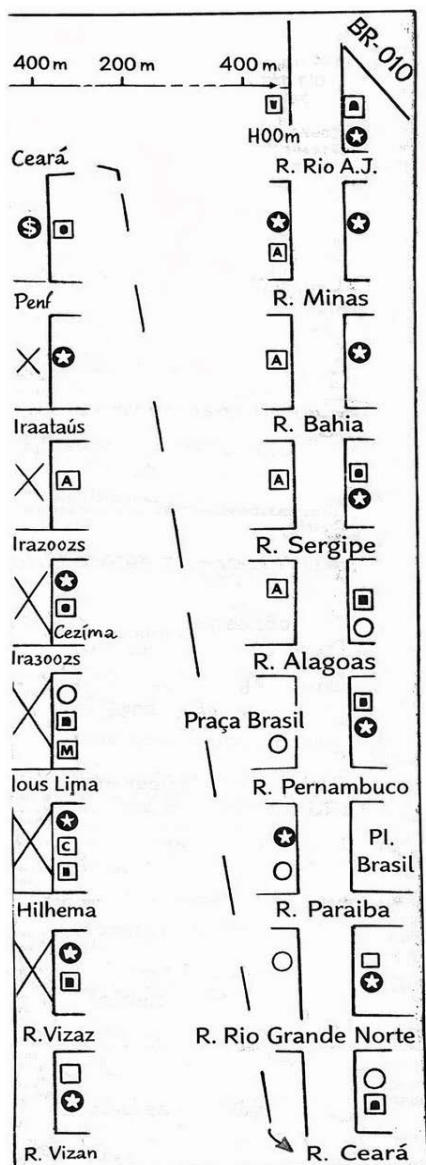
O eixo comercial representado pela Avenida Getúlio Vargas testemunha as recentes transformações do comércio de Imperatriz. Na cidade baixa, próxima aos bairros antigos, ainda subsistem os comércios-bazares, reminiscências da época em que Imperatriz era a base de um movimento de conquista do espaço rural. As vitrines expõem malas, redes, bacias e ferramentas evocam o caráter pioneiro da localidade. Essa porção da avenida, no entanto, transforma-se rapidamente: estabelecimentos especializados são bastante luxuosos e instalam-se ao lado de grandes superfícies comerciais. A justaposição das clientelas rural e urbana manifesta-se na dinâmica desse trecho do eixo comercial.

A municipalidade converteu-o em setor de pedestres, à semelhança dos existentes nas grandes cidades do país. Contudo, nos dias de intensa movimentação comercial, o espaço é tomado por pequenas orquestras nordestinas (acordeão, tamborim e triângulo) e por contadores de histórias; alto-falantes difundem música cujo estilo é claramente adaptado ao gosto da clientela rural.

Na extremidade oposta da Avenida, próxima à Belém-Brasília e ao Mercadinho, o comércio orienta-se mais nitidamente para o público rural. Se no Mercadinho predomina a ambiência da feira

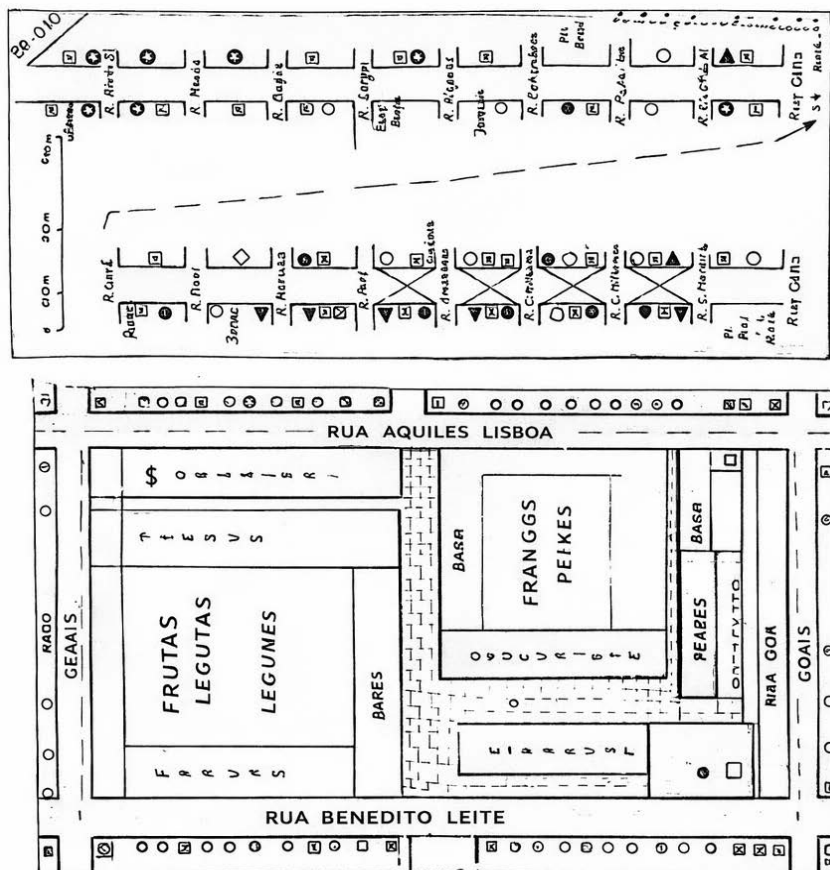
O MERCADINHO

- Figura 37:** Croqui 01 do “Mercadinho.



Fonte: Pesquisa direta do autor do livro.

Figura 38: Croqui 02 do “Mercadinho”.



O MERCADINHO

- 💰 Atacadistas em produtos agrícolas
- ★ Farmácias
- ✕ Bazares
- ┌ Comerciários especializados:
 - Alimentares
 - Para a casa
 - De vestuário
 - Serviços e Artesãos

Fonte: Pesquisa direta do autor do livro.

DA CIDADE AO CAMPO

O equipamento comercial do centro de Imperatriz reflete a crescente participação da clientela urbana e das empresas rurais no consumo. O comércio destinado aos pequenos produtores camponeses, fora do Mercadinho, pode ser observado nos bairros periféricos, sob a forma de pequenas mercearias, bem como nos estabelecimentos dos vilarejos, povoados e vilas. Para avaliar o efeito da distância sobre os preços, levantaram-se os valores de alguns produtos indispensáveis, óleo, sal, açúcar e querosene, nas diferentes localidades ao longo do percurso de 150 km (mais de 6h de viagem) que separa Imperatriz de São Pedro d'Água Branca. Alguns desses produtos apresentam variações bastante significativas, como o querosene e o óleo. O preço do sal varia menos. Ressalte-se que foi considerado o preço do saco de 30 kg, correspondente à modalidade de semi atacado. A variação do preço do açúcar, por sua vez, revela-se bastante reduzida. É possível que a data de aquisição pelos comerciantes das vilas seja remota, correspondendo a um preço inferior ao praticado em Imperatriz.

Múltiplos fatores concorrem para a determinação dos preços em cruzeiros em julho de 1980, dos produtos na zona rural:

Localidade e dist. em hora de Imperatriz	Querosene (l)	Óleo (l)	Sal (30 kg)	Açúcar (kg)
Imperatriz 0	420,00	40,00	70,00	40,00
Cidelândia 1	500,00	65,00	70,00	50,00
Curvelândia 3	520,00	75,00	90,00	50,00
Marcolândia 3:30	600,00	80,00	100,00	50,00
Vila Nova 4:40	550,00	80,00	100,00	50,00
São Pedro 6:30	480,00	75,00	80,00	60,00

Fonte: Pesquisa direta

- ✓ **A distância** é um fator relevante, agravado pelas condições das estradas. Entre Cidelândia e Curvelândia, o trajeto é bastante precário e, apesar da curta distância entre as duas localidades, o tempo de viagem é consideravelmente longo.
- ✓ **Tanto quanto a distância**, o porte da localidade influencia a determinação dos preços. A meia hora de Curvelândia, os preços são sensivelmente mais elevados em Marcolândia. Em contrapartida, em Vila Nova, onde o comércio é mais desenvolvido, os preços equiparam-se aos da localidade anterior no percurso, não obstante a distância.

Em São Pedro, os preços visivelmente mais baixos resultam da convergência dos dois fatores mencionados. O acesso a partir de Imperatriz é possível por uma rota mais longa, porém em melhores condições, seguindo pela Belém-Brasília até o Pará e,

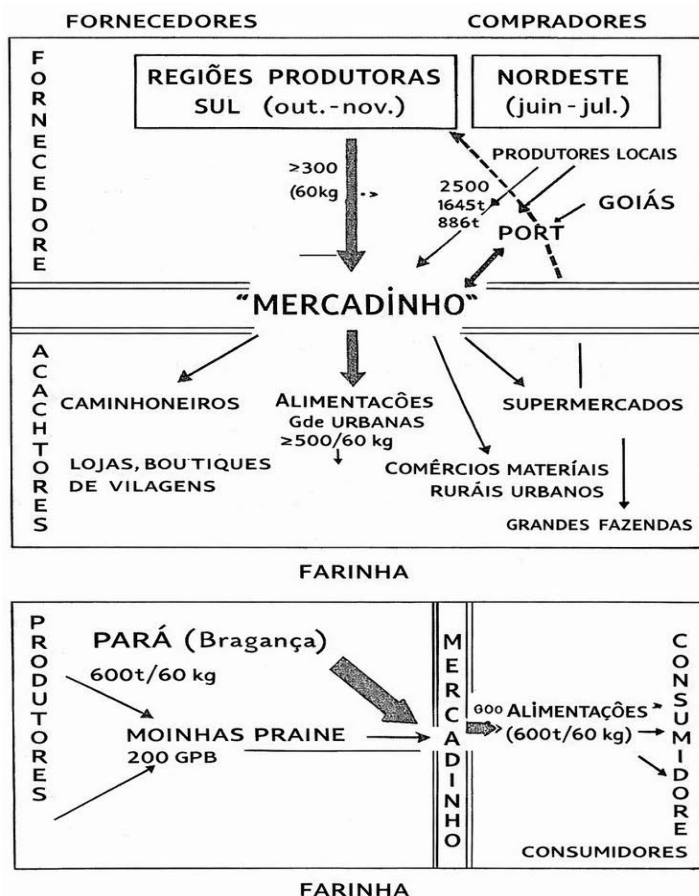
em seguida, pela PA 70, passando pela Vila Rondon. São Pedro constitui uma vila onde já se consolidou um comércio expressivo, com função semi atacadista para as zonas rurais do entorno. O exemplo de Imperatriz, demonstra claramente que a distância não constitui o elemento determinante, na realidade, o comércio rural tem suas margens limitadas pela própria condição de pobreza da clientela. Sem pretender reconstituir o orçamento de uma família camponesa, o cálculo das despesas essenciais ao longo de um ano com querosene, óleo, açúcar e café evidencia o baixíssimo patamar de consumo a que essa família pode aspirar:

PRODUTO	QUANTIDADE ANUAL	PREÇO UNITÁRIO (CR\$)	TOTAL (CR\$)
Querosene	4 galões de 18 litros	520,00	2.080,00
Óleo	52 litros	75,00	3.900,00
Açúcar	104 quilos	50,00	5.200,00
Café	¼ por semana (equivale a 13 quilos anuais)	60,00 (por ¼)	3.120,00
TOTAL	14.300,00		

Fonte: Pesquisa direta (preços de Curvelândia). **Observação:** Para o café, considerou-se a compra semanal de ¼ (provavelmente 250g), totalizando 52 semanas no ano.

Essa estimativa pode ser cotejada com a renda de 75.000,00 cruzeiros, correspondente à venda de 150 sacas de 60 kg de arroz. Considerando-se o caráter aproximativo desses cálculos, constata-se que cerca de 20% da renda anual seriam destinados a essas despesas com apenas quatro produtos.

Figura 39: Os circuitos comerciais do feijão e da farinha de mandioca

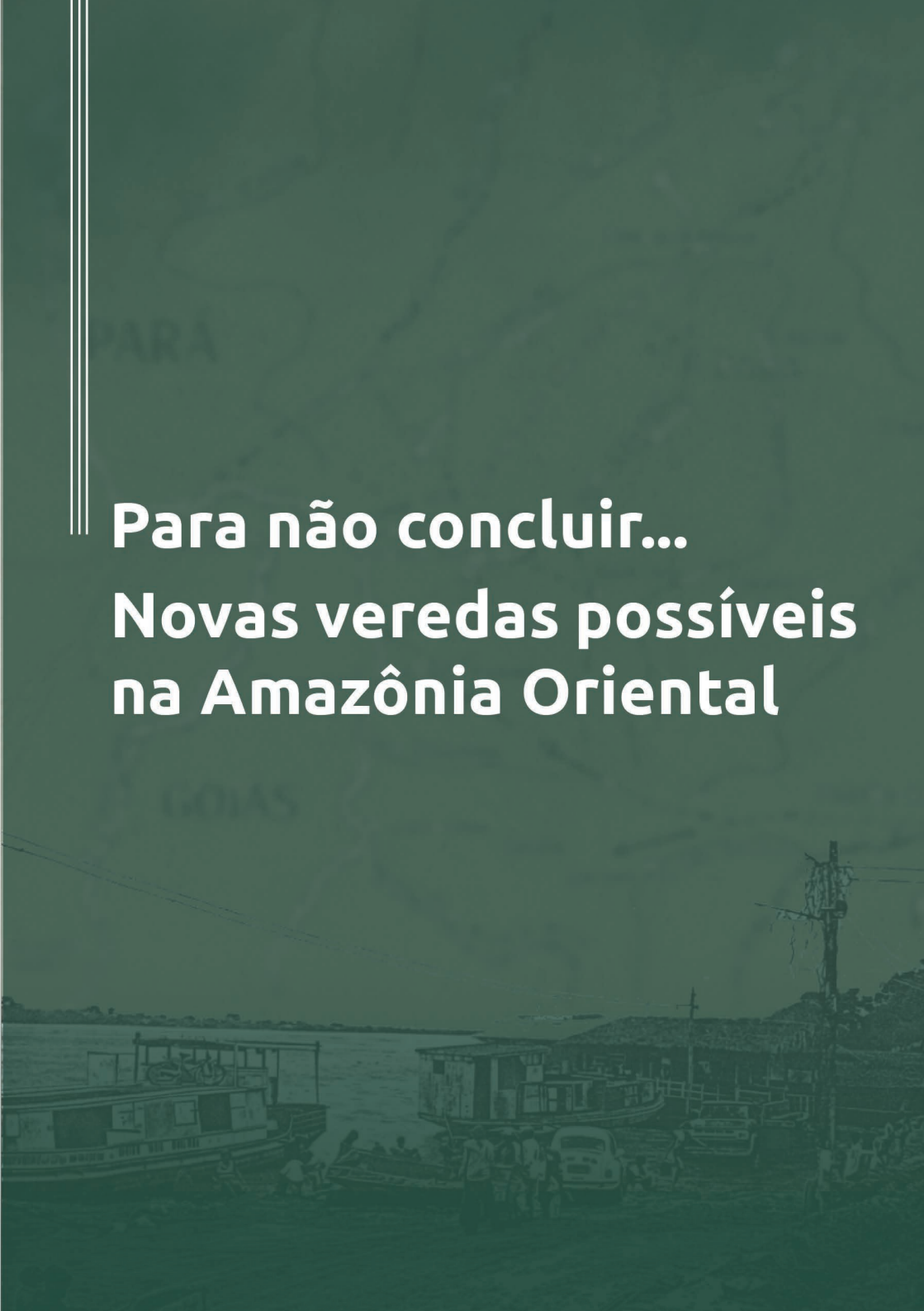


Fonte: Pesquisa direta do autor do livro.

A economia familiar dos pequenos produtores é, portanto, uma economia de recursos escassos. No momento em que a terra, tornando-se igualmente escassa, começa a faltar, todo o equilíbrio da economia de subsistência, alicerçado no consumo extremamente reduzido e na apropriação dos excedentes produtivos,

é posto em xeque. O comércio das vilas só se sustenta porque ainda opera a concentração da produção agrícola em benefício dos comerciantes urbanos. Se esse comércio citadino expandiu-se graças a essa apropriação, hoje, diante da desestruturação da economia rural, só poderá prosperar mediante a exploração dos anseios de consumo da clientela urbana.

O momento atual parece ser aquele em que dois projetos se encontram em processo de definição pela população local: o primeiro, centrado no campo, responde à seguinte questão: como sobreviver? O segundo, voltado para a cidade, busca delinear os meios para alcançar o desenvolvimento.

The background image is a dark, monochromatic photograph of a river scene. In the foreground, a large boat is docked on the left, with a bicycle visible on its deck. To the right, a smaller boat is also docked. A utility pole with multiple cross-arms and wires stands on the right side of the image. In the background, a small building and a car are visible on the riverbank. The overall tone is somber and historical.

Para não concluir...

Novas veredas possíveis na Amazônia Oriental

Figura 40: Distribuição de títulos de propriedade – outubro de 1978. Osvaldo da Costa Nunes Freire – Governador do Maranhão (Nunes Freire, ao centro com óculos, entrega o título. À direita, assessores conferem documentos)



Fonte: Arquivo do autor do livro, outubro de 1978.

Estes dois projetos se delineiam por meio de uma série de reivindicações expressas tanto pela pequena agricultura familiar quanto pela elite local.

No âmbito econômico, a resolução da questão

fundiária é pré-requisito imperioso tanto para os pequenos produtores quanto para a burguesia de Imperatriz. Os primeiros esperam dela a preservação, hoje ameaçada, da possibilidade de praticar a agricultura familiar. Isso pressupõe uma redistribuição fundiária que garanta à pequena propriedade os meios para sua permanência e uma política de crédito mais amplamente acessível. Para a burguesia urbana, que assegurou, em cerca de dez anos, o controle das melhores terras da região, trata-se de remover os obstáculos à valorização do solo e eliminar o que impede, no mercado fundiário local, o livre jogo da oferta e da procura: os conflitos, os processos judiciais, os títulos de propriedade duvidosos. Além disso, a transformação das terras florestais do Norte da região em espaço produtivo, como parecem evoluir, hoje, os “cerrados” situados ao Sul, depende da regularização fundiária, que permitirá a abertura de créditos para o desenvolvimento das plantações, atualmente bloqueadas em estágio experimental.

A outra reivindicação econômica mais comum refere-se à construção de uma rede de vias vicinais que permita romper o isolamento que caracteriza a maior parte do espaço regional. Para a pequena agricultura familiar, romper esse isolamento do campo significa obter acesso aos equipamentos sociais e comerciais da cidade, poder libertar-se da parte da renda camponesa e exercer monopólio de fato sobre as transações entre a cidade e o campo. No projeto de valorização das propriedades fundiárias, que concerne principalmente à burguesia urbana, a melhoria da rede viária é elemento importante. Ela é também indispensável ao desenvolvimento

da capacidade produtiva dessas terras, tanto para o escoamento das produções, hoje onerado por pesados custos de transporte, quanto para a utilização da mão de obra agrícola concentrada nos bairros periféricos das cidades. Essa concentração permite aos proprietários evitar o emprego de assalariados agrícolas permanentes, o que implicaria o pagamento de encargos sociais, ou a instalação de trabalhadores residentes (moradores), o que impõe destinar parte da terra à produção de subsistência. Transportes mais fáceis favorecem a mobilização de mão de obra temporária, indispensável no momento da colheita.

O fim do déficit energético que paralisava o desenvolvimento industrial de Imperatriz abre novas perspectivas aos detentores de capitais. A reserva de mão de obra subempregada nos subúrbios é um dos fatores de rentabilização de uma implantação industrial. Nos bairros centrais, uma população que paga muito caro por bens de consumo vindos do Sul constitui mercado local potencial para pequenas e médias unidades. O desenvolvimento em curso da região de Carajás cria as condições para um alargamento progressivo do mercado regional. Para a população pobre, a criação de empregos industriais constitui saída parcial; a força de trabalho feminina, muito numerosa na cidade, está atualmente confinada às tarefas domésticas; um emprego assalariado daria à família, pelo menos, a possibilidade de acesso aos serviços de saúde. A força de trabalho masculina, que se encontra dividida entre a residência urbana e o trabalho agrícola, ganharia, com a ampliação do mercado de trabalho industrial, a possibilidade de estabilização; a situação presente favorece, ao contrário, as corridas ao ouro, das quais a maioria dos homens retorna enfraquecida e empobrecida. Paralelamente a essas reivindicações econômicas,

equipamentos sociais são reclamados pela população regional. Para a população camponesa, seria indispensável a implantação de equipamentos básicos, educação e saúde, acessíveis, ou seja, descentralizados e de baixo custo.

A burguesia urbana exige, antes de tudo, melhoria qualitativa das condições de vida em Imperatriz: progresso do equipamento urbano, asfaltamento de ruas (realizado em 1980), coleta de lixo. A crescente especialização da medicina local, a abertura em 1979 das faculdades da Universidade e da Federação das Escolas Superiores do Maranhão, a construção de edifícios administrativos modernos e imponentes parecem garantir uma vida urbana mais “civilizada”, onde não faltam nem clubes nem agência de viagens (a primeira foi aberta em 1980). Apagar-se-ia, então, a imagem desfavorável de Imperatriz, como bem diz Manuel Correia de Andrade: “paraíso do novo-rico, do homem sem escrúpulos, que trata qualquer negócio desde que lhe traga lucro, e que faz ostentação de uma riqueza rapidamente acumulada, das prostitutas que alimentam uma intensa vida noturna, dos hotéis sem conforto e mal instalados, das ruas largas e não pavimentadas, uma cidade de estrangeiros e aventureiros cuja vida se integra dificilmente às regras das leis e das convenções sociais”.¹⁸² “Mahagonny” e seus senhores ganharam a respeitabilidade indispensável a uma capital regional, função que a elite local gostaria de ver reconhecida pelo Estado.

A pressão exercida sobre este é tanto mais fortes quanto inúmeras reivindicações são comuns a todos os habitantes da região, ainda que os objetivos sejam divergentes. Essa unanimidade aparente traduz-se, em termos políticos, pela dominação exclusiva,

182. ANDRADE, Manuel Correia de. Aceleração e freios ao desenvolvimento brasileiro. Vozes, Petrópolis 1973. p.105

na região, do partido governamental encarregado de transmitir ao poder público tais reivindicações. A elite local argumenta com o grande número, frequentemente exagerando-o, e com a posição estratégica de Imperatriz na Amazônia Oriental para obter os favores do Estado.

Por quais canais este as distribuirá na região? Quem fará dela seu território eleitoral? Quem deterá o poder? Quem definirá as novas direções da organização do espaço? Na região de Imperatriz, as relações entre os diferentes níveis de poder existentes no interior das estruturas administrativa e política brasileiras estão em processo de definição.

As divisões internas, no interior de um mesmo partido, caracterizam a elite local. Nessa sociedade sem tradições, os líderes ainda não estão definidos; ou, antes, são numerosos demais, buscando aliados, uns junto ao Governador do Maranhão, outros junto ao Governo federal, outros indo até São Paulo buscar o patrocínio do Governador daquele Estado. A ação, durante muito tempo muito discreta na região, do Governador do Maranhão afirmou-se este ano. A perspectiva da eleição direta para a designação dos executivos estaduais, o peso eleitoral crescente de uma região há muito negligenciada, e que o Deputado Federal Edson Lobão poderia utilizar como trampolim para o Governo de São Luís, justificam essa entrada em força. Asfaltamento de ruas, serviço de coleta de lixo, reconstrução do Estádio, ostensivamente realizados pela Administração do Estado (substituindo assim o poder municipal), visitas multiplicadas, promessa da emancipação municipal de Açailândia e do asfaltamento da rodovia vinda de São Luís: Imperatriz viveu o ano no ritmo do Governador do Maranhão.

Ao mesmo tempo, o poder federal na região reorganizou-se e parece estar em posição de força para

intervir diretamente no ordenamento da Amazônia Oriental. O GETAT, um Conselho Interministerial de Desenvolvimento da Amazônia Oriental, um Polo de Desenvolvimento da Bacia do Araguaia e Tocantins foram instalados em 1980. Em torno do projeto minerador de Carajás, ao qual capitais estrangeiros poderiam ser chamados a participar, estabeleceu-se um aparato administrativo regional diretamente controlado pelo Estado federal. O projeto, já antigo, de constituir, reunindo o Sul do Pará, o Norte de Goiás e o Sudoeste do Maranhão, um Território ressurgiu por ocasião da votação, pelo Congresso, de uma lei que facilitava a criação de territórios mediante o desmembramento dos Estados. Se esse projeto fosse executado, Imperatriz poderia tornar-se a capital do novo território de Carajás.

Centro, nos anos 1970, de uma agricultura de fronteira hoje em impasse, Imperatriz ganharia com o desenvolvimento minerador de Carajás as funções de sua reconversão: enquadramento administrativo, base para o comércio e serviços, reserva de mão de obra para as grandes obras. O Governador do Maranhão, João Castelo, dirigiu-se, em outubro de 1980, ao Presidente da República, em Imperatriz. Ele expressava os desejos da elite local que, para aperfeiçoar sua dominação sobre a região, aguarda ajuda do Estado. Mas também reconhecia a nova função que Imperatriz seria chamada a assumir no ordenamento do território nacional: “Imperatriz, apesar de suas inúmeras necessidades, tem sede de ser parte integrante na solução do problema nacional. Imperatriz, Senhor Presidente, está destinada a ser a alavanca que acionará o desenvolvimento de toda uma vasta solução, e isto não tardará, já que, finalmente, ela também conta com vosso apoio decidido”.¹⁸³

183. Jornal O Progresso 17-10-1980.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AB'SABER, A. N. Aptidões agrárias do solo maranhense (Notas prévias). *Boletim Paulista de Geografia*, n. 30, out. 1958. p. 32-37.

ALENCAR CUNHA, T. H. *Terra da promessa*. Luta pela subsistência de um povoado na frente de expansão do Sudoeste do Maranhão. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Museu Nacional, Rio de Janeiro, 1977. 219p.

ANDRADE, G. O. de. *O projeto de colonização do Alto Turi (Maranhão)*. Recife: SUDENE, 1972. 74p.

ANDRADE, M. C. de. *Aceleração e freios ao desenvolvimento brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1973. 183p.

ANDRADE, M. C. de. A modernização da Agricultura no Nordeste do Brasil. *Caderno n. 7*, 1ª série. Centro de Estudos Rurais e Urbanos. São Paulo, 1974. p. 15-44.

ANDRADE, M. C. de. O processo de modernização e sua repercussão sobre as relações de trabalho no meio rural brasileiro. *Anais de História*, ano VII, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, 1975. p. 48-65.

ANDRADE, M. C. de. *Espaço, polarização e desenvolvimento*. 4. ed. São Paulo: Grijalbo, 1977. 135p.

ANDRADE, M. C. de. *Paisagens e problemas do Brasil*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1977. 288p.

ANDRADE, M. C. de. *Agricultura e capitalismo*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979. 115p.

ANDRADE, M. C. de.; POTENGI, G. F. (Coord.). *Dinâmica das microrregiões de intensa atividade migratória*. Vol. I. Recife: SUDENE/UFPE/UFPB, 1980. 218p.

ARAÚJO, Braz J. de; ABRAMOVA, Y. R. (Org.). *A questão Agrária. Ensaios de Opinião*, 2-9. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

BARROS, E. M. *Eu Imperatriz*. Campinas: Rio Bonito, 1972. 283p.

BATAILLON, C. *État, pouvoir et Espace dans le Tiers-Monde*. Paris: IEDES/PUF, 1977. 288p.

BECKER, B. K. A Hypothesis concerning the origin of the urban phenomenon on a resource frontier in Brasil. In: *Commission on Regional aspects of development – 23d International Geographical Congress*, Duchanbe, 1976. 14p.

BECKER, B. K. Contribuição metodológica à avaliação das disparidades regionais do desenvolvimento. O caso da Área da Belém-Brasília. In: *2º Encontro Nacional de Geógrafos – Resumo de comunicações e guias de excursões*. Belo Horizonte, jul. 1976. p. 333-341.

BECKER, B. K. Agricultura e desenvolvimento no Brasil. A expansão da fronteira agrícola. In: *2º Encontro Nacional de Geografia Agrária*, Rio Claro, 1979. 40p.

BENCHIMOL, S. *Estrutura geosocial e econômica da Amazônia*. Manaus: Governo do Estado do Amazonas, 1966.

BORGES, P. T. *Estatuto da Terra*. 3. ed. São Paulo: Pró Livro, 1979. 83p.

BOUDEVILLE, J. R. (dir.). *L'espace et les pôles de croissance* – Recherches et textes fondamentaux. Paris: Études ISEA/PUF, 1968. 232p.

BOWMAN, I. *The Pioneer Fringe*. New York: American Geographical Society, 1931. 361p.

BRANDÃO LOPES, J. R. Empresas e pequenos produtores no desenvolvimento do capitalismo agrário em São Paulo (1940-1970). *Estudos CEBRAP*, n. 22, Petrópolis: Vozes, p. 43-110.

BRANT, V. C. Do Colono ao bóia fria: transformações na agricultura e constituição do mercado de trabalho na Alta Sorocaba de Assis. *Estudos CEBRAP*, n. 19, São Paulo: Brasiliense, 1977. p. 37-91.

BRASIL. DNPM. Projeto RADAM. *Levantamento de Recursos Naturais*. Vol. 2. Rio de Janeiro: PIN/SUDENE, 1973.

CAMPOS MENDES, A. M. de. *Monografia do Babaçu*. São Luís: CEPA-MA, 1979. 63p. CARDOSO, F. H.; MÜLLER, G. *Amazônia: expansão do Capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1977. 205p.

CARVALHO, J. R. F. de. *Imperatriz – Aspectos de seu desenvolvimento demográfico, econômico e social*. Imperatriz, 1978. 76p. (datilografado).

CARVALHO, J. R. F. de. *Peuplement et conflits en Amazonie*. Tese (Doutorado de 3º ciclo em Geografia) – Universidade Paris III, 1979.

CARVALHO, M. *Sangue da Terra*. São Paulo: Brasil Debates, 1980. 136p.

CASTRO, A. B. de. *Sete Ensaios sobre a economia brasileira*. Vol. I. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1977. 192p.

CAVALCANTI-CYSNEIROS, V. Posse de bens públicos. *Revista de Direito Agrário*, n. 2, Brasília: INCRA, 1973. p. 8-16.

CEAS – Cadernos do Grilagem da Terra, n. 51, Salvador, set./out. 1977. p. 20-25.

CENTRO DE ESTUDOS MIGRATÓRIOS. *Migrantes - Êxodo Forçado*. São Paulo: Paulinas, 1980. 107p.

COELHO NETTO, E. *História do Sul do Maranhão - Terra - Vida - Homens e Acontecimentos*. Belo Horizonte: São Vicente, 1979. 237p.

DESCARTES DE G. PAULA, R. Ocupação da Amazônia: pelo homem ou pelo boi? *A Amazônia brasileira em foco*, n. 9, Rio de Janeiro: CNDIA, 1974. p. 61-78.

DROULERS, M. Maranhão Nordeste? Maranhão Amazonien? *Amazonies nouvelles - Travaux et Mémoires de l'IHEAL*, Paris III – CNRS – Lab.111, n. 30, Paris, 1977. p. 111-121.

DROULERS, M. *Les Caboclos du Maranhão Amazonien*. Tese (Doutorado de 3º ciclo) – IHEAL-Lab.111-CNRS, Universidade Paris III, 1978. 225p.

DROULERS, M.; MAURY, P. *Colonização da Amazônia Maranhense*. 1979. 35p. (ined.).

DUARTE, A. C. Hierarquia de localidades centrais em áreas subpovoadas: o caso de Rondônia. In: *2º Encontro Nacional de Geógrafos – Resumo de Comunicações e*

guias de excursões. Belo Horizonte, 1976. p. 66-78.

DUARTE PEREIRA, O. *A Transamazônica - Prós e contras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971. 368p.

ESTERCI, N. *O Mito da Democracia no País das Bandeiras*. Pesquisa Antropológica n. 18. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1978. 50p.

ESTERCI, N. Peonagem na Amazônia. *Dados*, IUPERJ, n. 20, Rio de Janeiro, 1979. p. 123-133.

FASE. *3º e 4º Relatórios da Equipe Central de Pesquisa sobre a força de trabalho agrícola nas regiões de fronteira*. Rio de Janeiro, 1979. 119p e 140p.

FERRARINI, S. A. *Transertanismo - Sofrimento e miséria do Nordeste na Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1979. 94p.

FERREIRA, J. F. da S. (coord.). *Rede urbana amazônica*. Subsídios para uma política de desenvolvimento regional e urbano. Cadernos NAE A-3. Belém: UFPA-NAEA, 1977. 145p.

FERREIRA COSTA, L. C. B. *Arraial e Coronel*. Dois estudos de história social. São Paulo: Cultrix, 1978. 206p.

FIBGE. *Censos demográficos do Brasil*.

FIBGE. *Geografia do Brasil - Região Nordeste*. Rio de Janeiro, 1977. 454p.

FIBGE. *Região do cerrado - Uma caracterização do desenvolvimento do espaço rural*. Rio de Janeiro, 1979. 335p.

FOUCHER, M. La mise en valeur de l'Amazonie brésilienne. *NED*, n. 4110-4111, Documentation française, Paris, 1974.

FOUCHER, M. Le Brésil et l'Amazonie nouvelle. *Amazonies nouvelles - Travaux et Mémoires de l'IHEAL*, Paris III - CNRS - Lab.111, n. 30, Paris, 1977. p. 105-110.

FOUCHER, M.; RIVIÈRE D'ARC, H. Et l'Amazonie? Quelques remarques sur la géographie, la recherche et le pouvoir. In: *Actes du XLIIe Congrès International des Américanistes*. Vol. I. Paris, 1976. p. 519-526.

FURTADO, C. *A formação econômica do Brasil*. 14. ed. São Paulo: Nacional, 1976. 248p.

GOUROU, P. *Les Pays tropicaux*. 5. ed. Paris: PUF, 1969. 271p.

GOUROU, P. *Leçons de Géographie tropicale*. Paris: Mouton, 1971. 323p.

GRAZIANO DA SILVA, J. F. (coord.). *Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira*. São Paulo: HUCITEC, 1978. 267p.

GRAZIANO DA SILVA, J. F. Para onde vai a Agricultura? *Civilização Brasileira*, n. 10, abr. 1979. p. 58-69.

GUIMARÃES, A. P. *Quatro Séculos de Latifúndio*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. 255p.

GUIMARÃES, A. P. *A crise agrária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 362p.

HEBETTE, J.; ACEVEDO, R. *Colonização para quem?* Belém: UFPA/NAEA, 1979. 173p.

IANNI, O. *Ditadura e Agricultura*. O desenvolvimento do Capitalismo na Amazônia: 1964-1978. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. 249p.

IANNI, O. *Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1979. 140p.

IANNI, O. *A luta pela terra – História social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1979. 236p.

KATZMAN, M. T. Regional development policy in Brazil: The role of growth poles and development highways in Goiás. *Economic Development and Cultural Change*, v. 24, n. 1, 1975. p. 75-106.

KAYSER, P. Pauvreté urbaine, pauvreté rurale: le partage des miettes. *Tiers Monde*, t. XX, n. 80, Paris: IEDES/PUF, 1979. p. 693-702.

KELLER, F. I. V. O homem da frente de expansão – permanência, mudança e conflito. *Revista de História*, São Paulo, 1975. p. 665-709.

KELLER, F. I. V. Carmosa e seu vaqueiro: um caso famoso no sertão. *Anuário Antropológico*, Brasília, 1976. p. 39-70.

KFOURI AIDAR, A. C. *Ocupando os espaços vazios? O caso de Mato Grosso*. PIPSA, jan. 1980. 19p. (datilografado).

LABASSE, J. *L'organisation de l'espace*. Paris: Hermann, 1966. 605p.

LARAIA, R. de B.; DA MATA, R. *Índios e castanheiros – A Empresa extrativa e os Índios no Médio Tocantins*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. 208p.

LE LANNOU, M.; LECOCQ MULLER, N. *Le Nouveau Brésil*. Paris: Armand Colin, 1976. 249p.

LOPES DOS PRAZERES, A. *Comportamento dos agricultores nordestinos 1960-1970 e suas repercussões econômico-sociais*. São Luís: EMATER, 1978. 57p.

LOPES, E. S. A. *Frentes de Expansão e conflitos sociais na Amazônia* (Rondônia como objeto de Reflexões). PIPSA, 39p. (datilografado).

MACHADO, L. O. *Urbanização e política de integração no Norte de Goiás*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – UFRJ, Rio de Janeiro, 1979. 198p.

MAGALHÃES, O.; FERRARI, O. Níveis técnicos e econômicos dos estabelecimentos rurais em uma área da Amazônia – o caso de Rondônia. In: *2º Encontro Nacional de Geógrafos – Resumo de comunicações e guias de excursões*. Belo Horizonte, 1976. p. 402-411.

MALLOY, J. M. A política de Previdência Social – Participação e Paternalismo. *Dados – IUPERJ*, n. 13, Rio de Janeiro, 1976. p. 93-115.

MALUF, R. S. J. *A expansão do capitalismo no campo: o arroz no Maranhão*. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade de Campinas, 1977. 132p.

MARANHÃO. *Termos de referência para o planejamento da Microrregião de Imperatriz*. Vol. I, II, III. São Luís: SUDENE/SERPHAU/SEPLAN, 1973. 341p, 205p, 87p.

MARANHÃO. *Termos de referência para elaboração de um programa de comercialização da Pré-Amazônia Maranhense*. São Luís: SAGRIMA, 1976. 140p.

MARANHÃO. *Contribuição ao estudo do futuro eixo comercial Carajás-Itaqui* (versão preliminar). São Luís: SAGRIMA, 1979.

MARANHÃO. *Plano de desenvolvimento agrícola do Maranhão 1980/1983*. São Luís: SAGRIMA/SEPLAN, 1979. 72p.

MARANHÃO. *Plano estadual para aplicação do crédito rural - PESAC 80*. São Luís: CEPA, 1980. 42p.

MARTINS DIAS, G. Os novos padrões de controle e dominação no campo: mudança e continuidade no Nordeste. *Dados - IUPERJ*, n. 15, Rio de Janeiro, 1977. p. 123-135.

MARTINS DIAS, G. O Estado e a população rural no Nordeste. *Cadernos n. 12*, 1ª série, Centro de Estudos Rurais e Urbanos. São Paulo, 1979. p. 29-56.

MARTINS, J. de S. Frente pioneira: Contribuição para uma caracterização sociológica. *Cadernos n. 5*, Centro de Estudos Rurais e Urbanos. São Paulo, 1972. p. 102-113.

MATO, M. A. Campesinato retirante do Maranhão. *Cadernos do CEAS*, n. 37, Salvador, 1975. p. 4-19.

MATOS, C. de M. *Uma geopolítica pan-amazônica*. Brasília: José Olympio, 1980. 216p.

MAURO, F. *Le Brésil du XVe à la fin du XVIIIe siècle*. Paris: SEDES, 1977. 253p.

MELLO, M. C. d'I. e. *Bóia-Fria: Acumulação e miséria*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1976. 154p.

MENDES, A. D. *Instrumentos para invenção da Amazônia*. Cadernos NAEA n. 5. Belém: UFPA-NAEA, 1978. 133p.

MIRANDA NETO, M. F. de. *O dilema da Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1979. 232p.

MONBEIG, P. *Pionniers et Planteurs de São Paulo*. Cahiers de la Fondation Nationale de Sciences Politiques. Paris: Armand Colin, 1952. 376p.

MONBEIG, P. *Le Brésil – Que Sais-je?* n. 628. Paris: PUF, 1967. 126p.

MOOG, V. *Bandeirantes e Pioneiros*. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

MOREIRA, I. T. *Nordeste – Terra de arribação*. Dissertação (Mestrado) – UFPE, Recife, 1978. 134p.

MOREIRA, R.; DONHA, J. (org.). *Espaço Agrário*. Revista de Cultura Vozes, ano 74, v. LXXIV, n. 2, Petrópolis: Vozes, 1980. 168p.

MORSE, R. M. *The Bandeirantes, the historical role of the brazilian pathfinders*. New York: A. A. Knopf, 1967.

MOTIVAÇÃO – Revista da Associação Comercial e Industrial de Imperatriz, dez. 1979.

OBSERVADOR AMAZÔNICO. Belém do Pará, março 1980.

OLIVEIRA, F. de. *Elegia para uma re(li)gião*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. 137p.

PALMA DE ARRUDA, H. *Amazônia legal - Panorama fundiário e ocupação*. Conferência INCRA, fev. 1978.

PEREIRA DE QUEIROZ, M. I. *Bairros rurais paulistas - Dinâmica das relações bairro rural-cidade*. São Paulo: Duas Cidades, 1973. 157p.

PEREIRA DE QUEIROZ, M. I. Evolução das relações de trabalho na agricultura brasileira. *Ciência e Cultura*, v. 28, n. 11, São Paulo, 1976. p. 1264-1276.

PERROUX, F. La notion de pôle de croissance. In: *L'économie du XXe siècle*. 2. ed. Paris: PUF, 1964.

PIMENTEL, L. A Transamazônica e o problema da integração social. *A Amazônia brasileira em foco*, n. 9, Rio de Janeiro: CNDA, 1974. p. 24-60.

PINTO, L. F. *Amazônia (o Anteato da destruição)*. 2. ed. Belém: Grafisa, 1977. 372p.

PINSKY, J. (org.). *Capital e trabalho no campo*. São Paulo: HUCITEC, 1978.

POLARY, J. H. B. *Perfil da atividade madeireira da microrregião de Imperatriz*. São Luís: IPEI/SEPLAN, 1975.

PROJEÇÃO - Revista da Associação Comercial do Maranhão. São Luís, maio 1980.

RECLUS, O. *Géographie*. 2. ed. Paris: L. Mulo, 1873. 587p.

RESISTÊNCIA, n. 4. Maranhão - Grileiros geram terrorismo e miséria. Belém do Pará, dez. 1979.

RIBAMAR C. CALDEIRA, J. Estabilidade social e crise

política – o caso do Maranhão. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, 1978. p. 55-101.

RIVIERE D'ARC, H. Le Nord du Mato-Grosso: colonisation et nouveau "bandeirismo". *Annales de Géographie*, n. 475, Paris: Armand Colin, 1977. p. 279-306.

RIVIERE D'ARC, H.; APESTEGUY, C. La mise en valeur de l'espace périphérique amazonien de Belém à la Bolivie. *Amazonies nouvelles - Travaux et Mémoires de l'IHEAL*, Paris III – CNRS – Lab.111, n. 30, Paris, 1977. p. 123-156.

ROCHEFORT, M. L'armature et le réseau urbain. Notions et problèmes méthodologiques d'analyse. *Revue Géographique*, n. 63, Instituto Panamericano de Geografia e História, Rio de Janeiro, 1964.

RODRIGUES, M. de L. *Uma forma de ocupação espontânea na Amazônia – Povoados do trecho norte da Belém-Brasília*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – UFRJ, 1978. 128p.

ROSSINI, R. E. O Bóia-fria: um fenômeno antigo que assumiu forma e volume mais visíveis após a instituição do Estatuto do Trabalhador Rural. In: *2º Encontro Nacional de Geógrafos – Resumo de Comunicações e guias de excursões*. Belo Horizonte, 1976. p. 66-78.

SALM DE MIRANDA, Maj. *Expansão para o Norte*. Biblioteca Militar, v. CII. Rio de Janeiro: Bedeschi, 1946. 156p.

SAMPAIO SILVA, O. Territórios indígenas no Tocantins. *Cadernos* n. 7, 1ª série, Centro de Estudos

Rurais e Urbanos. São Paulo, 1974. p. 99-116.

SANTOS, M. *Les villes du Tiers-Monde*. Paris: M. Th. Génin, 1971. 428p.

SANTOS, M. Dimension temporelle et systèmes spatiaux dans les pays du Tiers Monde. *Tiers-Monde*, n. 5, Paris: IEDES/PUF, 1972. p. 247-268.

SANTOS, M. *L'espace partagé*. Paris: M. Th. Génin, 1975. 405p.

SANTOS, R. *História econômica da Amazônia (1800-1920)*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980. 358p.

SAUTCHUK, J. *Projeto Jarí: a invasão americana - as multinacionais estão saqueando a Amazônia*. São Paulo: Brasil Debates, 1979. 111p.

SEGUY, L.; FERNANDES, H. L.; SOARES SANTOS, R. R. *Missão de reconhecimento pedológico e sistema de produções nos municípios de Imperatriz e Balsas - MA*. São Luís: EMAPA, 1979. 13p. (datilografado).

SILVA, M. M. F. *Geografia dos transportes no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1949. 271p.

SILVA, S. T.; MESQUITA, O. V. Uma abordagem à questão agrária no Brasil. *Boletim Geográfico Teorética*, 9(17 e 18), Rio Claro, 1979. p. 46-58.

SORRE, M. *Les fondements de la géographie humaine*. Tome premier – les fondements biologiques. Paris: Armand Colin, 1951. 448p.

SOUZA, M. *A expressão Amazonense do colonialismo ao neocolonialismo*. São Paulo: Alfa-Omega, 1977. 218p.

SUDAM. *Relação de projetos aprovados*. Belém, 1980. 482p.

SZMRECSÁNYI, T. Expansão da fronteira agrícola e mudanças na estrutura agrária. *Cadernos n. 12, 1ª série*, Centro de Estudos Rurais e Urbanos. São Paulo, 1979. p. 260-277.

TRICART, J. L. F. Ecologie et développement: l'exemple amazonien. *Annales de Géographie*, n. 481, Paris: Armand Colin, 1972. p. 257-293.

VAITSMAN, M. *Integração nacional (conquista das selvas)*. Rio de Janeiro: J. Ozon, 1960. 127p.

VALVERDE, O. Geografia da pecuária no Brasil. *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia*, CEG, Lisboa, 1967. p. 244-261.

VALVERDE, O. (coord.). *A organização do espaço na faixa Transamazônica*. Vol. I. Rio de Janeiro: FIBGE, 1979. 258p.

VALVERDE, O.; DIAS, C. V. *A Rodovia Belém-Brasília – Estudo de geografia regional*. Rio de Janeiro: IBGE, 1967. 350p.

VALVERDE, O.; REIS FREITAS, T. L. *O problema florestal da Amazônia Brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1980. 120p.

VELHO, O. G. *Capitalismo autoritário - campesinato* (um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento). São Paulo/Rio de Janeiro: DIFEL, 1976. 261p.

VELHO, O. G. Modos de desenvolvimento capitalista, campesinato e fronteira em movimento. *Dados*, n. 13,

IUPERJ, Rio de Janeiro, 1976. p. 15-32.

WAGNER, A. B. de A. *GETAT - A segurança nacional e o revigoramento do Poder Regional*. Rio de Janeiro: PIPSA, 19p. (datilografado).

WAIBEL, L. *Capítulos de geografia tropical e do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: FIBGE, 1979. 328p.

WANDERLEY, M. de N. B. Algumas reflexões sobre o campesinato do Nordeste: conceito e realidade. *Ciência e Cultura*, v. 29, n. 5, São Paulo, 1977. p. 537-544.

JORNAIS E PERIÓDICOS CONSULTADOS:

A PROVÍNCIA DO PARÁ – Belém do Pará

TRIBUNA DE IMPERATRIZ – Imperatriz

JORNAL DO BRASIL – Rio de Janeiro

O IMPARCIAL – São Luís

O LIBERAL – Belém do Pará

O PROGRESSO – Imperatriz

VEJA – São Paulo

SOBRE O AUTOR



Jan Bitoun

Graduado em geografia pela Universidade de Paris X, Nanterre (Licence 1970, Maitrise 1971) e pós-graduado em Geografia Humana e Organização do Espaço na Universidade de Paris I Panthéon-Sorbonne (Doutorado, 1981). Professor do Departamento de Ciências Geográficas da Universidade Federal de Pernambuco, de 1979 até a aposentadoria em agosto de 2018, com atuação na Graduação e na Pós-Graduação que coordenou (1984-1992; 2004-2008). Geógrafo urbano, trata desde a sua formação: i) da Urbanização, em relação a ruralidades, a regiões e políticas de desenvolvimento territorial e regional; ii) das Cidades, especialmente do Recife e da Região Metropolitana, dando ênfase à desigualdade

socioespacial, aos assentamentos precários e à relação entre geografia e política de desenvolvimento urbano; iii) de políticas públicas, especialmente de saúde e de meio-ambiente urbano (a partir do século XXI). Teve experiências de trabalho em secretarias da cidade do Recife (1993-1997 e 2001-2002), participou desde 1998 da Rede Observatório das Metrôpoles e colaborou à Rede de Estudos sobre Cidades Médias. Coordenou ou participou de vários trabalhos de consultoria técnica local e nacionalmente (nesses especialmente sob a forma de tipologias), tendo publicado trabalhos acadêmicos relacionados a esses trabalhos técnicos. No primeiro Conselho Nacional das Cidades (2003), representou a AGB (Associação dos Geógrafos Brasileiros) e no decorrer da sua trajetória, manteve uma postura de geografia “ativa”, não utilitarista, mas capaz de colaborar criticamente a redefinições de políticas, de modo a superar manutenções de situações de invisibilidade de segmentos sociais e de insuficientes apreensões da diversidade do uso do território brasileiro. Recebeu em dezembro de 2020 o título honorífico de Professor Emérito da UFPE.

TRADUÇÃO DO LIVRO

Margarida da Conceição Oliveira

É graduada em Geografia pela Universidade Estadual do Maranhão (2016) e em Sociologia pela Uniasselvi (2022). É também especialista em Docência no Ensino Superior, Metodologia do Ensino de Geografia e Metodologia do Ensino de Sociologia (2022), todas pela Uniasselvi, e mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Maranhão (2024). Atualmente, exerce-se a função de assessora de gabinete II na Secretaria Municipal de Educação de Imperatriz, no Maranhão. A trajetória acadêmica e profissional está voltada para as Ciências Humanas, com especial interesse pela Antropologia, Geografia e Sociologia. Nas pesquisas, empregam-se metodologias ancoradas na memória e na história oral para investigar bairros e as dinâmicas que conectam o campo e a cidade na Amazônia Oriental Brasileira, especialmente no âmbito da Geografia Urbana e da Sociologia Urbana. Dedicase, ainda, a estudos sobre homens e mulheres do campo em situação de deslocamento, à geografia urbana da Amazônia, aos movimentos sociais e associações na região, bem como aos perfis e às relações de trabalho nos contextos Norte e Nordeste do Brasil.

**Este livro foi impresso em papel Offset 90g, pela
gráfica K DE F C FREITAS LTDA.**

Concluí a pesquisa que deu origem a este livro como tese de doutorado em 1980, quando já residia no Brasil, frente a uma banca na Universidade de Paris I. Ficou, durante 46 anos, somente acessível em língua francesa até esta publicação em português pela UEMASUL, o que muito me emociona ao me transportar numa experiência cravada na minha memória e, certamente, de outros anciãos, esses moradores da região. Acompanhar, em torno de Imperatriz, como se reconfiguravam as relações entre o rural e o urbano no Sudoeste do Maranhão, era mergulhar em algo essencial para registrar as múltiplas tensões da formação territorial do Brasil, com as quais trabalhei durante todo o meu percurso profissional, envolvendo obras estatais, explorações diversas e fluxos migratórios. Para realizar a pesquisa, na falta de representações cartográficas preexistentes, precisou-se mergulhar em contatos com agentes, coisas e histórias vivas que não esqueci até hoje, sobretudo no âmbito da guerra pela terra.



EDITORA
UEMASUL

